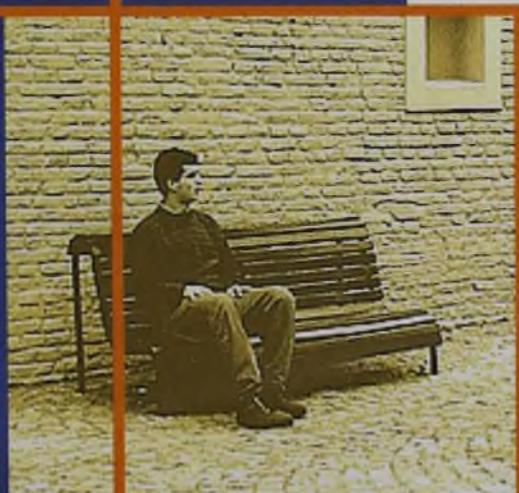


PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

9



ENSAIOS



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Profª Drª Myriam Krasilchik

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

Vice-Diretora: Profª Drª Élide Monzeglio

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Profª Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Profª Drª Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Junior (Univ. Brás Cubas)

Fábio Mariz Gonçalves (Arqto. paisagista)

Fany C. Gallender (Arqta. paisagista)

Helena Napoleon Degreas (UNIP/Un. Brás Cubas)

Klara Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

Apoio Técnico:

Maria Ezilda Aparecida Gratieri

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

9

ENSAIOS

ISSN 0104-6098

Paisagem e Ambiente: ensaios /
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - São Paulo: FAU, 1996.

n. 9, dez. 1996

1. Ensino superior – Curriculum.
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca e Informação da FAUUSP.

Projeto Gráfico: André Luis Ferreira

Capa: Francine Gramacho Sakata

Produção gráfica e impressão:

Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

Distribuição

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Rua do Lago, 876, Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP
Fone 818-4815

APRESENTAÇÃO

Mesmo constituindo um grande avanço em relação a momentos anteriores, onde o dissenso e a incompreensão foram a tônica, as discussões sobre reestruturação curricular parecem ainda condenadas ao malogro.

De tempos para cá, o assunto tem estado, cada vez mais, na ordem do dia: muito poucos são os centros de ensino e pesquisa que não empenharam parte de seus esforços na tentativa de rever suas relações internas e externas, as bases sociais de sua produção de conhecimento e a própria condição da docência numa Universidade transformada em instituição de ensino de massa. Por outro lado, a constatação de quão isoladas e pouco suficientes têm sido as realizações efetivas nesse terreno nos leva a crer que as riquíssimas possibilidades que o contexto nos oferecia terminaram por constituir-se em um obstáculo às nossas esperanças de renovação.

O discurso sobre a transformação dos currículos dos nossos cursos de graduação privilegiou, durante muito tempo, o mais pobre dos enfoques, aquele que por enxergar as transformações como necessidade ou produto dos movimentos de mercado, encerrava as soluções possíveis dentro do próprio diagnóstico.

Assim posta, a discussão pouco atrai, não progride e não apresenta atribuição clara: se a mudança é vista como consequência, seus sujeitos são simples agentes cujas reivindicações passam ao largo da construção de análises críticas, inerente à Universidade. Nega-se a própria autonomia da Universidade cuja conquista teve um custo que ainda permanece em nossa memória.

Este número da *Paisagem e Ambiente*, apresenta o trabalho desenvolvido por pesquisadores e estudantes que, embora conscientes dos limites e dificuldades impostos pela conjuntura atual, encaram a produção científica como ponto de partida para novas e mais interessantes iniciativas intelectuais que, observando as mudanças nos contextos nacionais e internacionais, trata a reestruturação

curricular não como consequência mas como causa da relação entre a Universidade, seus pesquisadores e os cidadãos aos quais se destina o conhecimento que produzem.

Divide-se em cinco seções, envolvendo questões fundamentais para a compreensão do desenvolvimento dos estudos de Paisagem e Ambiente no Brasil.

A primeira delas - Projeto - nos traz um texto de Francine Sakata, que apresenta uma visão da produção projetual contemporânea de projetos paisagísticos em edifícios de apartamentos na cidade de São Paulo, produto de uma pesquisa apoiada pela Fapesp - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo. Este é o resultado de dois anos de trabalho cuidadoso, e apresentando linhas projetuais e programas desenvolvidos por um conjunto expressivo de profissionais paulistas.

Na seção Fundamentos, os textos Fragmentos de Paisagem, de Paulo Renato Mesquita Pellegrino e O Território Imaginário de nossa autoria, nos remetem a conceitos básicos para o entendimento da paisagem e do território.

O terceiro bloco - História, recupera as origens do uso do mosaico português no país, por meio de suas origens em terras portuguesas, por meio de texto de Eduardo Yazigi. Apresenta ainda uma visão da evolução da política de parques públicos em São Paulo segundo a visão de Vladimir Bartalini e os efeitos das políticas oficiais de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro sobre os espaços livres públicos em texto de Vera Tângari.

A questão ambiental e suas origens nos momentos higienistas brasileiros é o centro do texto de Demerval L. Polizelli, apresentando uma idéia do pensamento no início do século no Brasil.

O último texto, de Jorge Crichyno, na seção Paisagem Urbana introduz a questão do imaginário e seus signos dentro da interpretação da paisagem urbana.

Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

S U M Á R I O

S U M Á R I O

PROJETO

OS PROJETOS DE PAISAGISMO E OS ESPAÇOS LIVRES DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

7

Francine G. Sakata – Arquiteta e urbanista da FAUUSP, pesquisadora do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente – Projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil/Laboratório de Paisagem, Bolsista Fapesp – 1994-1995.

FUNDAMENTOS

FRAGMENTOS DE PAISAGENS

47

Paulo Renato Mesquita Pellegrino – Arquiteto e urbanista da Puccamp, mestre e doutor da FAUUSP, professor de paisagismo da FAUUSP

O TERRITÓRIO IMAGINÁRIO

83

Maria Angela Faggin Pereira Leite – Bióloga da USP, mestre da FFLCHUSP, doutora FAUUSP, professora de paisagismo da FAUUSP.

HISTÓRIA

BREVE HISTÓRICO SOBRE A ARTE DE CALCETARIA EM PORTUGAL E NO BRASIL: O CASO DO MOSAICO PORTUGUÊS

99

Eduardo Yazigi – mestrado e doutorado em urbanismo pela Universidade de Paris, professor do Departamento de Geografia da USP, onde leciona Política de Espaços Públicos e Geografia do Turismo, autor de cerca de 40 publicações nas áreas de planejamento, turístico e ambiental. Dirigiu projetos de interesse nacional como: Política Urbana do Estado de São Paulo, Criação do Parque Estadual de Ilha Bela. Foi o único estrangeiro que se tornou presidente do ECOVISION – “França. Bienal Européia do Cinema Ambiental” Defendeu tese de livre-docência sobre “O mundo das calçadas na cidade de São Paulo.”

OS PARQUES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM SÃO PAULO

125

Vladimir Bartalini – Arquiteto e urbanista da FAUUSP, paisagista, professor da FAUUSP e Puccamp, mestre e doutorando de paisagismo na FAUUSP

DA AVENIDA CENTRAL AO RIO CIDADE, O RIO DE JANEIRO CONSTRÓI E RECONSTRÓI A SUA IMAGEM

149

Vera Regina Tângari – Arquiteta e urbanista da UFRJ, paisagista, mestre, professora UFRJ, doutoranda FAUUSP.

MEIO AMBIENTE

O PODER HIGIÊNICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL

177

Dermeval L. Polizelli – Sociólogo, economista, especialista em comunicação social e mestrando em Ciências Ambiental pela USP, Coordenador do Curso de Administração da FIAP – Faculdade de Informática e Administração Paulista.

PAISAGEM URBANA

PAISAGEM URBANA: TERRITÓRIO DA CIDADE E SIGNOS DO IMAGINÁRIO

201

Jorge Crichyno – Arquiteto e urbanista, professor de paisagismo na UFFL, mestrando na UFFL.



**OS PROJETOS DE PAISAGISMO E OS
ESPAÇOS LIVRES DOS EDIFÍCIOS DE
APARTAMENTOS**

Francine G. Sakata

PROJETO

**FRANCINE
GRAMACHO
SAKATA**

*Francine G. Sakata – Arquiteta e urbanista da FAUUSP,
pesquisadora do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambi-
ente – Projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil/
Laboratório de Paisagem, Bolsista Fapesp – 1993-1995.*

RESUMO

Em 1972, a legislação de uso e ocupação do solo de São Paulo consagrou a implantação dos edifícios de apartamentos da forma como os conhecemos hoje: torres recuadas dos alinhamentos do lote e com grande porcentagem de área livre. Tal legislação prescreveu recuos obrigatórios e coeficientes de aproveitamento inversamente proporcionais às taxas de ocupação.

Esta legislação aliada a outros fatores, como o trânsito e a escassez de áreas livres públicas geradas pelo crescimento da metrópole, levou as construtoras a utilizar o espaço livre como área de lazer devidamente equipada. A demanda por piscinas, quadras, *playgrounds* e jardins crescia e, assim, surgiram verdadeiros clubes particulares nos lotes dos edifícios.

Muitos paisagistas trabalharam com este tipo de programa, e o estudo destes projetos ajuda a compor o quadro da arquitetura paisagística brasileira, a evolução de seus padrões do desenho. Alguns destes projetos fazem parte da pesquisa “Os espaços livres dos edifícios de apartamentos em São Paulo” desenvolvida com o apoio da Fapesp.

ABSTRACT

In 1972, legislation was passed regulating the use and settlement of São Paulo's tracts of land and thus apartment buildings are now the way we know them today: towers are set back from the limits of the lot and have ample free space surrounding them. This legislation stipulated that the building must be set to the back of the property and utilization rates inversely must be proportional to occupation rates.

This legislation, along with other factors, such as traffic and the shortage of leisure areas caused by the expansion of metropolitan areas, made the construction companies utilize the outdoor spaces as leisure areas with recreational facilities.

Many landscape architects have worked with this kind of projects. This has helped us to create program policies for Brazilian landscape architecture and also the development of its patterns. It is possible to find gardens with contemporary, modern and eclectic project guidelines, each with its unique characteristics. Some of these projects are part of “The Outdoor Sites of Apartment Buildings in São Paulo”, research developed with Fapesp support. This text is based on the results of this research.

INTRODUÇÃO

Os edifícios de apartamentos, por seu porte, se impõem na paisagem paulistana. O atual padrão de ocupação, as torres isoladas nos lotes, foi praticamente estabelecido pela legislação de uso e ocupação do solo da cidade de São Paulo, de 1972. Quantitativamente, a área livre pode chegar até 80% da área do lote. E esta, por exigência do mercado, deve receber um tratamento paisagístico.

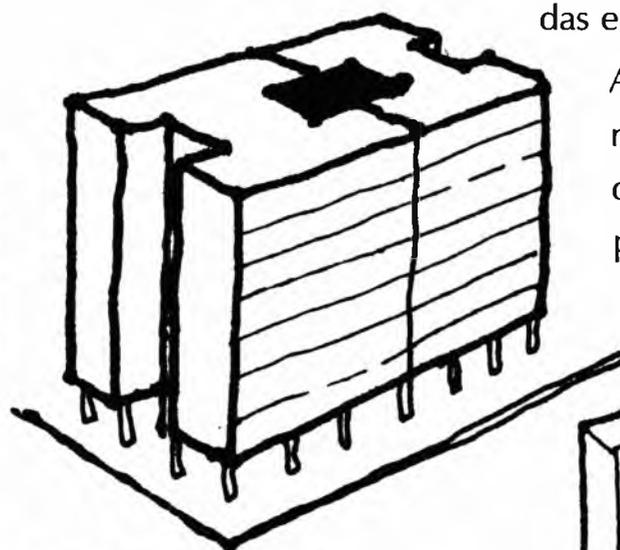
Existem muitas especificidades no programa, nas condições dos lotes e nas exigências dos clientes – normalmente grandes construtoras – que se refletem no desenho e no uso dos espaços livres dos edifícios residenciais. As soluções adotadas para os térreos de prédios, pelos profissionais da arquitetura paisagística, são na maioria das vezes apenas amenizações ou tentativas para simular bem-estar numa cidade que não tem espaços livres públicos adequados em número suficiente para atender às necessidades cotidianas da sua população.

PROLIFERAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

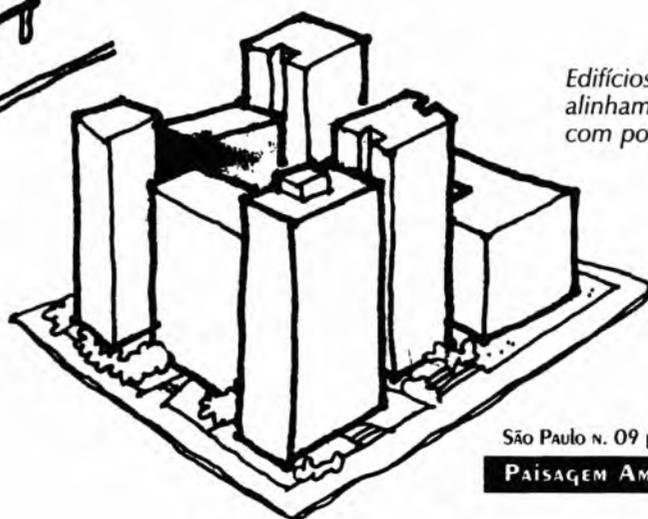
O *boom* imobiliário de 1948, proliferou e popularizou o “condomínio” vertical. Havia carência por habitações, as vendas eram garantidas.

As frentes eram valorizadas arquitetonicamente enquanto os fundos eram relegados ao desprestígio, utilizados como depósito, moradia do zelador ou em prédios

Desenhos: Francine C. Sakata



Edifícios sobre os alinhamentos do lote com poço de ventilação



Edifícios recuados dos alinhamentos, mas ainda com pouca área livre

mais luxuosos, como garagem coberta. As fachadas formavam planos verticais contínuos e os espaços livres se limitavam a áreas contidas em poços de ventilação.

A partir dos anos 40, os prédios foram se afastando dos limites dos lotes, como as residências que já nos últimos anos do século 19 contavam com os jardins de frente. Com o isolamento no lote, a disposição em planta foi ficando mais livre e mais racional: dormitórios e salas se voltaram para a melhor insolação¹

A partir dos anos 60, a altura média já variava entre 10 e 20 pavimentos, algumas vezes chegando próximo aos 30, já em meio a recuos frontais grandes e recuos laterais e de fundos mais modestos.

Os novos edifícios foram verdadeiros tijolos em termos volumétricos, condicionados na sua forma pela tipologia dos lotes. Neste período inicial de verticalização, os coeficientes de aproveitamento eram altíssimos em relação aos atualmente vigentes. O edifício Martinelli, por exemplo, tinha um coeficiente de aproveitamento igual a 22. Ao redor da edificação, surgiam pequenos jardins, normalmente em caixas e sobre lajes, entre os paredões dos edifícios que se avizinhavam. Nos anos 70, apareceram os edifícios em forma de "H", com mais apartamentos por andar.

A princípio, tanto a planta de arquitetura como a de paisagismo dos edifícios apresentavam projetos semelhantes aos das residências. Nos anos 70 e 80, os edifícios vão ganhando projetos

1 REIS FILHO, Nestor Goulart.



mais de acordo com suas especificidades, com o fato de serem um bloco com estrutura e áreas comuns, projetos mais racionais ao uso coletivo.

CONDICIONANTES DOS PROJETOS DAS ÁREAS LIVRES

A legislação

Em 1972, foi aprovada a nova legislação que visava evitar superconcentração, saturação, congestionamentos, exploração imobiliária etc., disciplinando o uso do solo. Depois de 1972 sofreu poucas alterações. Ela exige recuos o que constitui restrição ao direito de construir, impondo a reserva de áreas *non aedificanti* e possibilitando o surgimento de áreas verdes privadas. As taxas de ocupação variam de 20 a 88% e os recuos laterais de 1,5 m a 6 m no máximo. Este é o padrão da cidade oficial.

Os índices urbanísticos podem garantir a existência de espaços livres, mas não garantem sua qualidade. Os recuos levam à fragmentação do espaço em pelo menos quatro subespaços distintos. São corredores sem função, acessos e caminhos pouco necessários, constituindo-se “áreas mortas” ou espaços que não se prestam ao lazer.

A legislação paulistana atual para os edifícios determina que:

- a) Sejam reservados espaços abertos para o lazer correspondendo a no mínimo 6 m² por habitação (“espaços de utilização comum não cobertos”). Além disso, deverão, independente do número de unidades, ter no mínimo 600 m e conter um círculo de 8 m de raio;
- b) sejam reservados espaços cobertos para equipamentos sociais (“espaços de utilização comum cobertos ou não”). Quando cobertos não estarão incluídos no cálculo do

- coeficiente de aproveitamento até o máximo de 4 m² por unidade;
- c) estes espaços deverão ser equipados para os fins a que se destinam, fazendo estes equipamentos parte do projeto de construção;
- d) não sejam permitidos em logradouros com menos de 10 m de largura;
- e) o conjunto residencial em zona 2 pode ter o coeficiente de aproveitamento igual a 2, ou seja, 200% da área do terreno, se a taxa de ocupação for reduzida proporcionalmente (neste caso, os edifícios nunca têm menos que 8 andares);
- f) metade da área ocupada deverá ser necessariamente ajardinada e arborizada;
- g) não sejam computados para efeito de coeficiente de aproveitamento garagens que não ultrapassem 100% do volume da construção, o apartamento do zelador com até 60 m² e o térreo de "pilotis" sem vedação exceto caixa de escadas e elevador².

2 *Legislação de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, 1972.*

Este recente empreendimento em Moema, a Quadra dos Príncipes, é um bom exemplo do que seriam as tais torres isoladas. Sua volumetria o torna um quarteirão-tipo da cidade de São Paulo. Cada edifício foi recuado dos limites dos lotes onde foram implantados o que criou vários corredores laterais. Por serem todos da mesma construtora, estes corredores laterais poderiam ter sido somados e transformados em espaços mais úteis, mas isto não aconteceu. Arquitetos e paisagistas de prestígio foram chamados para assinar cada edifício

Fonte: Anúncio Publicitário da Construtora



Esta legislação tem importante papel na definição da paisagem paulistana à medida que consolida a ocupação vertical e a condiciona a seguir em um único padrão, o das torres isoladas. A área livre exigida pela lei é aproveitada então de modo que seu custo possa ser incluído no preço final da unidade. Um número cada vez maior de equipamentos passa a se tornar obrigatório para atrair o público consumidor. O mercado incorpora as “novidades” e elas passam a ser tratadas como necessárias, notadamente: guarita, *playground*, piscina e qua-

Fotos: Francine C. Sakata



Neste caso, playgrounds, decks, piscinas e jardins de edifícios na Vila Nova Conceição foram prejudicados pela sombra das torres vizinhas



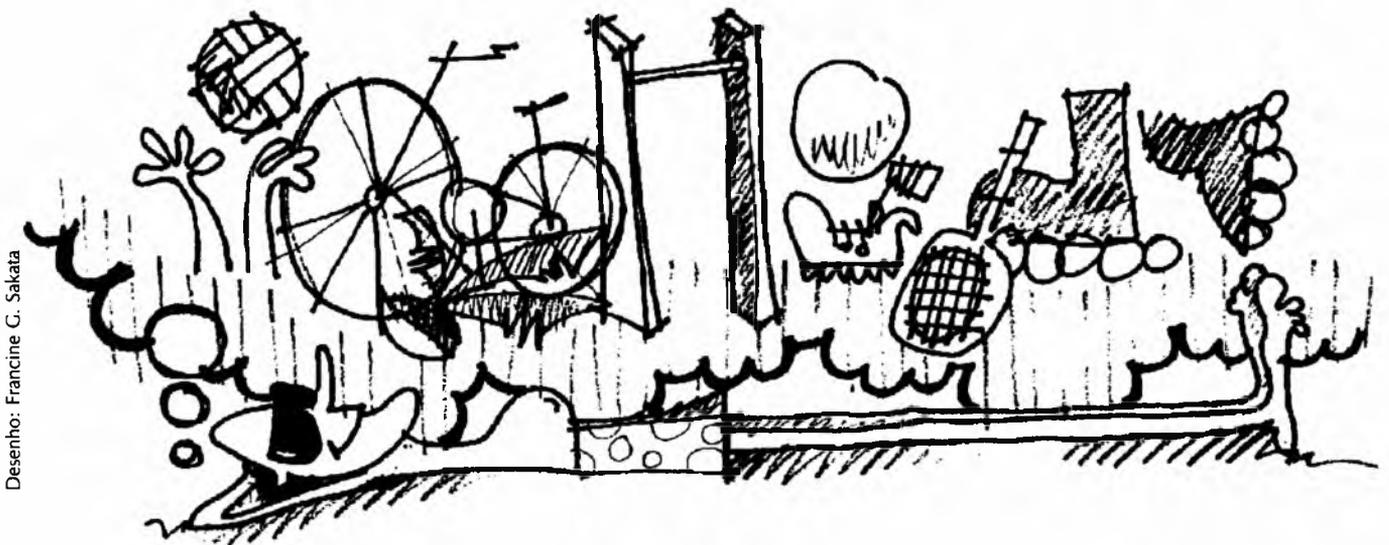
O condomínio Champs Elysées na zona sul de São Paulo, formado por edifícios de 8 andares, com paisagismo do arq. Benedito Abbud, segue as normas de implantação previstas pela legislação, o projeto adequado criou espaços de grande valor, como este solarium

dra poliesportiva. Estes três últimos já eram arquétipos consagrados, o *playground* usado nas praças públicas, as quadras nos clubes sociais e a piscina como símbolo de *status*.

Marketing verde

O clima de camaradagem de “clube”, de “praça”, só existe de fato quando a massa de moradores é maior. O terreno equipado empresta qualidade de vida aos grandes condomínios, mas quase nenhuma aos edifícios de pequeno porte.

Foi na década de 80 que o terreno bem cuidado e equipado cresceu em prestígio. No início da década de 70, em muitos casos o arquiteto nem se dava ao trabalho de projetar as áreas externas, concentrando sua atenção na planta do pavimento tipo, na cobertura e na fachada. Mas no decorrer dos anos 80 foram sendo incorporadas novidades em termos de áreas e equipamentos de lazer. As exceções (equipamentos novos e exclusivos) se tornam regras. As construtoras corriam atrás da moda. Os novos clientes, em geral, compravam apartamentos



Desenho: Francine G. Sakata

Algumas atividades e jogos passíveis de serem realizados em espaços livres (nem sempre podem ser realizadas nos espaços contíguos aos edifícios de apartamentos, pois o potencial de realização depende de uma série de fatores, entre os quais articulação e distribuição espacial) são bola, peteca, volei, futebol, basquetebol, handbol, tênis, queimada, rolemã, skate, patim, caminhada, corrida, andar de bicicleta, bola de gude, brinquedos como trepa-trepa, gira-gira, balanço, escorregador e gaiola, cabra-cega, amarelinha, teatrinho, ping-pong, pular corda, elástico; jogos de mesa como carta, dominó, damas e xadrez; botão, pau-de-sebo, roda, gincana, sorteios, festas, capoeira, ginástica, malha, música ou dança

menores que possuíssem um belo terreno em vez de apartamentos maiores sem o *status* dos equipamentos de lazer.

As construtoras descobriram ainda que a relação custo-benefício do tratamento das áreas externas era extremamente vantajosa para elas. O terreno tratado valoriza muito o empreendimento e tem custo baixo se for comparado com o custo de pisos e acabamentos "nobres" em cada um dos 15, 20 ou 40 apartamentos. A construção do terreno, no entanto, ainda é muito artesanal: a construção da guarita, dos degraus, da churrasqueira, tudo é único. Além disso, as obras só são iniciadas quando cessa o trânsito de materiais. Em virtude dos prazos, soluções artesanais tendem a desaparecer.

No processo de venda das unidades, para as construtoras, o jardim é um elemento que ajuda muito a impressionar os clientes. No entanto, a escolha das espécies vegetais é restrita às espécies disponíveis no mercado que se apresentem mais densas e prontas no momento da venda das unidades, ou seja, pouco depois do plantio ou transplante. Os construtores sempre esperam que o paisagista especifique apenas plantas de bom porte, com folhagens prontas, de crescimento rápido e pouco exigentes. O tempo de crescimento das plantas é por eles desconsiderado.

O arquiteto paisagista, em grande número de casos, é tardiamente chamado. Seu trabalho é procurado em etapas avançadas do projeto ou da construção, em que a estrutura já está determinada, a torre já está implantada e, algumas vezes, parcialmente construída. Quanto mais avançada a etapa do projeto ou da construção, menos se pode fazer. O paisagista não tem a oportunidade de locar a piscina e caixas de árvores nos melhores pontos para o conjunto do projeto.

Outro inconveniente é a destruição da cobertura vegetal do terreno. Algumas vezes, no lote existem árvores de bom porte,

mas o terreno é aplainado, desfigurado e a vegetação destruída. Nesse ato não só a vegetação é prejudicada, mas também, e principalmente, o relevo.

No caso das incorporações, em que um grupo definido de pessoas reúne recursos para a construção de um edifício para elas próprias, a necessidade de marketing não se apresenta como nos edifícios comerciais e, neste caso, o paisagista, como nas residências particulares, tem maior liberdade para escolher as plantas que comporão o jardim.

A floração, que para a planta é um momento muito especial, dificilmente coincide com a data do lançamento do empreendimento, mesmo porque os prazos muitas vezes não são obedecidos. O recurso que supre a ausência de flores, que são muito requisitadas apesar da exuberância das folhagens brasileiras, tem sido o da utilização de vasos com flores da estação como em "shopping centers"



Desenho: Francine G. Sakata



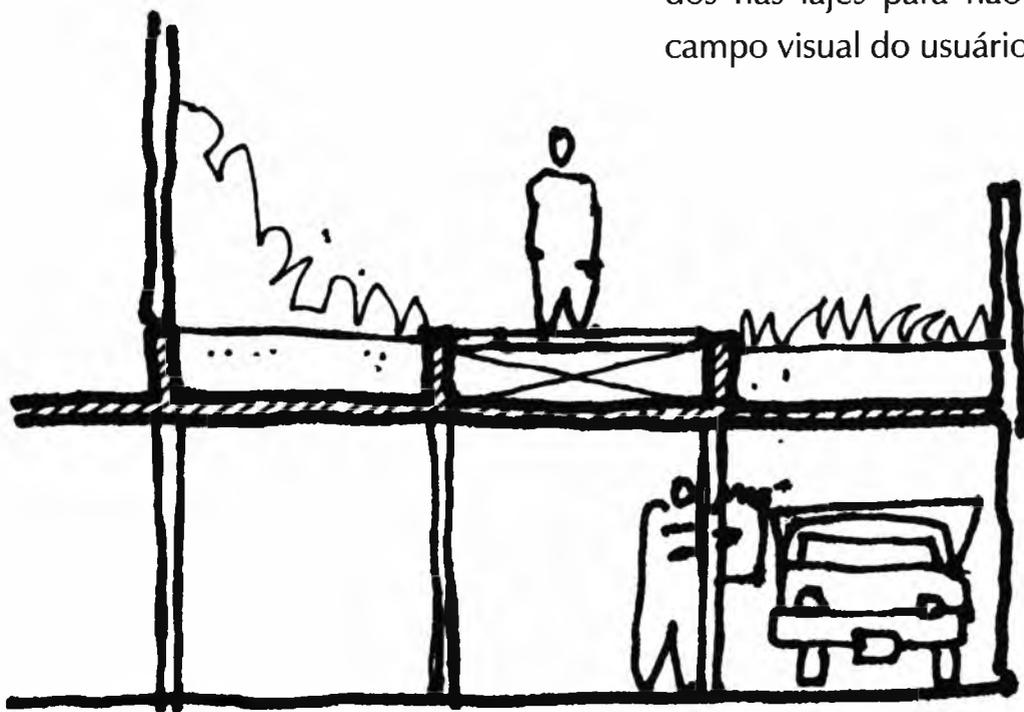
Um exemplo absurdo, mas não raro, é o aproveitamento desta área lateral de um edifício em Perdizes, um espaço "morto", resíduo dos recuos prescritos pela legislação, como quadra de futebol. A paisagista Maria Assunção, autora do projeto de paisagismo, não foi consultada pelos condôminos

Dimensão dos Lotes

Muitas vezes os terrenos têm dimensões reduzidas e este fato interfere no projeto das áreas externas. Mesmo quando os lotes são grandes, os programas extensos podem voltar a tornar a área insuficiente.

Nem sempre as funções previstas pelo programa estabelecido são compatíveis com o tamanho dos lotes, a quadra de esportes e a pista de cooper são exemplos. Reduzir as dimensões de quadras e pistas, sem cuidado, é enganar com a planta o comprador do apartamento.

Como contraposição, todo esforço projetual caminha no sentido de dar sensação de espaços mais amplos. Os canteiros são, de preferência, embutidos nas lajes para não restringirem o campo visual do usuário. Os muros são

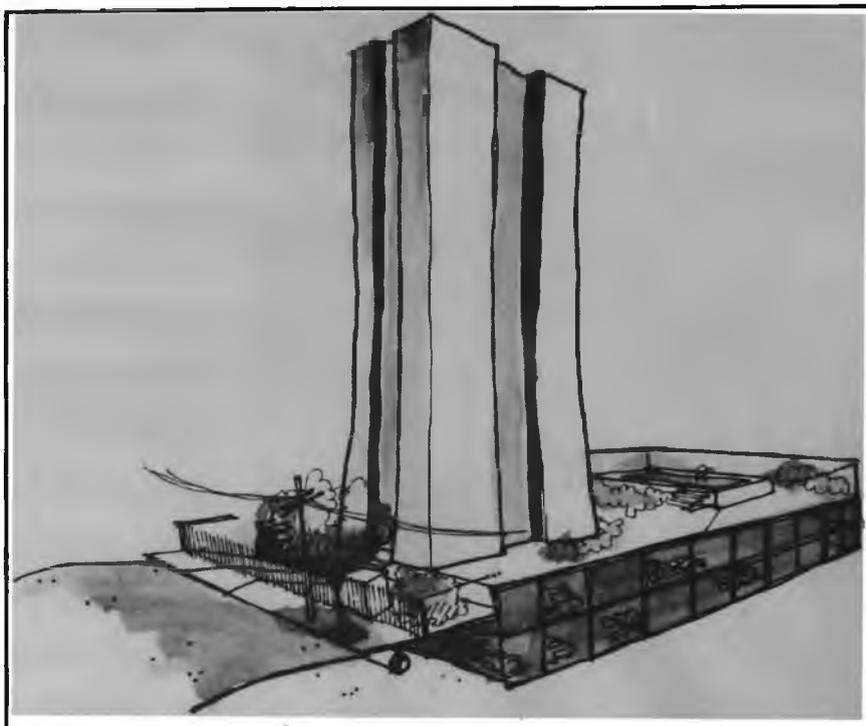


Esquema de Benedito Abbud para vigas invertidas e caminhos e elevados no térreo

ocultados com vegetação também para minimizar o enclausuramento no lote. Nos limites dos lotes com a rua são postos gradis que visualmente acessam o edifício para a rua, e a rua para o edifício, dando para o térreo um acréscimo de área que é o espaço da cidade.

As linhas diagonais, por exemplo, criam sensações de espaços maiores. São utilizados em

profusão os caminhos cortados, os traços chanfrados. Dificilmente se vê o emprego dos eixos principais. O mercado incorporou o uso das formas geométricas com muitos vértices. Elas aparecem tanto no desenho dos térreos como na planta dos apartamentos.



Esquema do lote verticalizado mais típico de São Paulo

Desenho e Foto: Francine C. Sakata

No condomínio Champ's Elysées, nesta foto, a garagem que se encontra sob a área de lazer e jardins a meio nível abaixo da cota da rua, para que não fossem necessárias paredes subterrâneas ainda maiores



Os Novos Jardins Suspensos

Em cada lote verticalizado, em geral, apenas os 5 m de recuo obrigatório não possuem o seu subsolo ocupado por garagens. Toda área restante recebe, embaixo, um estacionamento com dois ou três pavimentos, logo, o pavimento térreo é na verdade um piso impermeável, uma laje de concreto sobre andares enterrados. Toda água da chuva e das regas é, salvo raras exceções, drenada para as tubulações de água sob a pavimentação das ruas, ao invés de ir direto ao lençol freático.

Sobre laje, árvores de grande porte são pouco viáveis. O recuo frontal é a única parte que terá condições de sustentá-las. Ocorre que no recuo frontal aparecem as rampas de entrada e saída da garagem, às vezes vagas para visitantes e a guarita que deve ter vistas garantidas sacrificando-se a possibilidade de plantio de árvores. Algumas vezes ainda os lotes têm testadas muito pequenas e, em nome da insolação dos apartamentos dos primeiros andares, torna-se, mais uma vez, necessário sacrificar o arvoredo.

Algumas árvores de menor porte – como ipês e bauíneas – são colocadas sobre laje utilizando-se canteiros ou caixas com 1 m de profundidade de terra sobre vigas ou pilares. Para forrações,

Na segunda imagem aparecem canteiros elevados em relação ao piso, um caso bastante comum. Eles criam a sensação de caminhos mais estreitos. Para minimizar esta impressão foram feitos alargamentos no caminho que configuram pequenos espaços de estar. As muretas são transformadas em bancos



Foto: Francine C. Sakata

Foto: Francine G. Sakata



Por último, a laje plantada sobre o salão de festas. Foi feita uma impermeabilização, colocada uma camada de terra e algumas espécies de plantas. Dos apartamentos, ao invés de uma laje árida de concreto se vê um grande canteiro

às vezes, usa-se apenas 20 cm de terra quando o aconselhável, tanto para arbustos como para forrações, seria 40 cm para não ressecarem facilmente.

O esforço dos paisagistas está, quase sempre, em “descharacterizar” a laje, ou seja, tornar os jardins suspensos o mais semelhante possível com os jardins sobre o solo. Preferem, portanto, que os canteiros fiquem no mesmo nível dos caminhos e não em caixas. Além disso, as floreiras reduzem visualmente os espaços dando sensação de “enclausuramento” Para isto, se valem de recursos como inverter as vigas, colocar duas lajes, elevar os caminhos.

Segurança

Boa parte da preocupação dos condomínios se volta para a segurança dos mesmos. As guaritas, portarias e os gradis ou muros compõem em 100% dos lotes verticais contemporâneos. Essa preocupação influi no trabalho de quem projeta

Fotos: Francine C. Sakata



Neste edifício, o Athenas Garden, na vila Mariana, o morador e o visitante são obrigados, para entrar, atravessar dois portões, chamados de "gaiola". Extremamente desagradáveis, foram colocados em nome da segurança

Nestes dois edifícios da vila Nova Conceição foi possível aliar a segurança com "ambientação urbana". O muro e o gradil, respectivamente, foram afastados da calçada que acabou ganhando um jardim



a área do térreo. Por exemplo, a entrada de serviço e social que eram distintas – por causa de nosso passado imperial – passam a ser integradas porque isso torna mais fácil o controle dos seguranças sobre os acessos. Para conservar a visibilidade na frente do lote e a integridade dos fios de alarme, árvores e arbustos são muitas vezes evitados ou removidos.

EVOLUÇÃO NOS PADRÕES DE DESENHO

Os jardins particulares de praticamente toda a primeira metade do século 20 são estruturados dentro dos padrões do ecletismo, principalmente os das residências unifamiliares. A denominação *jardins ecléticos* foi feita pelo professor Silvio Macedo por analogia ao ecletismo arquitetônico. Suas características mais marcantes são a estruturação através de caminhos e o caráter contemplativo.

Os jardins do ecletismo eram de estilo, e estes estilos nem sempre

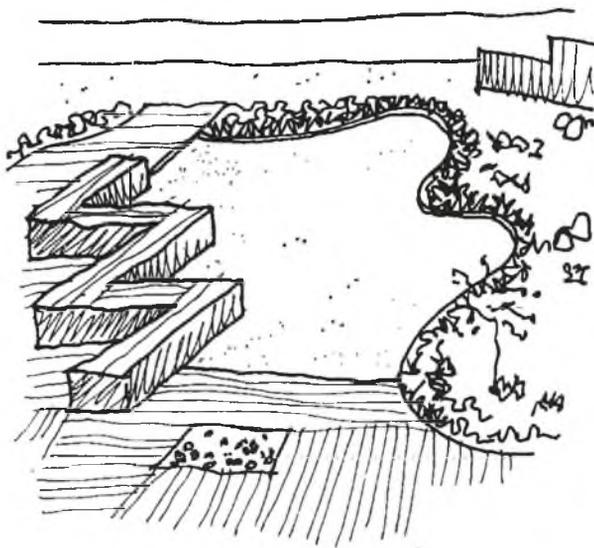


*Este jardim de cactos e pedras foi feito para a residência eclética que aparece ao fundo, projeto de Germano Zimber
Fonte: Revista Jardins de Hoje*

eram coerentes com o edifício que envolviam. As residências misturavam estilos clássicos, barrocos, elementos gregos, romanos, renascentistas franceses, italianos, egípcios, ... muitas vezes totalmente diferentes do estilo da edificação.

No decorrer das décadas de 50, 60 e 70, se consolidou o jardim moderno. Em São Paulo, por influência de Roberto Coelho Cardozo, que trouxe lições de Garret Eckbo para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Na costa oeste norte america-

Jardim para uma casa de praia em Aptos, Califórnia. Projeto de Thomas Church, de 1949



na, Garret Elkbo, Thomas Church, Laurence Halprin e outros, em sua maioria alunos do Harvard Institute of Design (onde lecionaram os professores da Bauhaus) iniciavam um trabalho inédito, relacionado

com a nova arquitetura. Outras influências foram o trabalho de Waldemar Cordeiro em São Paulo e Roberto Burle Marx no Rio de Janeiro, ambos pintores modernos.

Os jardins modernos são mais funcionais e articulados como um conjunto, trazem plantas nacionais com predominância de folhagens exuberantes, densas e tropicais. Nesta transição, os jardins do ecletismo não desaparecem. Existem jardins ecléticos em edifícios modernos sobre pilotis, por exemplo, pois os estilos correntes incorporados ao repertório das pessoas são ainda buscados como forma de se obter reconhecimento social.

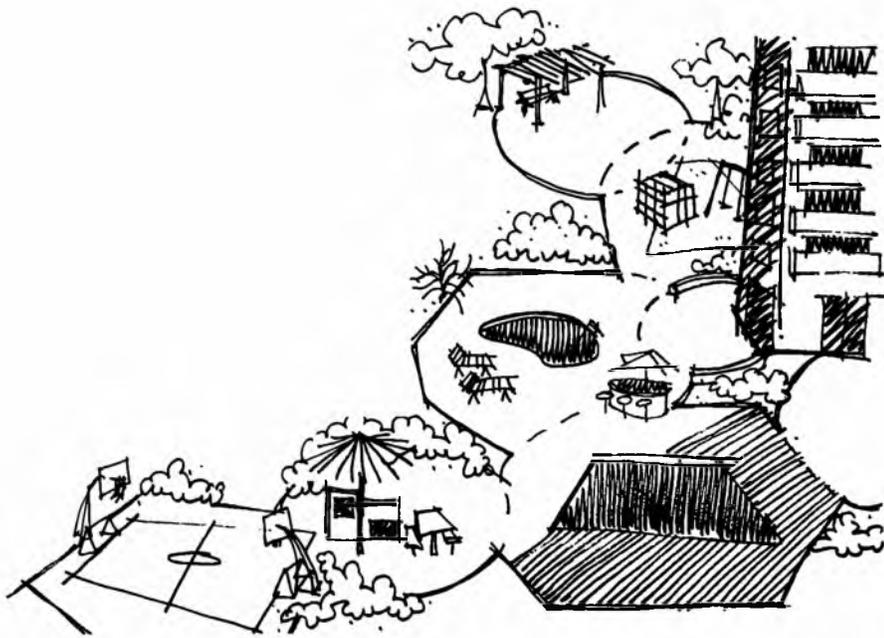
Fotos: Francine C. Sakata



Edifício João Ramalho, nas Perdizes. Projeto de paisagismo do concretista Waldemar Cordeiro



Xadrez com forrações de verdes diferentes e um espaço de brincar e de estar



Esquema de um projeto de paisagismo moderno para um edifício de apartamentos, com espaços integrados

Neste período, com a valorização da vida familiar abriram-se, para os pátios e jardins dos fundos, quartos e salas, cômodos da intimidade da família. Integrou-se espacialmente o jardim e a edificação. Valorizou-se a transparência, os visuais, a fluidez e a continuidade espacial. Do interior da edificação se tornou possível ver a parte externa e vice-versa.

Nos edifícios de apartamentos, os pilotis viabilizam a sonhada fluidez livrando o térreo das vedações. O primeiro passo foi suprimir a habitação no térreo que, hoje, só aparece em alguns edifícios de poucos andares e baixo padrão. Para os arquitetos e urbanistas da época, além de visualmente desimpedida, a parte frontal deveria ser integrada à calçada, e o térreo ser uma área de convivência para todas as pessoas.

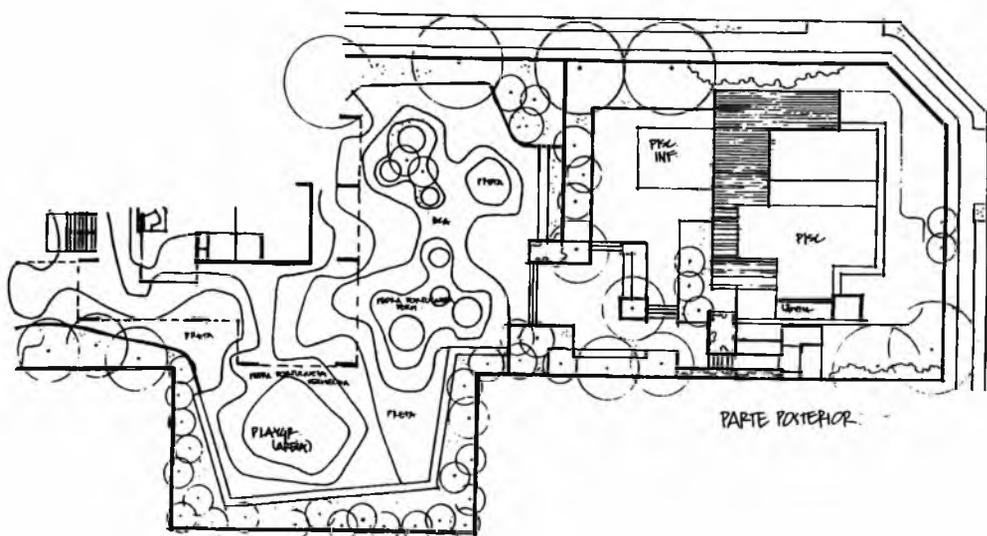
A área livre passa a ser composta por áreas onde se desenvolvem atividades de lazer, nunca uma atividade apenas, mas várias categorias como o "estar", o "lazer contemplativo", o "lazer ativo", a "recreação infantil" e os "serviços". Os espaços com flexibilidade de uso são vantajosos porque atendem um maior número de interesses que podem também variar com o decorrer do tempo.

Os projetos arquitetônicos e paisagísticos incorporam também o elemento surpresa. Assim, o usuário do espaço tem vistas diferenciadas e inusitadas à medida que transita. E ao mesmo tempo em que se pode acessar visualmente outros espaços, estes não devem ser previsíveis “emocionalmente” para isto, os ângulos de visão e as sensações devem mudar a cada trecho, alguns espaços devem ser mais íntimos, fechados ou semi-fechados, outros mais monumentais, abertos ou semi-abertos ou ainda espaços de transição. Nos jardins do ecletismo aparecem espaços mais íntimos e outros mais abertos, mas esta intenção não é tão clara. A previsibilidade é uma característica do jardim de estilo.

O paisagismo, à medida que se integra à edificação fica mais coerente com a arquitetura desta. As linhas do jardim moderno se adequam à moderna arquitetura. Os jardins de Roberto Burle Marx são, muitas vezes orgânicos para edifícios rigidamente ortogonais. A combinação resulta perfeita, as linhas abstratas e sinuosas do jardim amenizam a rigidez dos edifícios.

A respeito de Burle Marx, uma série de posturas que influenciaram o paisagismo paulista podem ser apreendidas: a escolha das espécies, o uso do mosaico português, o emprego dos

O edifício Macunaíma, no Alto de Pinheiros, do arquiteto Marcello Fragelli teve o térreo projetado por Roberto Burle Marx. O desenho do piso é sinuoso mas os elementos construídos são ortogonais



Fotos e desenhos: Francine G. Sakata



Algumas erupções do piso formam "seios" onde foram embutidos vasos com bromélias



O piso de areia do playground tem também formato amebóide



A mureta dos canteiros laterais se transforma em banco e a vegetação esconde o muro



A piscina foi elevada em relação ao piso do térreo, mas o desnível foi distribuído em patamares intermediários



O desenho do deck de madeira se ajusta ao da piscina



O hall é envidraçado e invadido pelo piso: interior e exterior se relacionam segundo os princípios modernos

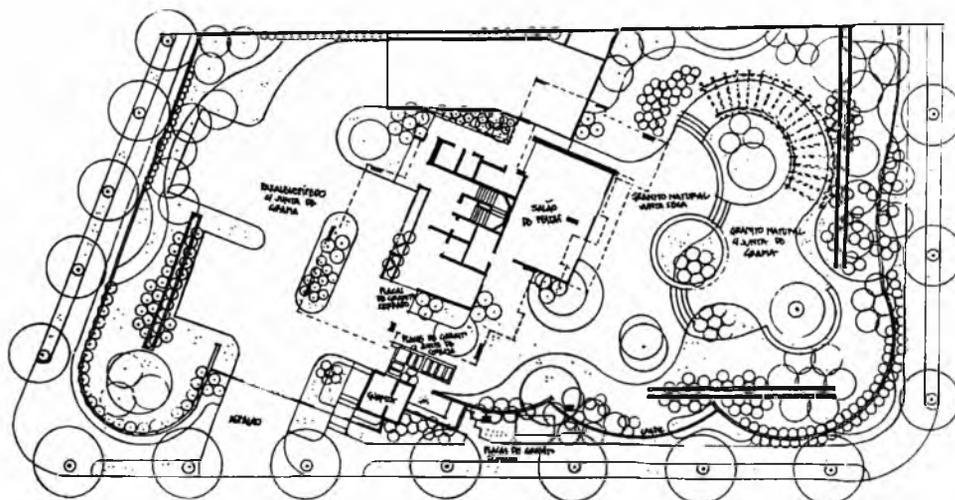


No edifício Jardim de Giverny, no Itaim, Burle Marx criou muro trabalhado num alto relevo de concreto e xaxins. O pórtico sobre a entrada é um elemento mais contemporâneo, nunca moderno



No piso, desenhos geométricos de mosaico português

O edifício Parc Monceau na vila Nova Conceição com paisagismo assinado por Sidney Linhares e Fernando Chacel não é equipado porque entenderam que as poucas famílias que ali residiriam dificilmente usariam o térreo



Do piso de pedra com junta seca para o gramado existe uma transição, pedra com junta de grama



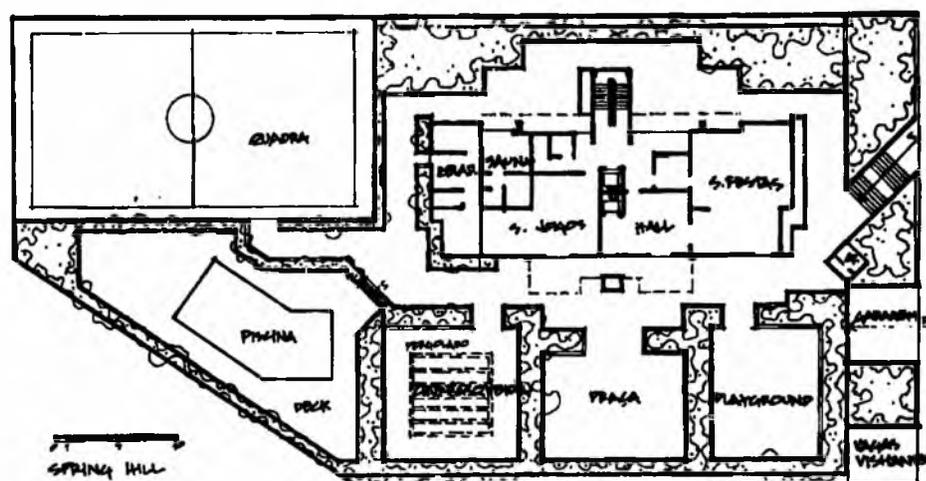
Os canteiros têm linhas curvas e espécies tropicais



Há um acesso para carros, pergolado, chamado de "cochère" nos anúncios de imóveis

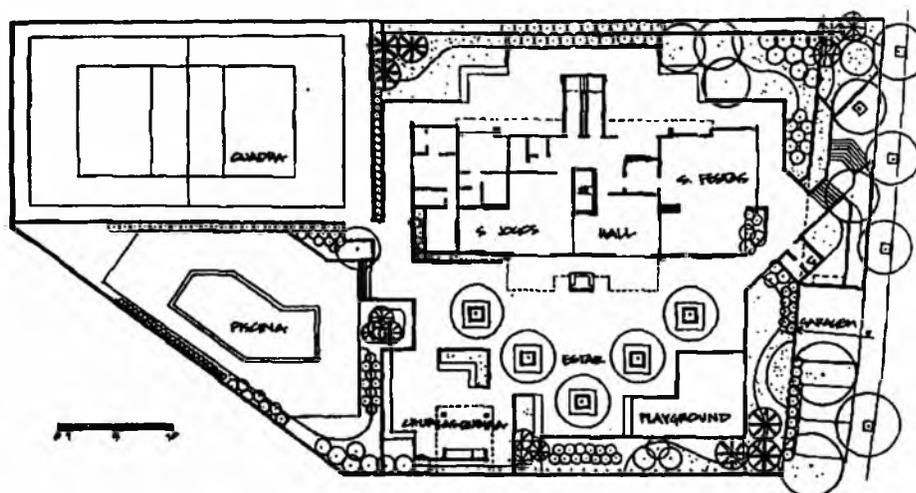


A pérgola sugerida foi projetada em semicírculo e organiza um espaço para contemplação



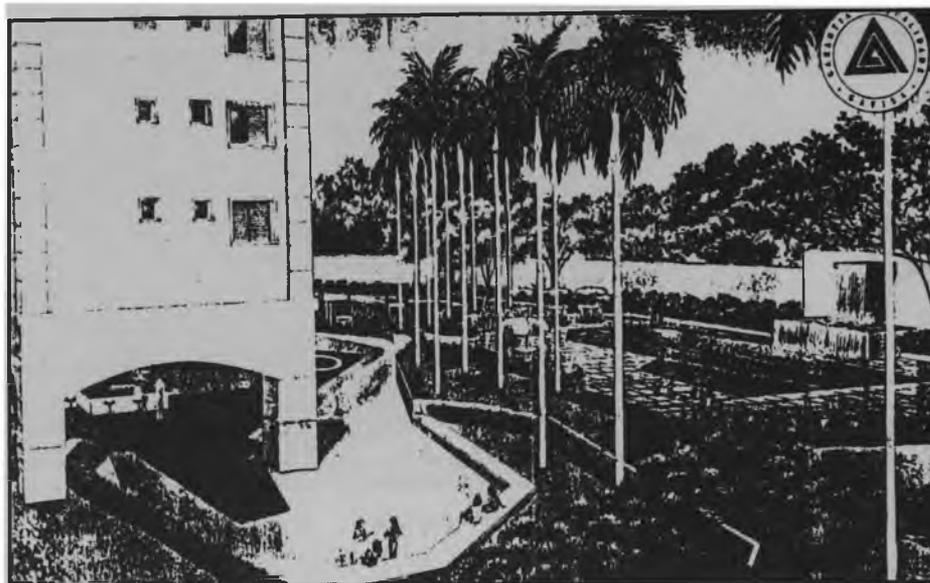
Proposta da construtora

No caso do edifício Spring Hill, a construtora entregou ao paisagista já uma proposta com espaços rigidamente delimitados por canteiros. Linhares e Chacel desenvolveram um projeto com playground, espaço de estar e caminhos integrados



Proposta dos arquitetos

espelhos d'água, o emprego dos planos verticais de concreto com moldagem, muros coloridos e o uso de esculturas distribuídas nos projetos de paisagismo. Também podem ser observados o uso das cores em pisos, massas de forrações ou arbustos e os desenhos de pisos, massas de forrações ou arbustos e os desenhos de piso sempre presentes e marcantes em sua obra, em formas abstratas, orgânicas ou geométricas, normalmente arredondadas, amebóides.



Edifício Prince de Gales, segundo o anúncio publicitário "um autêntico neoclássico com paisagismo de Burle Marx & Cia." Declaração explícita de que o térreo não tem nada em comum com a arquitetura da edificação

Os edifícios modernistas, como princípio, não comportam ornamentos decorativos. O jardim moderno torna-se o único complemento à arquitetura moderna. Um complemento essencial já que não há o rebuscamento nas construções e que o concreto e o tijolo estão aparentes. O jardim não aparece unicamente para monumentalizar a edificação, mas para continuá-la e, desta maneira, participar da vida das pessoas. O desenho da área do térreo procura acompanhar a arquitetura da edificação. Mas existem jardins modernos para edificações não modernas, eles seguem seus próprios padrões estilísticos, como no exemplo do edifício Prince de Gales.

Aos poucos, o projeto moderno torna-se também mais um cenário que um conjunto de princípios. Surge com algumas variações estéticas, às vezes mais decorativo. O extremo do rebuscamento pode ser chamado "pós-modernismo", aparecendo, por exemplo, sob a forma de muitos ângulos, que já estavam presentes nas plantas dos apartamentos, pórticos no alto dos edifícios, acessos com coberturas de estrutura metálica, outros acessórios, pisos desenhados com molduras, revestimen-

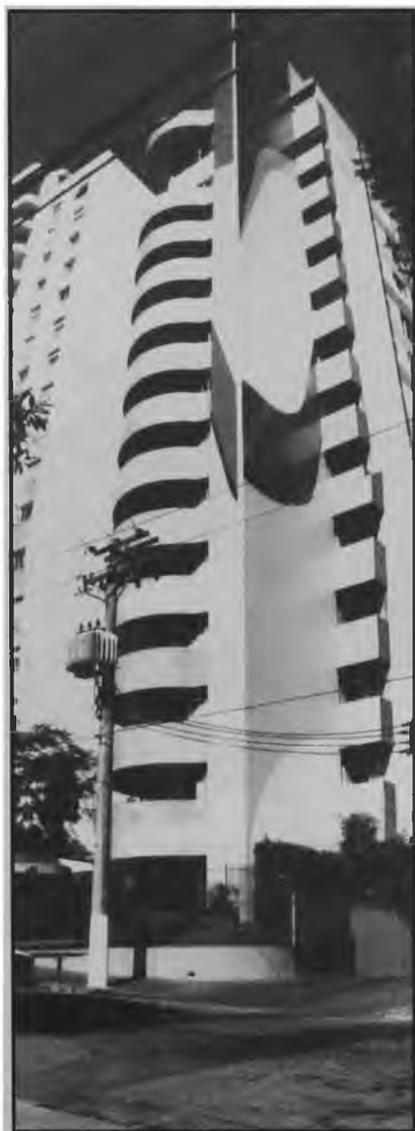
tos de cerâmica colorida, cores fortes e ornamentos em profusão. A racionalidade existe, mas não é tão aparente.

Nos anos 80, a integração espacial das décadas anteriores se mantém, mas a fluidez tem mais restrições. É um processo de individualização e enclausuramento. A continuidade visual e a integração interior-exterior mantém-se com varandas, vedos de vidro e generosas aberturas.

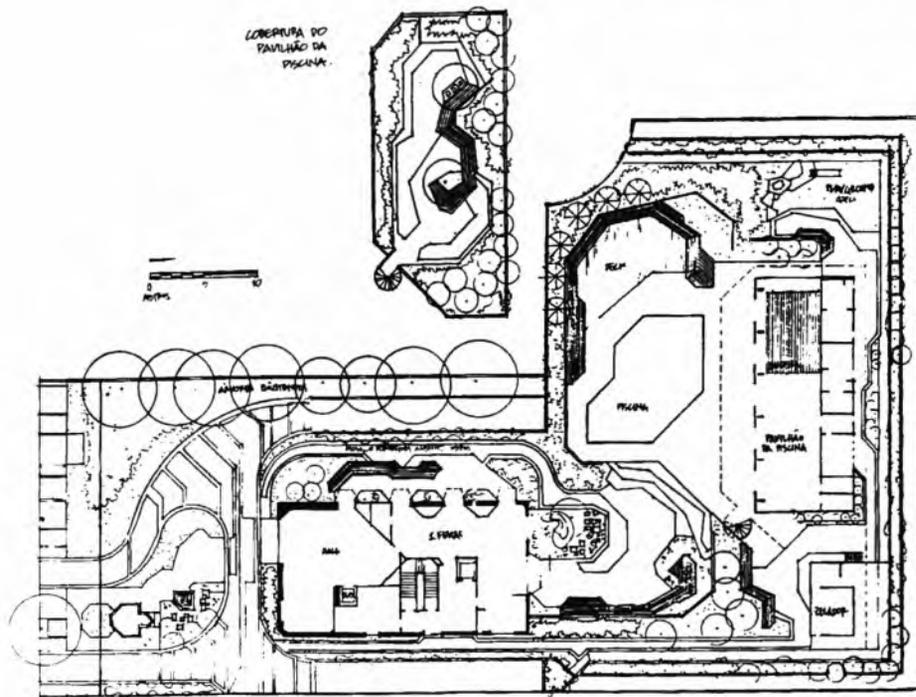
Nos salões de festas, por exemplo, portas-janelas dão para a área externa ou para uma pracinha de apoio rodeada de plantas. As aberturas envidraçadas acabam funcionando como quadros, como pinturas e são os elementos responsáveis pelo resgate da

“natureza” Não são mais planos livres mas “envidraçados” Na cidade de São Paulo, o térreo livre com pilotis não é agradável em virtude do vento e do frio. Além disso a vedação traz vantagens para a segurança, ao menos psicologicamente.

Os arquitetos-paisagistas modernos criaram desenhos que não estancavam as funções em áreas rigidamente marcadas. Os pisos se misturavam, os caminhos se confundiam com as “pracinhas” ou eram os próprios espaços de estar. Estes princípios ainda são seguidos, mas houve a especialização dos usos dos espaços livres, nos anos 80, por exigência do mercado.



No edifício Tomie Othake, do arq. Ruy Othake, as varandas das salas são como ondas e a empena foi pintada em fortes tons de vermelho, azul, cinza e amarelo

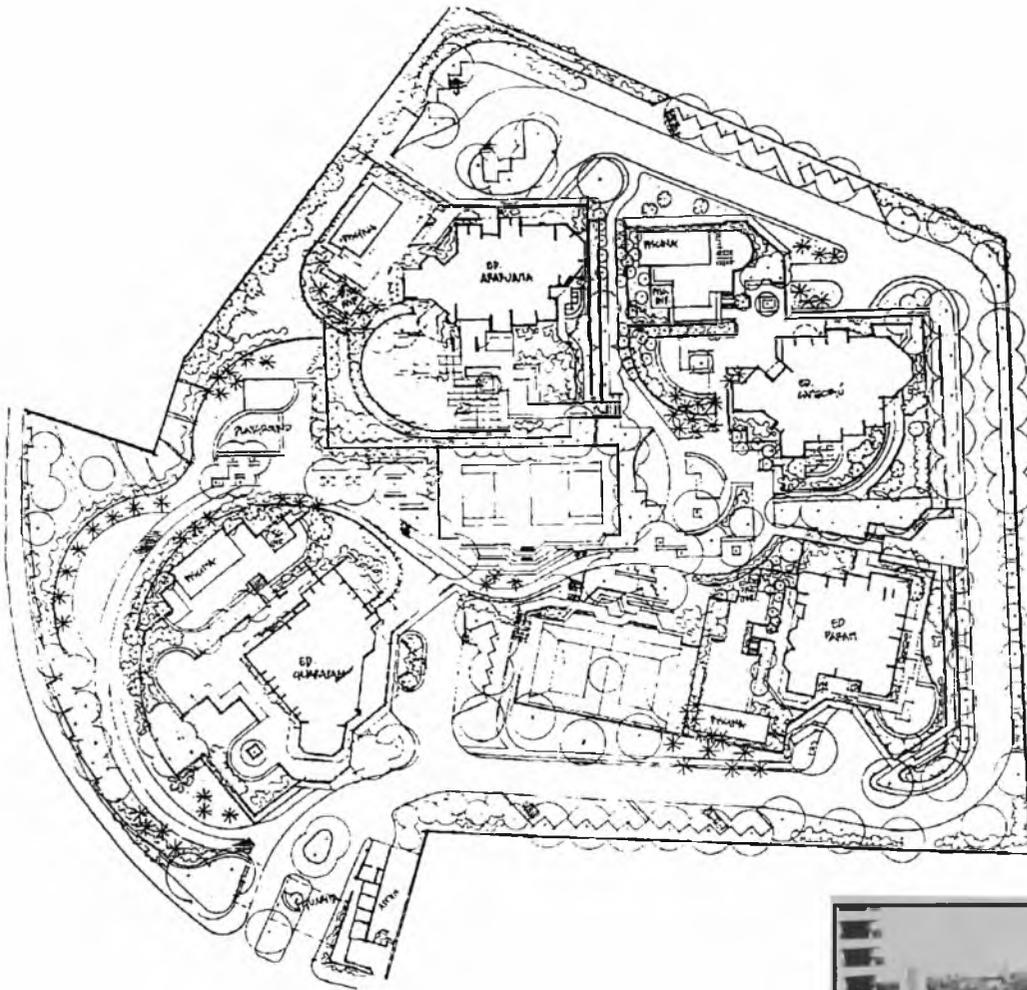


No edifício Tucumã, no jardim Paulistano, os clientes de Jamil Kfourí foram os moradores, não a construtora. Eles deram grande valor à qualidade. O desenho do piso de mosaico português é bastante elaborado, bem como o de outros elementos como os bancos e da "moldura" em concreto para a árvore



O grafismo é especialmente importante para quem vê o térreo dos apartamentos





No condomínio Anália Franco, no Tatuapé, cada edifício possui seus muros, mas há uma área de lazer comum projetada por Rosa Klüss



Muitos espaços de estar e caminhos para passeio, bicicletas ou cooper

O playground é compacto. Há muitas palmeiras e arecas que criam a sensação de vegetação exuberante imediatamente após o plantio





No edifício Belvedere Firenze, no Real Parque, degraus e desenhos de piso de mosaico e pedra mineira são retos e angulosos



O paisagista Luciano Fiaschi pôs em cada canteiro apenas uma espécie, o que marca a presença da planta



A área de lazer, neste caso, é o playground e um gramado



O térreo do condomínio Portal da Cidade foi projetado pelo arquiteto Ruy Othake, mas o projeto de plantação foi feito por Sidney Linhares. Bastante contemporâneo possui portaria com tijolos de vidro



Piscina com círculos-ilha



Anfiteatro

Como a intenção projetual dos arquitetos era também por espaços flexíveis e funcionais, estes espaços, por este caráter, comportam os equipamentos desejados. Todas estas novas funções, se a área for compatível, se encaixam perfeitamente no desenho proposto pela escola californiana de Garret Eckbo. Os espaços ficam dispostos, integrados entre si e mantendo relações com a edificação.

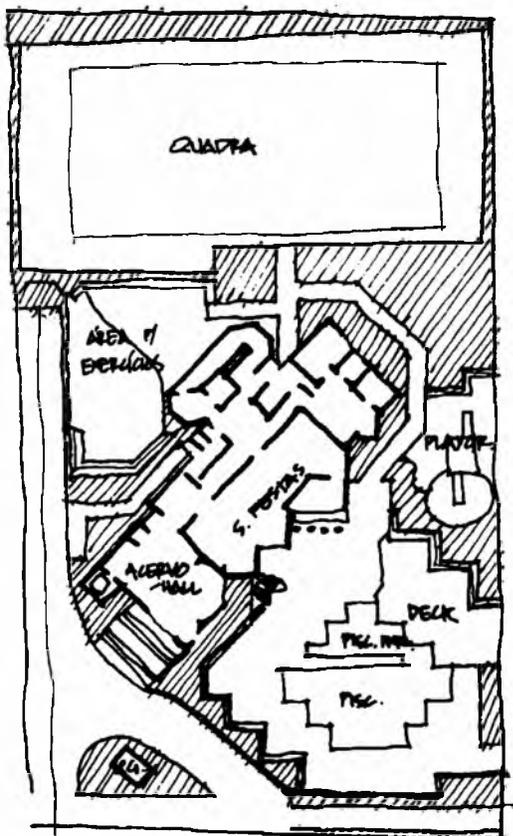
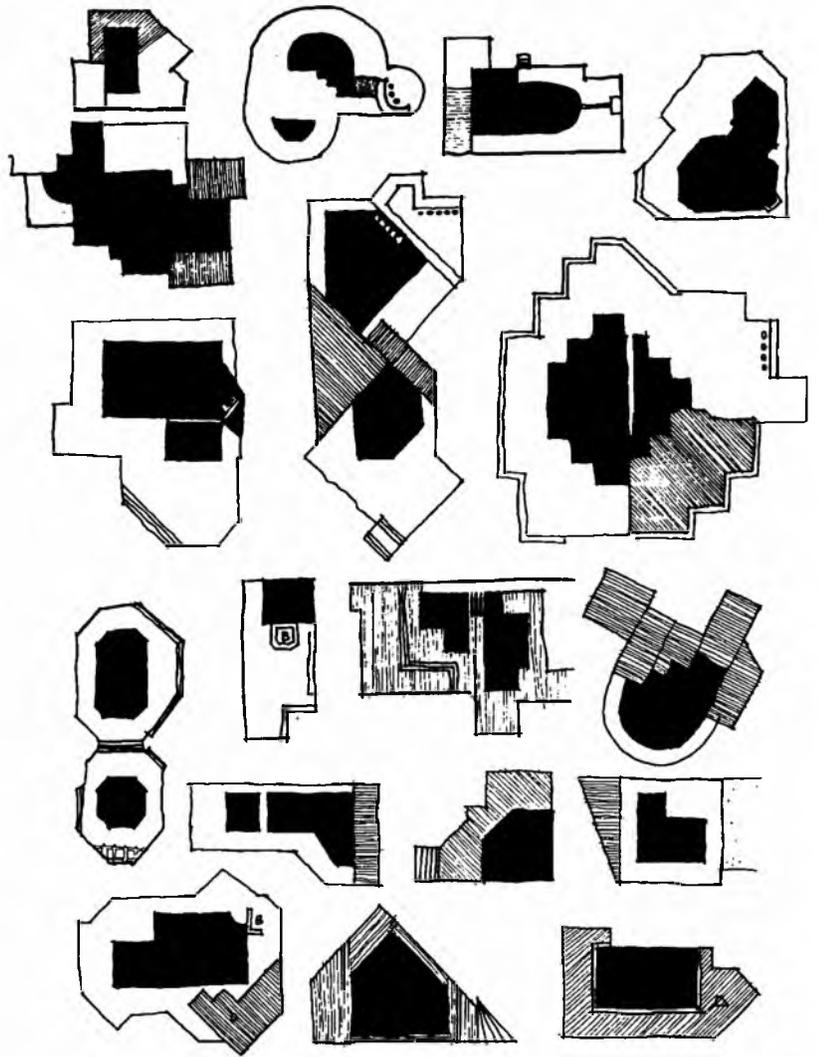
Anos 90

Sobre o conjunto dos projetos em geral, de paisagistas renomados ou não, ou de autoria de profissionais que não atuam exclusivamente com paisagismo, podemos tirar um receituário de formas de desenho que surgiram e por incontáveis vezes se repetiram. Aparecem os espaços derivados de bolinhas ou derivados de polígonos, com ângulos 45 e 60 graus. As piscinas ganham formatos que vão do circular ou oval ao retangular chanfrado em todas as extremidades, os *decks* – de madeira necessariamente – acompanham a geometria escolhida. Os *playgrounds* têm formatos de círculos ou de polígonos irregulares e assim por diante. O formato de cada espaço, em função da geometrização em vigor, se adapta às configurações irregulares dos lotes. Nos exíguos lotes urbanos, as diagonais e os ângulos “criam” espaços maiores, pois podem ser observados de todos os ângulos.

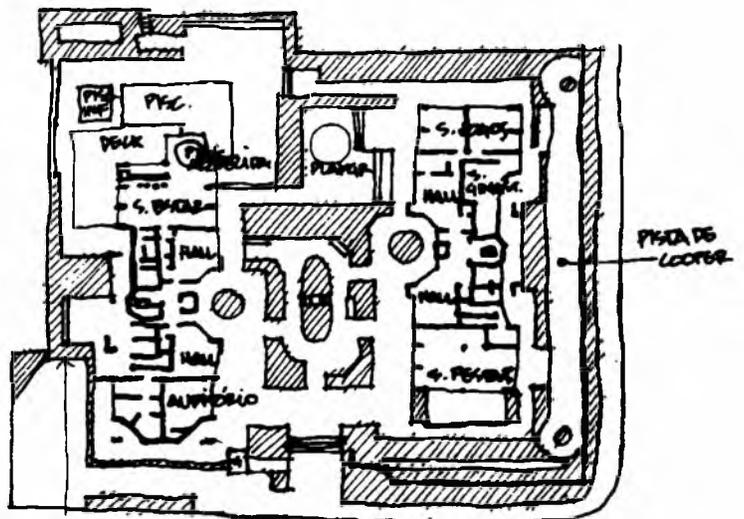
Os brinquedos são padronizados, em alguns casos aparecem brinquedos pedagógicos, normalmente feitos de troncos de eucalipto fixos, que procuram estimular a criatividade na hora de brincar e permitem o uso por várias crianças ao mesmo tempo, já que a monotonia dos brinquedos tradicionais pode levar à perda de interesse por parte das crianças.

As piscinas são implantadas elevadas em relação à laje do pavimento térreo. Sua cor tem grande peso ao desenho do térreo, visto através dos apartamentos, sendo em alguns casos

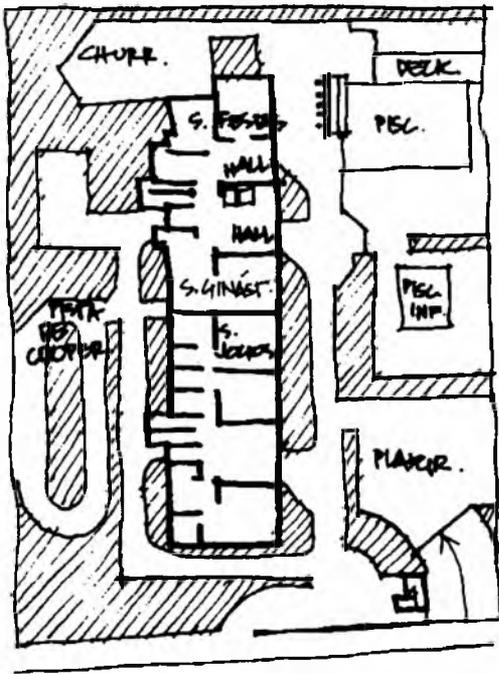
Esta investigação sobre o desenho destes espaços, extraídos de catálogos de anúncios publicitários, é um exercício formal. Na realidade, cada espaço deve ser analisado em seu contexto já que forma relações com os espaços vizinhos e com o lote



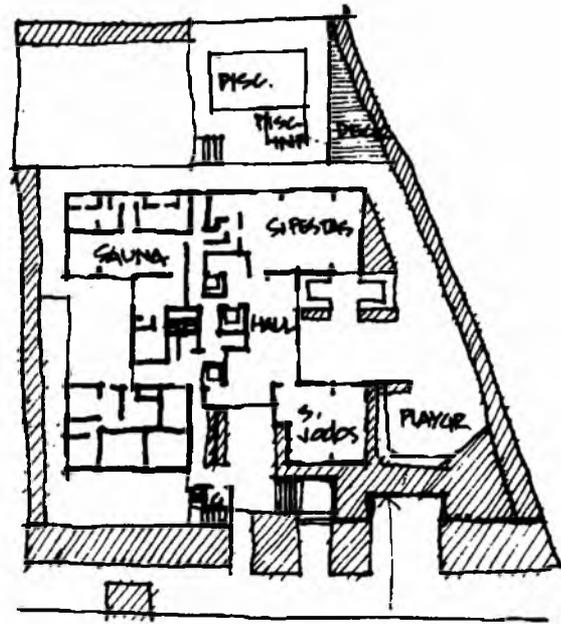
ED. CALABRONE
Rua Edson, 160 - Campo Belo



ED. AVIS RARA
Rua Pintassilgo, esquina Rua Rouxinol - Moema

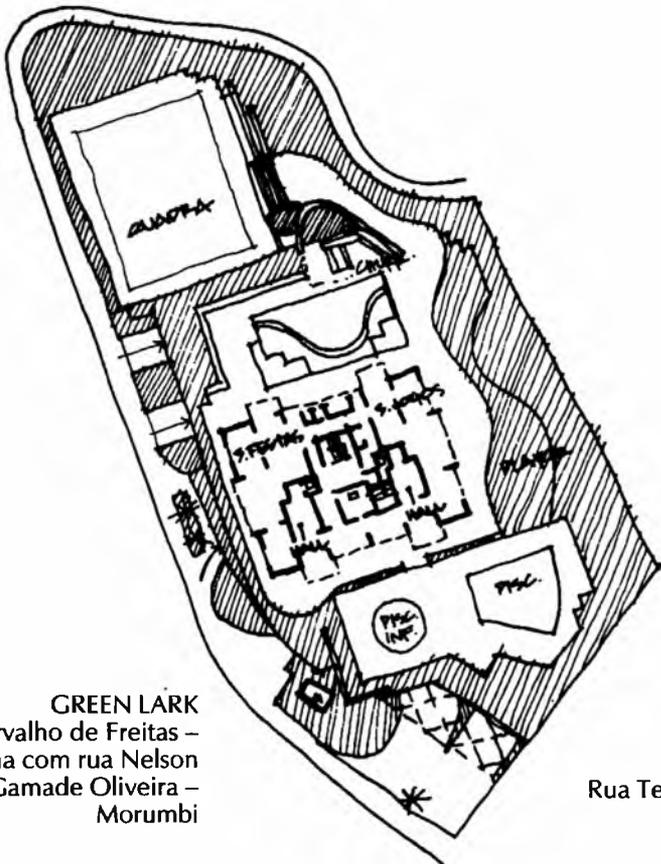


ED. ATHENAS GARDEN
Avenida Il de Junho, 1291 - Vila Mariana

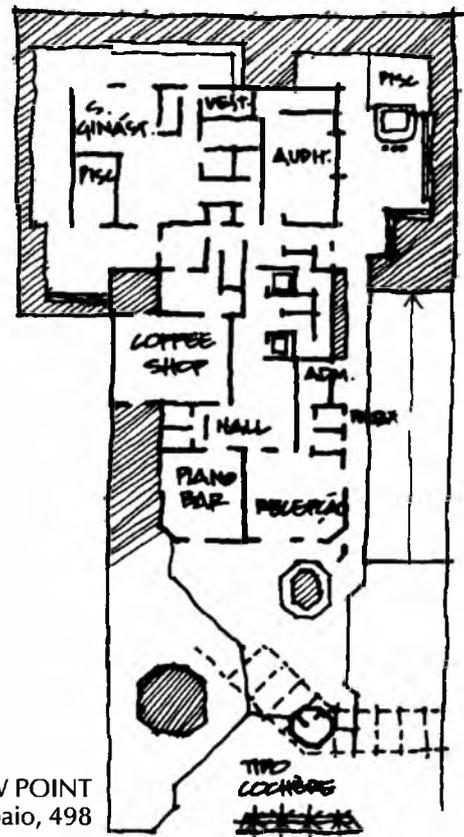


ED. BERKELEY
Rua Pedro Doll, 470 - Altos de Santana

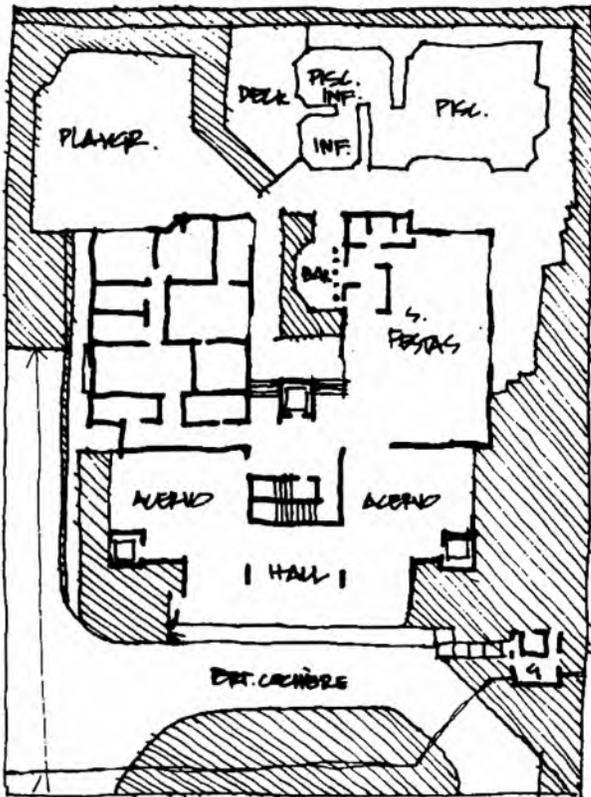
 Área Verde
 Acesso de Veículos



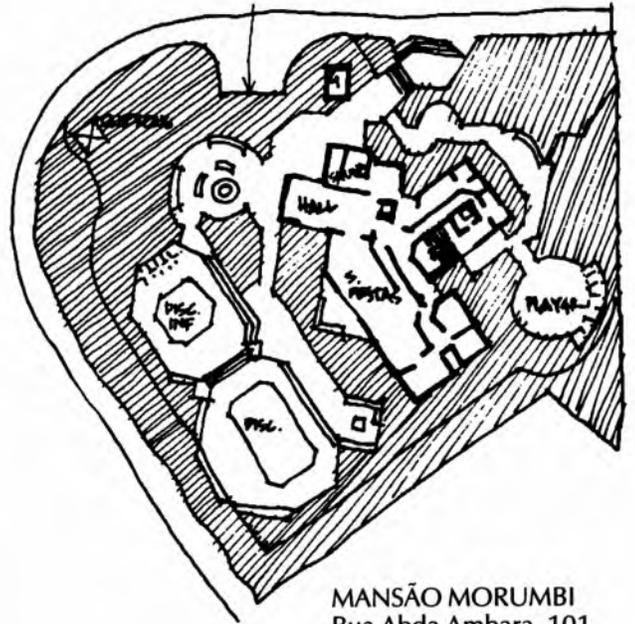
GREEN LARK
Rua Carvalho de Freitas –
esquina com rua Nelson
Gamade Oliveira –
Morumbi



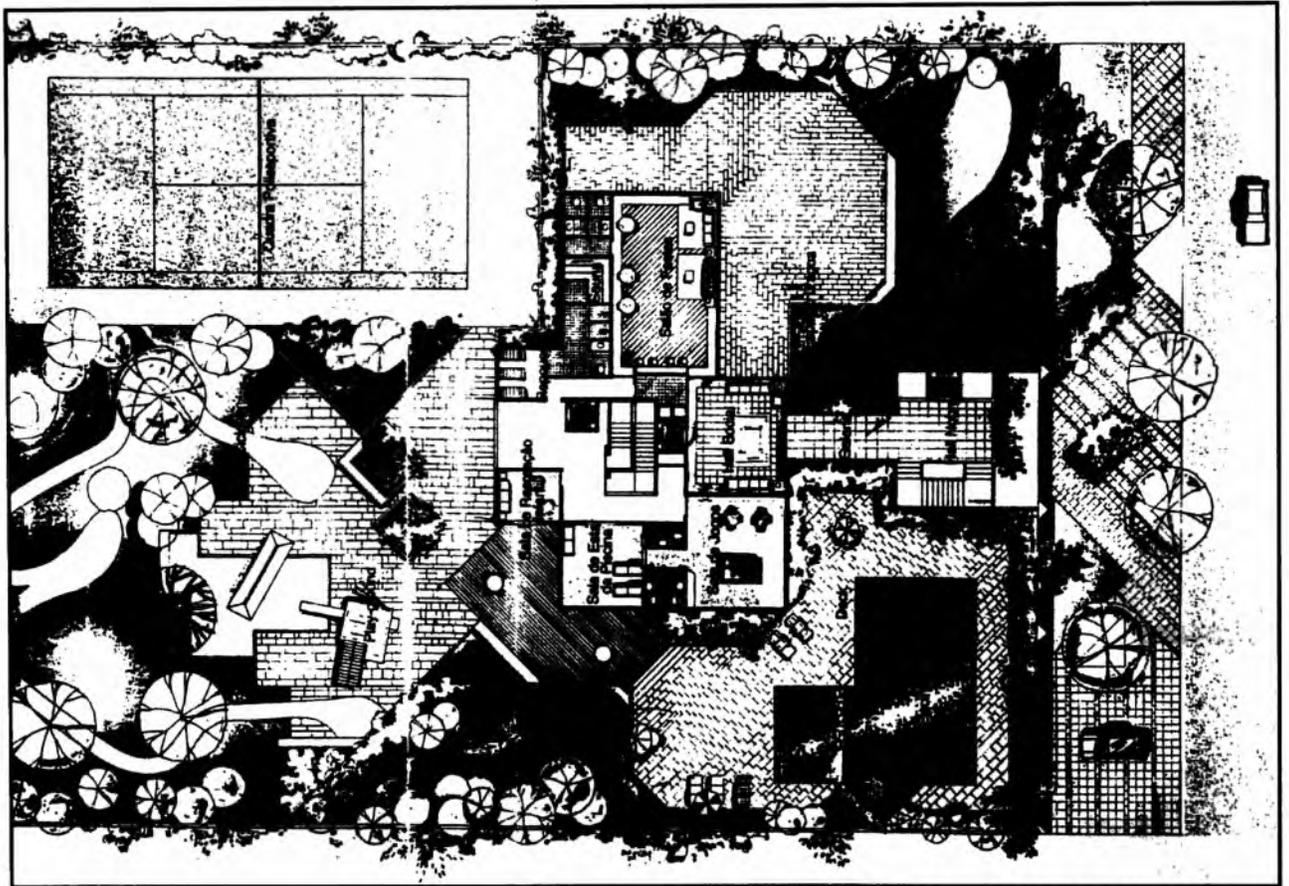
NEW POINT
Rua Teodoro Sampaio, 498



ED. ALDEMIR MARTINS
Avenida Macuco, 49 – Moema



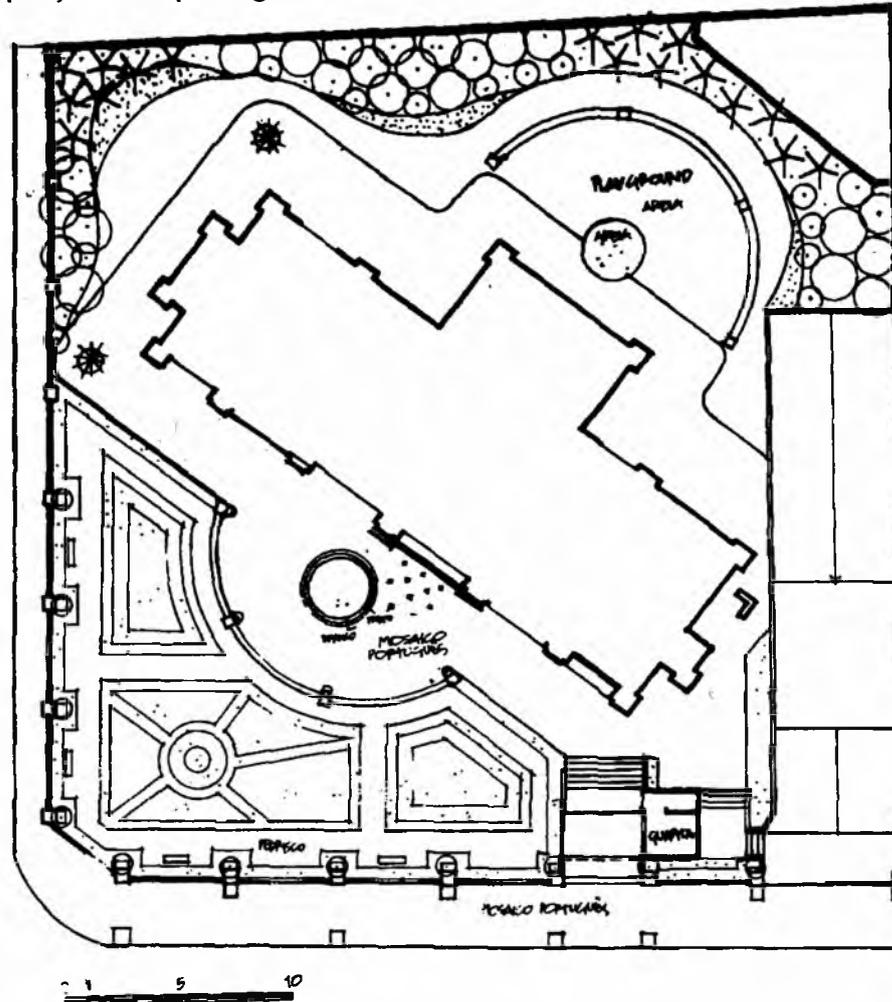
MANSÃO MORUMBI
Rua Abda Ambara, 101



ED. FALSTAFF - Morumbi

aproveitada para as vistas dos dormitórios e da sala. Na grande maioria dos casos, é a única forma pela qual a água entra no projeto de paisagismo.

Ed. Prince of Kronberg,
em Moema, com
paisagismo de
Maria João D'Orey



Nos anos 90 se observa também um “neo-ecletismo”, a volta dos jardins de estilo. Na prática, eles nunca deixaram de ser projetados mas, nos edifícios de apartamentos, a tendência é mais forte na década de 90. Sempre persistiram edifícios com nomes franceses ou ingleses, com títulos de nobreza, como “Prince des Tulleries”, mas o paisagismo no máximo faria uma pálida referência. O neo-ecletismo pretende adequar o jardim ao estilo do edifício, seja francês ou italiano, criando um clima ou um cenário completo.

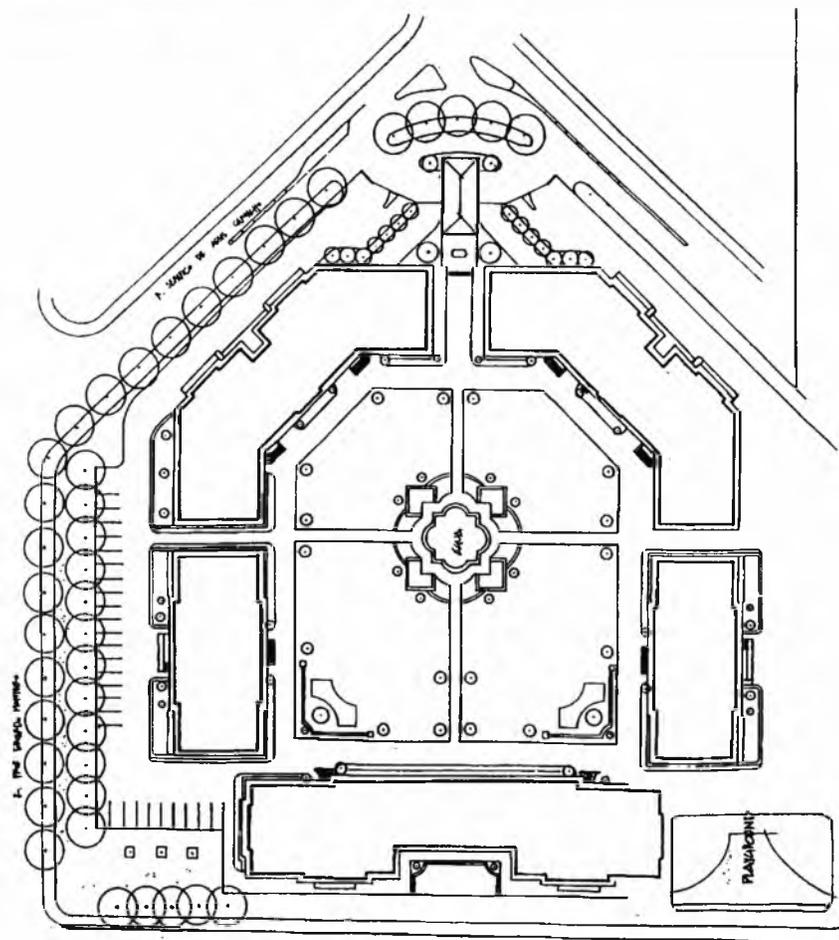
O projeto do “neo-ecletismo” se torna, por exemplo, como os jardins do renascimento, formalistas, mais para contemplação

que para o uso e seguem um esquema rígido de eixos que emolduram e monumentalizam a edificação. Trazem espécies de plantas que nos remetem ao clima temperado – aproveitando-se que São Paulo comporta tais espécies em termos de manutenção.



Anúncio Publicitário

Place des Voges, poucos equipamentos, monumentalidade conseguida com eixos, gramados e caminhos bem definidos



Desenho: Francine G. Sakata

*Projeto de paisagismo e arquitetura: Marcos Tomanik
Projeto de plantação: Sueli Suchodolski*

Este neo-ecletismo reintroduz a história sem história, sem prática. O condomínio Place des Voges no Morumbi, por

exemplo, faz referência ao projeto da praça francesa, mas seu uso será completamente diferente.

Neo-ecletismo e pós-modernismo são adotados pelas construtoras como sinônimos de sofisticação por conferirem uma feição mais marcante e rebuscada aos empreendimentos. A arquitetura paisagística brasileira não está criando, nestes casos, um padrão novo e conceitualmente forte. Nos projetos de paisagismo, principalmente nos mais comerciais, como é o caso dos edifícios de apartamentos, foram adotados modelos estrangeiros ou do passado. Isto vem sendo feito com pouca ou nenhuma revisão dos conceitos, das situações que geraram aqueles modelos. A nova corrente não configura, de saída, um retrocesso mas a falta de consciência que no moderno estava presente, empobrece as novas propostas...

BIBLIOGRAFIA

- ABBUD, Benedito. *Vegetação e projeto*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- ABBUD, Benedito, MIYAZAKI, Elizabeth e GAVIÃO, Martha. *Por dentro das áreas externas*. São Paulo: Diretoria de Produto da Encol, 1986.
- ASHIHARA, Yoshinobu. *Exterior design in architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold Co., 1970.
- BELLUZZO, Ana Maria. *Waldemar Cordeiro, uma aventura da razão*. São Paulo: MAC/USP, 1986.
- CARDOSO, Omar de Almeida. *Arquitetura paisagística e a cidade - do ecletismo ao moderno*. São Paulo: FAUUSP, 1990. Relatório de Pesquisa ao CNPQ.
- CASTILHA, Marcos S. *Arquitetura paisagística e a cidade - do ecletismo ao moderno*. São Paulo: FAUUSP, 1990. Relatório apresentado ao CNPQ.
- ECKBO, Garret. *Landscape for living*. Nova York: Dodge, 1950.
- ELIOVSON, Sima. *The gardens of Roberto Burle Marx*. Nova York: Sagapress, 1991.
- FERREIRA, Nadia Somekh M. *A (des)verticalização em São Paulo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- FRANCO, Maria Assunção Ribeiro Franco. *Espaço livre e arquitetura - O projeto dos espaços livres junto aos edifícios bancários*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- GUARALDO, Eliane. *Arquitetura paisagística e a cidade - do ecletismo ao moderno*. São Paulo: FAUUSP, 1990. Relatório apresentado ao CNPQ.
- LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

- LEMOS, Carlos. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- MACEDO, Sílvio S. *Higienópolis e arredores - Processo de mutação da paisagem urbana*. São Paulo: Edusp/Pini, 1987.
- _____. *Paisagem e habitação verticalizada - Os espaços livres como elementos de desenho urbano*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MACEDO, Sílvio S., CENIQUEL, Mario. O paisagismo no Brasil - Introduzindo a questão. In: *Paisagem e Ambiente* - São Paulo: FAUUSP, 1982.
- MANN, William A. *Landscape architecture: An illustrated history in timelines, site, plans and biography*. Nova York: John Wiley & sons, 1993.
- MERA, Adina. Paisagem urbana e forma da cidade. *Revista de Administração Municipal do Rio de Janeiro*, n. 78, p. 323-348, out. 1966.
- MOTTA, Flávio Lichtenfels. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1983.
- NISHIKAWA, Ayako. *Espaços livres junto às habitações em São Paulo*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- PROCESS ARCHITECTURE Publishing Co. *Revista Process n. 90 Garret Eckbo*, Japan, 1982.
- REID, Grant W. *From concept to form in landscape design*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1993.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.
- TOBEY, George B. *A history of landscape architecture - The relationship of people to environment*. Nova York: American Elsevier, 1973.
- TUNNARD, Christopher. *Gardens in the modern landscape*. Nova York: Arch Press, 1938.



■ **FRAGMENTOS DE PAISAGENS**

Paulo Renato Mesquita Pellegrino

FUNDAMENTOS

**PAULO
RENATO
MESQUITA
PELLEGRINO**

Paulo Renato Mesquita Pellegrino – Arquiteto e urbanista da Puccamp, mestre e doutor da FAUUSP, professor de paisagismo da FAUUSP.

RESUMO

Este texto compreende o segundo capítulo da tese de doutorado: "Paisagens temáticas: Ambiente virtual" (Pellegrino, Paulo, FAUUSP, 1995). Esta tese parte da visão da paisagem como estrutura de linguagem e de percepção ambiental como uma alternativa para a produção da interpretação do espaço geradora de conhecimento. Este capítulo faz parte de um levantamento de dados secundário para posterior análise e interpretação do processo de transformação de um conjunto específico de paisagens no setor oeste da região metropolitana de São Paulo.

ABSTRACT

This paper refers to the second chapter of the Ph.D. thesis "Theme Landscapes: Virtual Environments" (Pellegrino, Paulo, FAUUSP, 1995). This thesis had the assumption of the landscape as language and of environmental perception as a possible condition for an informational device with nature. This chapter is part of a data-analysis and interpretation that tried to establish what is the process of transformation of an specific site at the outskirts of São Paulo City.

A ECOLOGIA DA PAISAGEM

*“Time present and time past
Are both perhaps present in time future,
And time future contained in time past.”*

T.S. Eliot, *Four Quartets*, 1944

*“An endless feedback loop:
Past functioning has produced today’s structure;
today’s structure produces today’s functioning;
today’s functioning will produce future structure.”*

Forman, *Landscape Ecology*, 1986

A partir do paradigma de percepção de que só conseguimos perceber o que conseguimos interpretar (Peirce, 1974), a legibilidade da paisagem torna-se possível no momento em que fragmentos da realidade são retirados para observação atenta, permitindo a qualificação do ambiente e sua interpretação.

A ecologia da paisagem, como uma forma de organização abstrata, ao gerar uma informação codificada através de signos indiciais capazes de comunicarem uma determinada representação, permite a criação de uma explicação possível para entender a dinâmica de uma determinada paisagem e, assim, caracterizando-a explicitar um juízo perceptivo. Como uma referência, em nosso caso, capaz de ser utilizado como o contraponto necessário para efetivar a análise e interpretação dos dados dos usuários.

Com o reconhecimento de que o distúrbio, seja causado pelos seres humanos ou induzido por forças da natureza, é a condição normal de qualquer ecossistema, a ecologia da paisagem difere ideologicamente da maioria da literatura existente sobre ecologia, procurando uma posição mais balanceada, ainda que não antropocêntrica, na qual assume que todas as paisagens,

das matas às áreas centrais das cidades, compartilham de um modelo estrutural similar. A ecologia da paisagem ao traduzir para uma linguagem comum de estrutura, função e mudança oferece um papel mediador entre as ciências ambientais e os interventores na paisagem, criando uma estrutura analítica que permite um entendimento mais integral da dinâmica espacial das paisagens.

Primeiramente definida como o estudo das relações biofísicas que governam as diferentes unidades espaciais de uma região (Forman, 1986), a ecologia da paisagem assumiu o diferencial de considerar tanto as relações “verticais” (dentro da própria unidade) como “horizontais” (entre as unidades): como um complexo de diversos sistemas (solos, clima, água, plantas, animais e o homem) que pela sua fisionomia forma uma entidade distinta, com uma paisagem reconhecível, possuidora de um conjunto de regimes de mudança similar em toda a sua extensão.

Assim, com a definição de paisagem como uma área heterogênea composta de um aglomerado de ecossistemas que se repetem de forma similar por toda a sua extensão, e com os princípios da ecologia da paisagem se aplicando aos mosaicos ecológicos em todas as suas escalas, podemos, dentro do recorte regional estudado na minha dissertação de mestrado (Pellegrino, 1987), realizar um detalhamento neste processo de análise descendo em dimensão escalar, detendo sobre um trecho da sub-bacia do rio Tietê, a montante do Reservatório Edgard de Souza, entre a margem esquerda deste rio, ao sul, e o seu divisor de águas com a bacia adjacente do rio Juqueri, ao norte, onde, em uma distância média de 5 km, é vencida uma amplitude total próxima de 300 m. Este recorte oferece o enquadramento necessário para uma adequada caracterização deste conjunto de paisagens, para os propósitos deste estudo.

Utilizando esta capacidade que a ecologia da paisagem oferece de poder trabalhar com a paisagem como uma unidade distinta e quantificável, definida pelo aglomerado reconhecível e espacialmente repetitivo de ecossistemas interagentes, pela geomorfologia e pelos regimes de mudança, iremos aqui deter a análise desta área a partir das três características fundamentais que este sistema de representação utiliza para a criação de uma linguagem que expressa uma determinada escala de valores e um padrão de comportamento correspondente.

A ESTRUTURA

A estrutura de uma paisagem corresponde aos padrões de distribuição dos elementos espaciais que a constitui. Considerando que todos os pontos de uma determinada paisagem estão sob a influência de um mesmo clima mais amplo, a maioria dos seus pontos têm uma geomorfologia similar, referindo-se a uma forma de relevo comum. Assim, a base de uma paisagem pode ser definida por este padrão morfológico, que define os tamanhos, formatos, números, tipos e configurações dos ecossistemas, e deste modo ter a sua estrutura expressa em *manchas* (áreas de superfície não-lineares que diferem em aparência do seu entorno), *corredores* (faixas relativamente estreitas que diferem de seu entorno em ambos os lados; quando conectadas formam redes) e *matriz* (o elemento paisagístico dominante).

Na análise da geometria espacial, em seus aspectos mais significativos enquanto FORMA do suporte físico, esta área do estado de São Paulo faz parte da plataforma sul-americana, composta pelo que tradicionalmente se chama complexo cristalino (por ser formado essencialmente de rochas magmáticas e metamórficas), ou basal (por se posicionar estratigraficamente sob mantos sedimentares), e que representa o embasamento da

plataforma. Este embasamento se expõe, entre outras regiões, na faixa costeira, configurando o Escudo Atlântico.

Dentro deste enquadramento maior, a nossa área apresenta em seu entorno variações que vão das áreas mais altas do Planalto, onde se destacam as serras do Japi e do Voturuna, que alcançam altitudes superiores a 1.200 m, além dos pontos isolados, como o Pico do Jaraguá, com altitude similar a áreas mais planas como a da bacia sedimentar de São Paulo com altitudes em média de 750 m. As unidades de relevo que aparecem em nosso recorte podem ser genericamente descritas como participantes do conhecido “Mar de Morros”, topos arredondados, vertentes com perfis convexos a retilíneos, drenagem de alta densidade com padrão dendrítico a retangular, vales abertos a fechados, planícies aluvionares interiores desenvolvidas. Constitui geralmente um conjunto de formas em “meia laranja”

Para o nosso setor da sub-bacia, assumimos a definição dos padrões de relevo (IPT, 1987) baseada nas principais feições morfológicas como: as amplitudes, as declividades das encostas e as linhas de drenagem. Foram encontrados (IPT, 1993) quatro padrões de relevo. Isto permitiu a elaboração de um gradiente, representando este sucessivo aumento das classes de declividade e das amplitudes locais.

Padrão de Relevo 1 – Planícies Aluvionares

Terrenos baixos e planos juntos aos cursos d’água apresentam declividades menores que 5%. Ocupados pelos sedimentos aluvionares são áreas em permanente estado de saturação, com ocorrência de terrenos alagadiços devido à presença do lençol freático próximo à superfície. Problemáticas quanto à drenagem e escoamento das águas, são áreas caracterizadas como de deposição de detritos provenientes das encostas e de

lançamento de efluentes, com o assoreamento das várzeas. Trechos de sedimentos terciários, com seus relevos predominantemente suavizados e baixo potencial erosivo, também aparecem em situações lindeiras aos corredores formados por estas situações de relevo.

Padrão de Relevo 2 – Morrotes

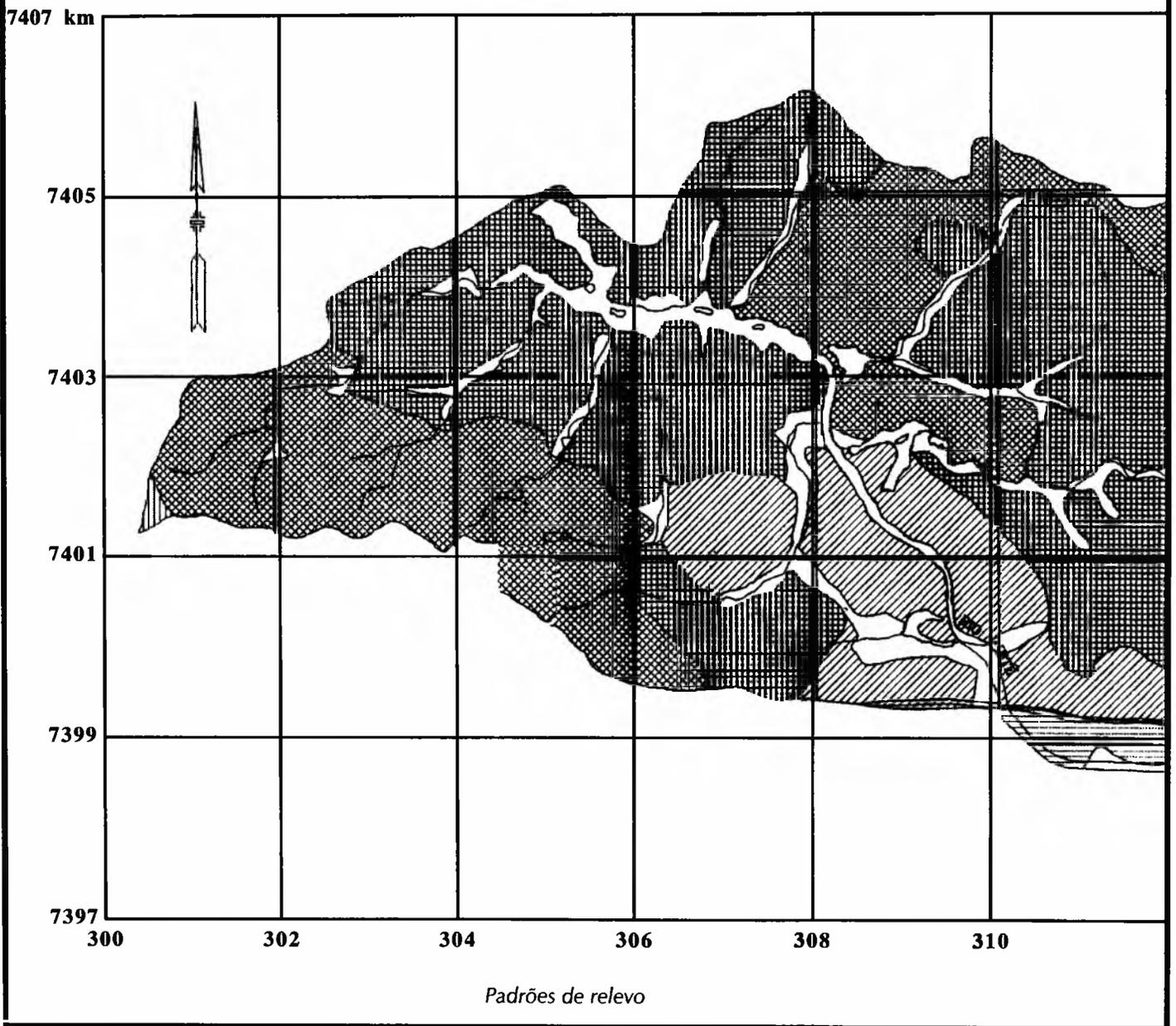
Constitui relevo ondulado, caracterizado pela predominância de amplitudes em torno de 60 m, podendo atingir até 90 m. As declividades predominantes são entre 20 e 30% nas porções inferiores, entre 10 e 20% nas porções superiores e topos, subordinadamente superiores a 30% no terço inferior de algumas encostas e cabeceiras de drenagem. As encostas apresentam de perfis retilíneos a convexos e superfícies desde levemente sulcadas a ravinadas com alguns anfiteatros. Apresentam densidade de linhas de drenagem variável, sendo maior nas encostas mais íngremes. Os topos são relativamente amplos e alongados. Os vales são fechados com planícies aluviais restritas. Este padrão de relevo aparece como manchas intermediárias no início da subida mais enérgica da topografia.

Padrão de Relevo 3 – Morros Baixos

Aparecendo em manchas na faixa seguinte, esta forma de relevo é caracterizada por uma ondulação onde predominam amplitudes entre 90 e 110 m e declividades de encostas entre 20 e 30% nas porções superiores. Subordinadamente, ocorrem declividades de até 20% nos topos de elevações e maiores que 30% no terço inferior das encostas, nas cabeceiras de drenagem e nos anfiteatros. As encostas possuem perfis retilíneos a convexos e superfícies razoavelmente entalhadas por ravinas, com freqüentes anfiteatros apresentando alta densidade de drenagem. Os topos de elevações são estreitos e alongados e os vales são fechados e assimétricos, com planícies aluviais restritas.

FORMAS DE RELEVO

-  Planícies aluvionares
-  Sedimentos terciários
-  Colinas em cristalino
-  Morrotes baixos em cristalino
-  Morrotes altos e morros baixos em cristalino
-  Morros altos, montanhas e escarpas em cristalino



Padrões de relevo

CONVENÇÕES



Pontos de referência



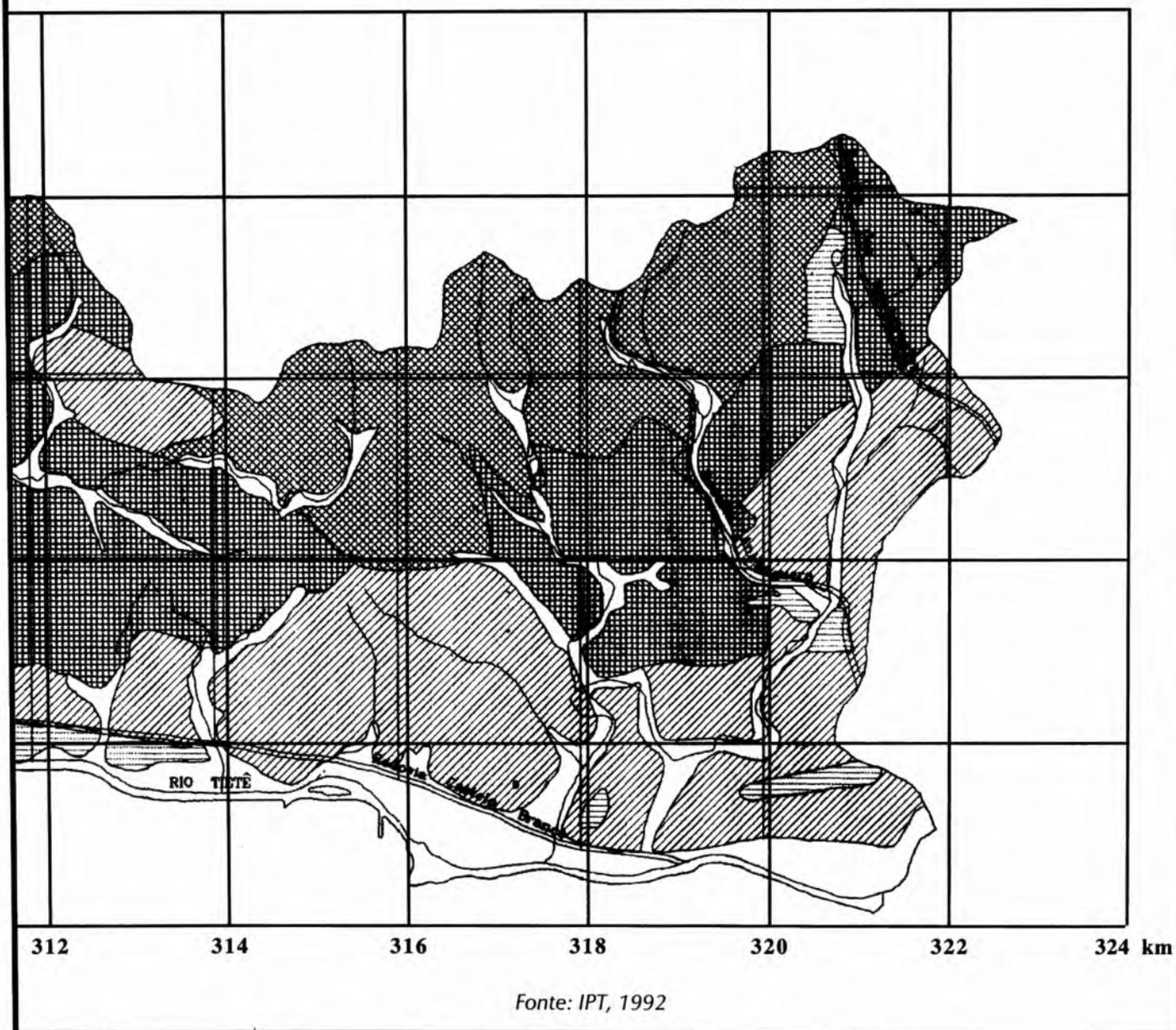
Sede do município



Vias principais



Drenagens / Reservatórios



Padrão de Relevo 4 – Morros Altos e Montanhas

Aparecendo de forma predominante junto ao divisor de águas, em áreas mais elevadas apresenta amplitudes predominantes entre 140 e 160 m, podendo atingir até 200 m. Com declividades predominantes entre 20 e 30% nas porções superiores das encostas e maior que 30% nas porções inferiores, e subordinadamente entre 10 e 20% nos topos. As encostas, com perfis predominantemente retilíneos, apresentam-se bastante entalhadas, com grotas profundas, ravinas, anfiteatros e alta densidade de drenagem. Os topos são estreitos e alongados e os vales fechados.

A FUNÇÃO

A função de uma paisagem responde pelo seu papel nas interações entre seus elementos espaciais, ou seja, o fluxo de energia, matéria e indivíduos entre os seus ecossistemas componentes. Uma compartimentação fisiográfica desta sub-bacia do rio Tietê, a partir destes critérios, permite a criação de classes de adequação do sítio para fins urbanos, e no sentido de melhor aferir este problema de intrusão do urbano sobre o rural observamos que os solos ali são classificados predominantemente como terras demasiadamente acidentadas, prestando somente ao reflorestamento quando apresentar declividade acima de 40%, com erosão laminar severa e ocasionalmente em sulcos.

A erosão, entendida em um conceito mais amplo, é a realização de um conjunto de fenômenos que modelam a paisagem: ao mesmo tempo em que se processa a destruição de determinadas formas de relevo com a remoção de material, outras estão se formando com a deposição desse mesmo material em outro local. Tal processo se reveste de importância no momento em

que o homem interfere em um sistema que até certo momento se comportou de forma natural, adicionando variáveis alheias ao processo natural de evolução morfológica, alterando uma situação de equilíbrio alcançada, provocando um reajustamento das variáveis em busca de nova situação mais estável. O homem tem atuado como acelerador dos processos erosivos, com intervenções violentas e inadequadas, como desmatamentos, movimentos de terra e atividades agrícolas e de mineração mal orientadas; ocasionando assoreamento dos reservatórios e cursos d'água, enchentes, perda de fertilidade dos solos, desertificação, aumento geral dos custos de manutenção das estruturas construídas e impactos paisagísticos intensos.

A intromissão no ciclo hidrológico sempre foi marcante e tem aumentado no presente, fazendo com que os sistemas de drenagem percam com o passar do tempo o caráter natural. O alto grau de interferência humana no ciclo hidrológico é devido a relativa facilidade com que se conseguem realizar modificações de grande porte em busca de benefícios econômicos e sociais. Esta capacidade de efetivar mudanças superou, no homem, o interesse de avaliar as possíveis conseqüências de seus atos, negligenciando a relação entre a água e outros aspectos do meio físico.

Pode-se imaginar o ciclo hidrológico como uma série de armazenagens de água ligada por transferências, sendo alguns "depósitos" de transferência mais demoradas (águas subterrâneas) e outros de transferência mais rápidas (por exemplo, rios). Este sistema de canais intercomunicantes permite que escape vapor (evapotranspiração) diretamente para a atmosfera, de onde se tem também o ponto de entrada (precipitação pluvial), que apresenta variação de lugar para lugar, dependendo de aspectos macro e microclimáticos.

Em relação às capacidades e à eficiência das armazenagens e transferências, é importante observar que alterações da super-

fície ou do solo têm relação direta com a capacidade de armazenamento e transferência. O desmatamento e a urbanização exercem considerável efeito nas perdas de água. A perda da cobertura vegetal diminui a quantidade de água retida no solo, provocando maior escoamento das águas na superfície da terra, o que nas zonas urbanizadas, com a conseqüente impermeabilização dos solos, é total. O aumento do total de água evacuada através dos rios vai acarretar mudanças no seu ritmo e volume, fazendo com que a entrada de água se processe muito mais rapidamente. Quanto mais à jusante (mais baixo) for o ponto de intervenção, menos elementos do sistema hidrológico serão provavelmente afetados.

Nas áreas que têm por base rochas permeáveis, parte da precipitação pluvial infiltra-se no solo e na rocha, tornando-se água subterrânea. Esta água está em movimento e eventualmente reaparece na superfície. Se a água extraída do lençol aquífero for a uma taxa superior à recarga natural, serão diminuídas em proporções correspondentes o fluxo para as fontes e rios.

Quanto às águas subterrâneas, em nossa área aparece o sistema aquífero do cristalino, correspondendo à área do Planalto Atlântico, que é extremamente heterogêneo, descontínuo e anisotrópico, caracterizando zonas aquíferas localizadas nas fissuras das rochas. O regolito (ou camada de alteração/manto de intemperismo) destas rochas apresenta grande influência na recarga do aquífero e, conseqüentemente, no escoamento básico da rede de drenagem superficial.

Como sabemos, a entrada de energia do nosso sistema é de natureza térmica (oriunda da radiação solar), implicando componentes dinâmicos inequívocos determinados pela circulação atmosférica, decisivas para o componente hídrico englobado neste conjunto. Essa sucessão de eventos caracte-

riza um sistema aberto que só pode ser entendido por meio da íntima conexão que suas partes apresentam. Na escala de definição climática em nível regional ou mesoclimático, as unidades espaciais do clima estão muito ligadas às unidades geomorfológicas na medida em que o comportamento atmosférico integrado às demais esferas e processos naturais, “organiza” espaços climáticos a partir das escalas superiores em direção às inferiores. Trata-se, portanto, de processo inverso à ação do homem, cuja capacidade de alterar o clima, resulta de uma ação indireta de alteração de cobertura original e liberando materiais como poeira, fumaça e gases, que somados em situação de aglomeração urbana criam fenômenos específicos que são os climas urbanos, tão bem representados pelas “Ilhas de Calor”, proporcionais à forma, tamanho e continuidade da área urbanizada, ocasionando mudanças na temperatura e no sistema de ventos, precipitação pluviométrica e umidade do ar, contribuindo para o desconforto ambiental que as populações confinadas nestes espaços são obrigadas a suportar.

Temos no Planalto Atlântico um clima que apresenta variações diretamente ligadas à altitude e ao sistema de relevo, o que se reflete na distribuição das chuvas e nas oscilações de temperatura. Os índices pluviométricos mais altos correspondem às regiões de relevo montanhoso e de encostas de transição, onde os efeitos orográficos são marcantes no processo de formação das chuvas, tendo para a nossa unidade geomorfológica (o Planalto Paulistano) as características climáticas de pluviosidade anual variando de 1.300 a 1.500 mm; temperaturas médias anuais entre 20 e 22°C, com inverno seco e verão fresco.

Esta região típica do Planalto Atlântico, com sua paisagem original de morros mamelonares e pequenos maciços montanhosos, acidentados e irregulares, apresenta, devido a esta topografia movimentada e a uma densa rede hidrográ-

fica, sérios problemas para a urbanização. As cidades que se viam obrigadas a adaptar sua estrutura urbana às imposições da topografia passaram a crescer em detrimento do rural. Não tendo outro espaço a conseguir para a sua expansão, vemos, nas franjas de expansão urbana, contínuas ocupações de espaços, antes caracterizados por usos rurais. Estas formas de ocupação, que às vezes nem guardam continuidade com o tecido urbano surgindo destacadas em meio à paisagem rural, se processam na maior parte dos casos às custas de extensas obras de terraplenagem, desnudando o solo, expondo camadas inferiores mais frágeis e menos férteis, provocando uma perda irremediável de sua qualidade, mesmo quando se tem o cuidado de recobri-lo com uma tênue camada de vegetação, o que raramente acontece. O mesmo ocorre com a recomposição da drenagem alterada, resultando em processos de erosão descontrolados. As formas de uso e ocupação do solo foram agrupadas em um número de classes (IPT, 1993), de forma a traduzir um diferencial sensível no indicador escolhido, de definição de situações homogêneas quanto à capacidade de liberação do solo por erosão, na área que compõe esta sub-bacia do rio Tietê.

Cobertura Vegetal

A floresta latifoliada tropical era a cobertura vegetal predominante no planalto, interrompida apenas por manchas dispersas de campos e cerrados. As espécies dominantes que compunham estas florestas apresentavam porte imponente, com alturas superiores a 30 m, troncos de grandes diâmetros, ocorrendo a peroba, pau d'alho, figueira branca, jequitibá, pau marfim, jatobá, jacarandá paulista, caviúna, cabreúva, açoita-cavalo, ipês, braúna e vinhático. Apresentava um estrato intermediário, constituído por indivíduos de 10 a 15 m, de maior densidade, com copas mais fechadas; e um

estrato inferior constituído por ervas e arbustos de até 3 m de altura. Tais formações apresentavam, em função da umidade, maior ou menor riqueza em espécie e presença de epífitas e lianas. Desta cobertura vegetal original pouco resta na nossa área e no seu entorno, a não ser manchas em parques ou reservas estaduais, ou localizadas em maciços mais acidentados, sendo que matas secundárias e capoeiras ocupam setores abandonados por atividades primárias, mas mostram ainda uma forte presença com extensivos reflorestamentos e algumas pastagens.

De matriz original quando recobria o relevo mamelonar característico, esta cobertura do solo ainda se encontra sobre 33,1% da área total deste trecho da sub-bacia (IPT,1993), ainda ocupa grande parte dos morros baixos, morros altos e montanhas junto ao divisor de águas com suas manchas remanescentes das matas, campos, várzeas, capoeiras e reflorestamentos ou pastagens a espera de urbanização. Como área de preservação aparece, em seu extremo nordeste, o Parque Estadual do Jaraguá. Acompanhado o corredor formado pelo curso do rio Tietê, aparece ainda trecho sob a delimitação da APA Várzea do Tietê (Anhembi).

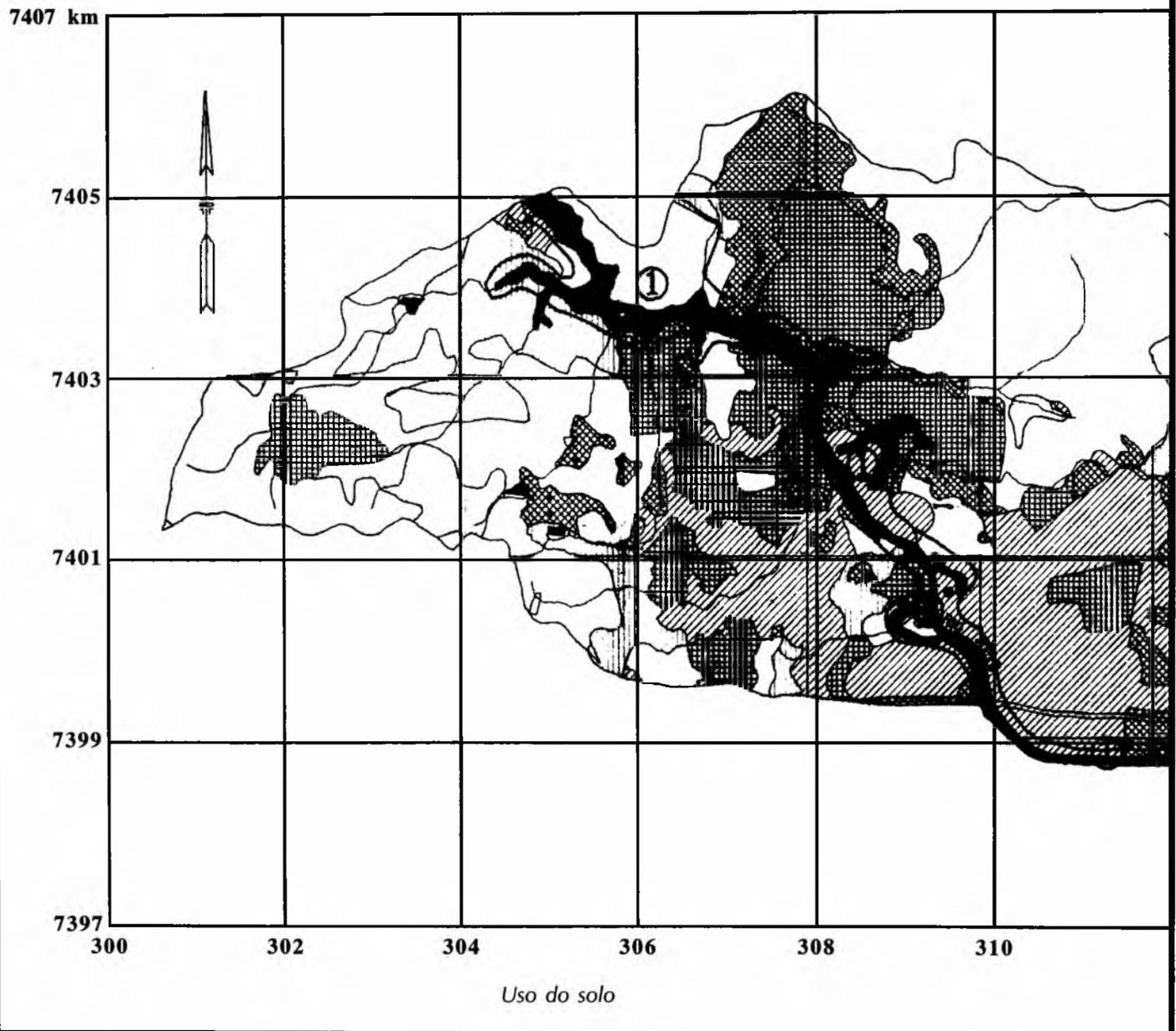
Chácaras de Lazer e Culturas

De forma mais restrita, com aproximadamente 8% da área, surgem manchas de outras áreas também não impermeabilizadas e com vegetação significativa. São os remanescentes de produção hortifrutigranjeiras, as chácaras e sítios destinados ao lazer e as áreas de extração mineral. Com suas glebas maiores, alguma preservação da cobertura vegetal e um sistema viário pouco adensado, mantém certa integridade da topografia e do sistema de drenagem natural e podem ser englobadas junto à classe anterior para efeito de análise.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CLASSES DE USO DO SOLO

- | | | | |
|---|--------------------------------------|---|-----------------------|
|  | Cobertura vegetal |  | Área urbana parcelada |
|  | Chácaras de lazer e culturas |  | movimentos de terra |
|  | Área urbana consolidada |  | Pontos de erosão |
|  | Área urbana parcialmente consolidada | | |



CONVENÇÕES



Parque do Estado



Pontos de referência

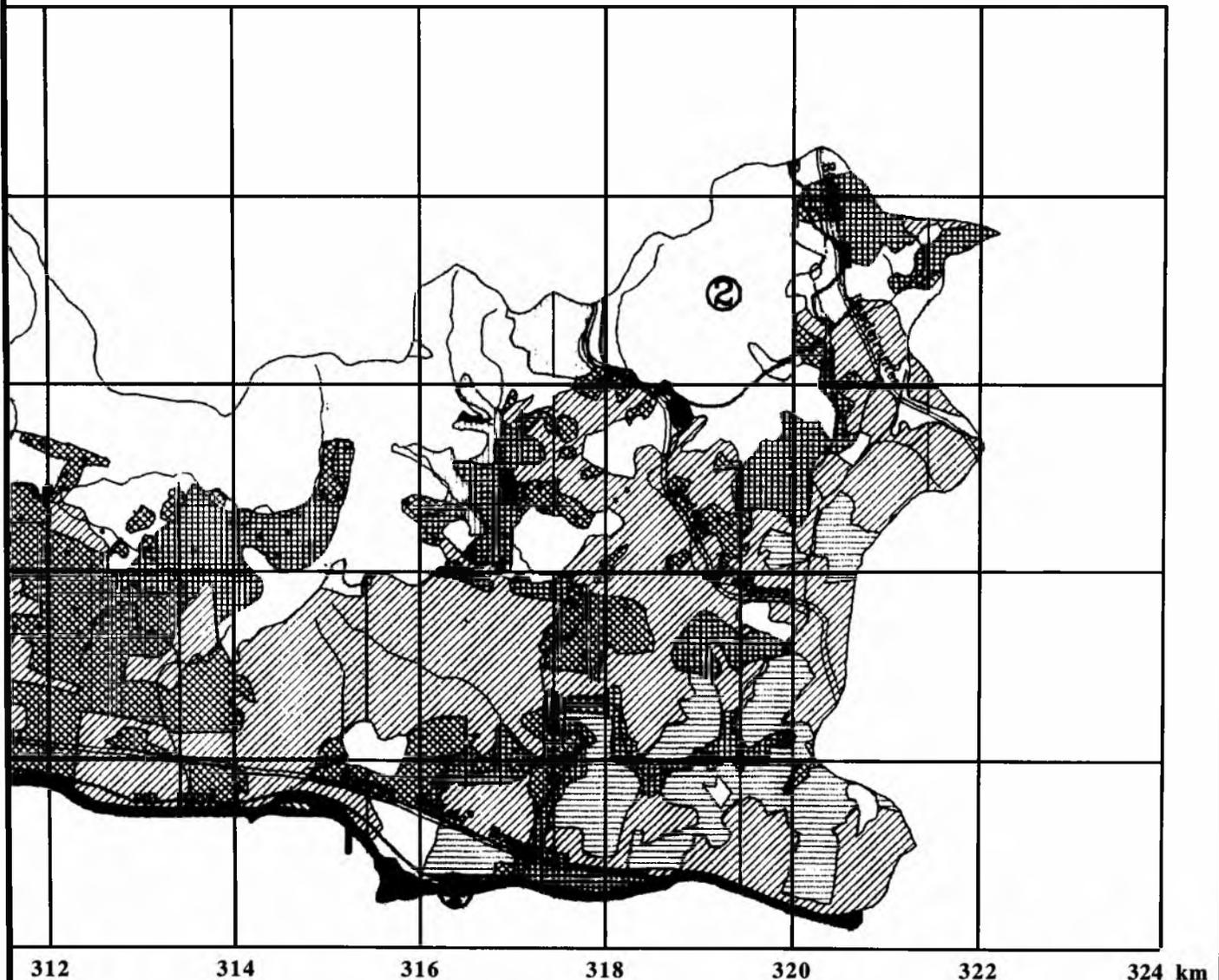


Sede do município



Vias principais

Drenagem / Reservatórios



Fonte: IPT, 1992

Área Urbana Consolidada

Áreas densamente ocupadas apresentam toda a infra-estrutura urbana, com a total artificialização do sistema de drenagem superficial, quase totalmente canalizado, com o relevo original completamente camuflado sob as áreas edificadas ou sob o denso sistema viário, com pouca exposição do solo. Com a menor área (3,9%) entre as classes definidas, aparecem em manchas concentradas junto à rodovia Castelo Branco em seu trecho mais próximo a São Paulo.

Área Urbana Parcialmente Consolidada

Estas áreas caracterizam-se por apresentar uma taxa de ocupação acima de 30%, com alguma infra-estrutura urbana, mas com uma alta exposição do solo nos lotes e em parte do sistema viário. Com 25% da área, aparece em grandes manchas junto aos setores intermediários, correspondendo aos condomínios e bairros populares de ocupação mais antiga.

Área Urbana Parcelada

Áreas com até 30% de ocupação, quase sem nenhuma infra-estrutura, apresentam uma alta taxa de exposição do solo, tanto nos lotes, quanto no sistema viário, implantado de forma geralmente precária. Caracterizam-se pela completa remoção de toda a cobertura vegetal e o arrasamento de toda a topografia original, visando uma ocupação máxima do espaço. Quando desprovidos de obras de drenagem, são as águas pluviais ou servidas despejadas numa encosta qualquer, ficando a cargo da natureza a busca de novo caminho de escoamento, provocando o aceleração dos processos erosivos. Com 15% da área, correspondem a manchas características de condomínios recém-implantados e loteamentos, como o jardim Imperial, em processo de ocupação sobre as áreas mais declivosas.

Movimentos de Terra

Incluídos nesta classe estão os terraplenos isolados, realizados visando a criação de platôs para posterior construção de edifícios. Às vezes executadas sem as obras necessárias de drenagem e proteção aos taludes, acabam também contribuindo para o assoreamento de fundos de vale, além da tendência observada de serem executados movimentos de terra muito superiores ao efetivamente necessário, expondo uma área muito maior às intempéries e ampliando os impactos sobre o ambiente. Com quase 12% da área, estes movimentos de terra correspondem às frentes mais avançadas de ocupação das áreas mais declivosas, como a abertura de novos residenciais e ampliações dos loteamentos populares existentes. Aparecem, ainda, nesta classe, extensas manchas junto às áreas mais próximas à rodovia, caracterizando a continuidade do desmonte do relevo original para a acomodação das imensas estruturas horizontais dentro da ZUPI.

A TRANSFORMAÇÃO

A alteração na estrutura e função do mosaico ecológico, que define uma paisagem através do tempo, é o que a ecologia da paisagem denomina de transformação.

Levy-Strauss ao comentar a paisagem do entorno de São Paulo, nos anos 30, comentava a existência de "Baldios do tamanho de províncias; o homem possuiu-os outrora por pouco tempo e depois partiu para outro sítio. Deixou na sua esteira um relevo ferido e cheio de vestígio. E sobre esses campos de batalha, onde durante algumas décadas enfrentam terra desconhecida, renasce lentamente uma vegetação monótona, numa desordem que é tanto mais enganadora quanto perversa, sob a máscara duma falsa inocência, a recordação e a formação dos combates"

Com outros olhos, Ab'Saber, em 1956, descrevendo o sítio urbano de São Paulo, podia ainda dizer que “na realidade, grandes diferenças morfológicas separam o relevo de morros, outeiros e espigões amorreados da periferia, quando comparados aos tipos de relevos dominantes da bacia sedimentar paulistana. Apenas capoeiras, pastagens reduzidas, assim como restos de matas degradadas, eucaliptais e algumas raras quadras de culturas itinerantes, granjas e sítios de hortaliças, recobrem as zonas de relevo amorreados que envolvem a bacia. Pelo contrário, as colinas tabuliformes da região constituem o sítio urbano eleito para a expansão do casario imenso da metrópole. A cidade soube escolher e selecionar as áreas do compartimento de Planalto onde foi implantada, orientando o seu desenvolvimento e extraordinário crescimento recente pelas insinuações e diretrizes mais lógicas do meio geográfico regional”

No início da ocupação destas províncias, destaca-se a postura mercantil adotada pelos colonizadores em face à exploração das terras conquistadas. Este pragmatismo teve que se subordinar diante das novas condições de meio físico com que se defrontaram e que foram assumidos pelos portugueses com desenvoltura e eficiência, desde sua fixação no litoral e sua penetração pelo interior em busca de riquezas expressas em metais e pedras preciosas e de mão-de-obra escrava.

Vencida a serra do Mar, estabeleceu-se um posto avançado de colonização nos Campos de Piratininga, movido pelo apresamento e comércio de índios, além de alguma agricultura de subsistência, limitada pela baixa fertilidade natural dos solos da bacia de São Paulo, e pelas altas declividades das terras que a circundavam.

O planalto impôs aos colonizadores um isolamento em relação ao litoral, mas oferecia ao mesmo tempo condições climáticas

mais amenas com a presença de campos e a existência de caminhos indígenas, que aí se entrecruzavam, levando a várias regiões do Brasil. Nessa rede de caminhos destacava-se o Peabirú, que fazia parte de um trajeto transcontinental pré-colombiano que ligava o Atlântico ao Pacífico, e que aproveitava a passagem do Tietê rumo ao oeste. Este foi o principal meio de penetração dos colonizadores, antes mesmo da utilização dos rios que demandavam do interior, já que no planalto os obstáculos naturais eram muitos, onde vales encaixados e as rupturas de declive provocam nos cursos d'água uma sucessão de remansos e corredeiras.

Posteriormente, as ferrovias com sua malha em leque, superpostas aos caminhos primitivos, drenavam em direção ao porto as matérias-primas e traziam os produtos de consumo que atendiam à quase totalidade das necessidades da população aqui estabelecida, articulando e desenvolvendo uma malha de núcleos urbanos. Segue-se, então, a devastação em larga escala das matas, cujos solos desnudados são ocupados pelo café que cedem a vez ao algodão, ao amendoim e à cana-de-açúcar, sempre ao sabor das flutuações do mercado internacional, até que seu esgotamento faz com que restem apenas campos de pastagem.

Com o advento da era industrial e, paulatinamente, a liberação da economia da monocultura do café, a estrutura fundiária, que até então fora dominada pela presença dos latifúndios, é agora subdividida e retalhada, dando lugar também a pequena e média propriedades. A floresta latifoliada tropical sofre com estas subdivisões que dizimam os resquícios de matas que as grandes fazendas conservavam. Nestas propriedades se diversifica a produção, com a introdução de culturas perenes e voltadas para o abastecimento dos centros urbanos que passam a apresentar uma expansão considerável

de culturas perenes e voltadas para o abastecimento dos centros urbanos que passam a apresentar uma expansão considerável de sua área urbanizada, englobando chácaras e sítios da periferia, conformando novos bairros; e com a cidade de São Paulo passa a ocorrer de forma considerável, reforçando-a como o lugar central deste espaço que tem sua estruturação ainda mais reforçada pela implantação de rodovias, que acompanham as ferrovias, viabilizando o período de modernização da década de 50.

Com a posterior aceleração do processo de urbanização, São Paulo, especialmente sua metrópole, consolida-se como o epicentro deste processo de centralização das atividades sócioeconômicas do país. O município de São Paulo passou de 3.666.701 hab. em 1960 para 8.493.217 hab. em 1980. Esta saturação fez com que transbordasse a industrialização, que segue os caminhos mais prósperos criados pela produção agrícola, fazendo com que cidades vizinhas explodissem.

Entre os investimentos realizados pelo Estado para viabilizar este crescimento está a construção de imensas usinas hidroelétricas a centenas de quilômetros, das quais são puxados linhões para atender os centros consumidores. Nesta mesma época, a opção pela indústria automobilística faz com que se priorize o transporte rodoviário, sendo construídas auto-estradas paralelas às primeiras rodovias, reforçando os eixos de São Paulo-Campinas, São Paulo-Sorocaba e Campinas-Sorocaba, viabilizando, teoricamente, a realização destes deslocamentos, entre 80 a 100 km no tempo de 1 hora.

Assim, já se pode falar de um território totalmente produtivo, a partir da complementaridade que os espaços não necessariamente urbanos passam a ter com os urbanizados, valorizando os espaços intersticiais entre as cidades (centros urba-

não se podendo falar mais na existência de ecossistemas naturais, estando quase extinta a cobertura original, praticamente confinada aos parques e reservas. Chegou-se a um espaço auto-organizador, resultado dos vários ciclos que se sucederam sobre ele e que foi acumulando capital na forma das infra-estruturas realizadas; ou seja, criou-se um espaço similar ao dos países desenvolvidos, mas num país sub-desenvolvido com todas as contradições daí decorrentes.

Em contrapartida, pode-se falar nos “vazios” representados tanto pelos municípios centrais em relação a estas concentrações urbano-industriais, como aqueles que rompem o que seria o eixo São Paulo-Sorocaba e se estendem a sul e oeste, contornando-o. Estes “vazios” na verdade se caracterizam por municípios menos industrializados e de menor expressão populacional, como Santana do Parnaíba, mas que apresenta grande potencial locacional em relação à oferta de bens culturais, recreacionais e turísticos, que atendem às demandas difusas por estes serviços terciários e quaternários que as concentrações urbano-industriais tendem a gerar, e que podem ser plenamente satisfeitas pelo denso sistema de comunicação existente e pelo privilegiado patrimônio ambiental que estes “vazios” ostentam, como as serras do Voturuna, Jaraguá e o vale do rio Tietê.

Mas o modelo adotado na ampliação da área urbanizada, de total remoção da vegetação e da realização de atividades indiscriminadas de terraplenagem, com cortes e aterros que alteram totalmente o sistema de drenagem natural, tem se revelado como a principal causa de degradação dos corpos d'água, ao lado dos esgotamentos domésticos e industriais, pois os rios vão perdendo o seu volume de água pelo assoreamento causado pela erosão do solo e pela eliminação da proteção arborea. Esta funciona como uma esponja, mantendo a água

das chuvas no solo e levando-as ao lençol freático, o qual, sem a proteção da vegetação, começa a secar, fazendo com que os rios passem a ser abastecidos só pelas águas das chuvas que caem diretamente em suas bacias. Como estas vão gradativamente se impermeabilizando por construções e pavimentações, faz com que a chegada da água precipitada ao canal da drenagem se faça de forma cada vez mais abrupta e destruidora, ocasionando as enchentes.

Percebe-se que estas reações se dão em cadeia, remetem da água ao solo, a vegetação, ao clima; demonstrando a interdependência das partes que formam o conjunto. A conexão é geral, de forma direta ou não, sendo impossível compreender qualquer aspecto isolado sem referência à sua função como parte do mosaico de ecossistemas que formam a paisagem.

Ocupando trecho da margem direita de uma microbacia do rio Tietê, quando este cruza os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, esta área, acompanhando o traçado da rodovia Castelo Branco, caracteriza-se por grandes empreendimentos imobiliários residenciais, empresariais e industriais, como Alphaville e Tamboré, sem contudo, deixar de apresentar intrusões que tomam aí maior contraste, de loteamentos populares irregulares. Este processo teve início quando da abertura da rodovia Castelo Branco em 1967, e, apesar dos percalços econômicos dos anos 80, vem acentuando-se com a confirmação da tendência à descentralização metropolitana.

Este fato torna-se visível com o crescimento explosivo que se verifica neste anel externo à mancha urbanizada, apesar deste avanço agora se dar sobre os terrenos extremamente acidentados, característicos do anel de serras e morros que cercam a bacia sedimentar de São Paulo, e que outrora serviam para demarcar os limites do sítio mais adequado para a acomodação das estruturas urbanas.

As tendências demográficas permitem caracterizar uma mudança maior para estas outras regiões do estado e um menor crescimento demográfico da cidade de São Paulo, com um processo de relocação espacial caracterizado por uma maior densidade das áreas centrais da metrópole e um crescimento de seus municípios periféricos. Conforme o censo de 1991, o município de São Paulo que em 1960 representava 77,4% da população da Grande São Paulo, passou a ter 62,4% do total desta população em 1991, quando registrou a população de 9.480.427, apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) na última década de 1,00%. Em comparação, Santana do Parnaíba, com TGCA de 12,68%, a maior do estado, apresentava 37.477 habitantes em 1991, contra 10.081 hab. em 1980. Barueri, com 130.248 hab. pelo censo de 1991, teve devido ao esgotamento de sua pequena área territorial, já totalmente urbana, uma TGCA reduzida para 5,10% entre 1980/1991.

Este fenômeno de “desmetropolização”, ou seja, a tendência de desconcentração populacional das metrópoles, seria uma das razões para a guinada na expectativa de crescimento e teria uma possível explicação na busca, por parte dos habitantes dos grandes centros urbanos, de uma qualidade de vida melhor da que é oferecida nas metrópoles, com a fixação das pessoas em cidades de porte médio, que se transformarão em pólos de referência, menores e com menos problemas que as megacidades. Números do Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) mostram essa mudança, que está ocorrendo na concentração populacional, indicando que a cidade de São Paulo cresce menos a cada década.

Com as alterações no curso da economia do país, após o período 1970/1974, marcado ao final pela reversão geral das expectativas de crescimento e pela entrada em um ciclo depressivo, caracterizado pela crise do petróleo e pela

emergência de um novo ordenamento mundial, com fortes repercussões no plano nacional, o seu principal pólo econômico, a Grande São Paulo, vem sendo palco de transformações no padrão de especialização de seu desenvolvimento sócioeconômico.

Os resultados do censo demográfico de 1991, por exemplo, apontam para um novo padrão populacional indicador de um novo processo de reordenação espacial da população. Segundo a Fundação Seade, as taxas de crescimento anuais da Região Metropolitana de São Paulo, declinaram de 4,46% da década de 70 para 1,86% na década de 80, mas menos significativo que a queda verificada apenas no município de São Paulo: de 3,67% para 1,15%, respectivamente; contrastando com os 2,12% de crescimento anual em todo o estado de São Paulo na década de 80, contra os 3,49% da década anterior. Isto indica um reflexo do processo de interiorização do desenvolvimento paulista, com um sensível aumento populacional em áreas centrais e a oeste do estado, em detrimento da Região Metropolitana, e em especial do município de São Paulo. Mas, de acordo com a mesma fonte, foram os demais municípios da Grande São Paulo que mantiveram um desempenho constante no período e impediram uma queda mais acentuada ainda da taxa de crescimento populacional da região.

Esta sensível alteração no processo de crescimento populacional, tendo como causa principal a crise econômica, associada ao processo de desconcentração industrial, alterou o padrão de mobilidade populacional que tinha a região como tradicional área de atração, mas esta perda da expressão da migração como o fator preponderante na desaceleração do crescimento populacional, também foi mais acentuada no município de São Paulo, que detentor de 62% da população regional, apresentou saldo migratório negativo de -756,0 mil pessoas

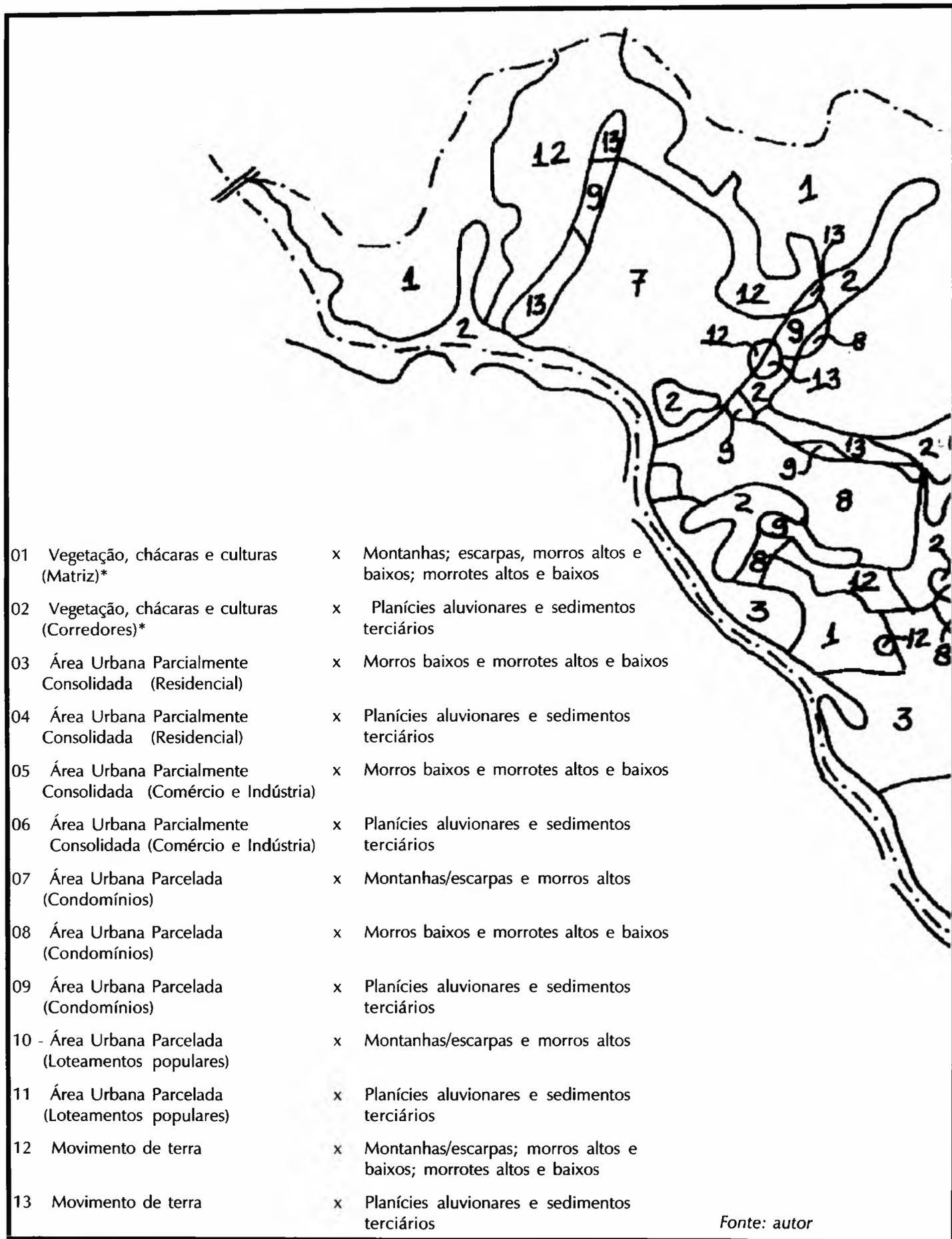
contra -275,0 mil da Grande São Paulo como um todo, ainda segundo dados da Seade.

Segundo ainda a mesma fonte, encontram-se principalmente a oeste da Região Metropolitana, os municípios com maiores taxas de crescimento, estando aí o município que mais cresceu na década de 80 no estado: Santana do Parnaíba, com 12,71% ao ano.

Com 15,4 milhões de habitantes em 1991, a Grande São Paulo, apesar desta reversão na tendência histórica de crescimento populacional, é o principal pólo econômico e a maior aglomeração urbana do país, sendo que o principal beneficiário da desconcentração industrial havida na fase “pós-milagre” foi o interior do estado de São Paulo, principalmente, dentro de um raio de até 150 km da capital (Emplasa, 1993), ocorrendo, na realidade, um espraiamento da produção, com a polaridade na cidade de São Paulo, privilegiando-se as localizações próximas dos principais fornecedores e compradores e da disponibilidade de comunicações e facilidade de acesso rodoviário, entre outros fatores.

Assim, os eixos das rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares, e do sistema Anhanguera/Bandeirantes, com uma concentração industrial relativamente baixa em relação aos eixos Trabalhadores/Dutra e Imigrantes/Anchieta, servirem regiões com forte potencial de expansão, ou já bastante desenvolvidas do estado, e permitem “antever uma pressão de ocupação destas áreas, o que só não ocorrerá em função da legislação ambiental” (Emplasa, 1993).

Ao mesmo tempo, um novo modo de produção industrial, definido como de produção flexível, baseado em um processo de terciarização e de terceirização, exige maiores investimentos em tecnologia e marketing do que na produção fabril em si, tornando as plantas menores e mais



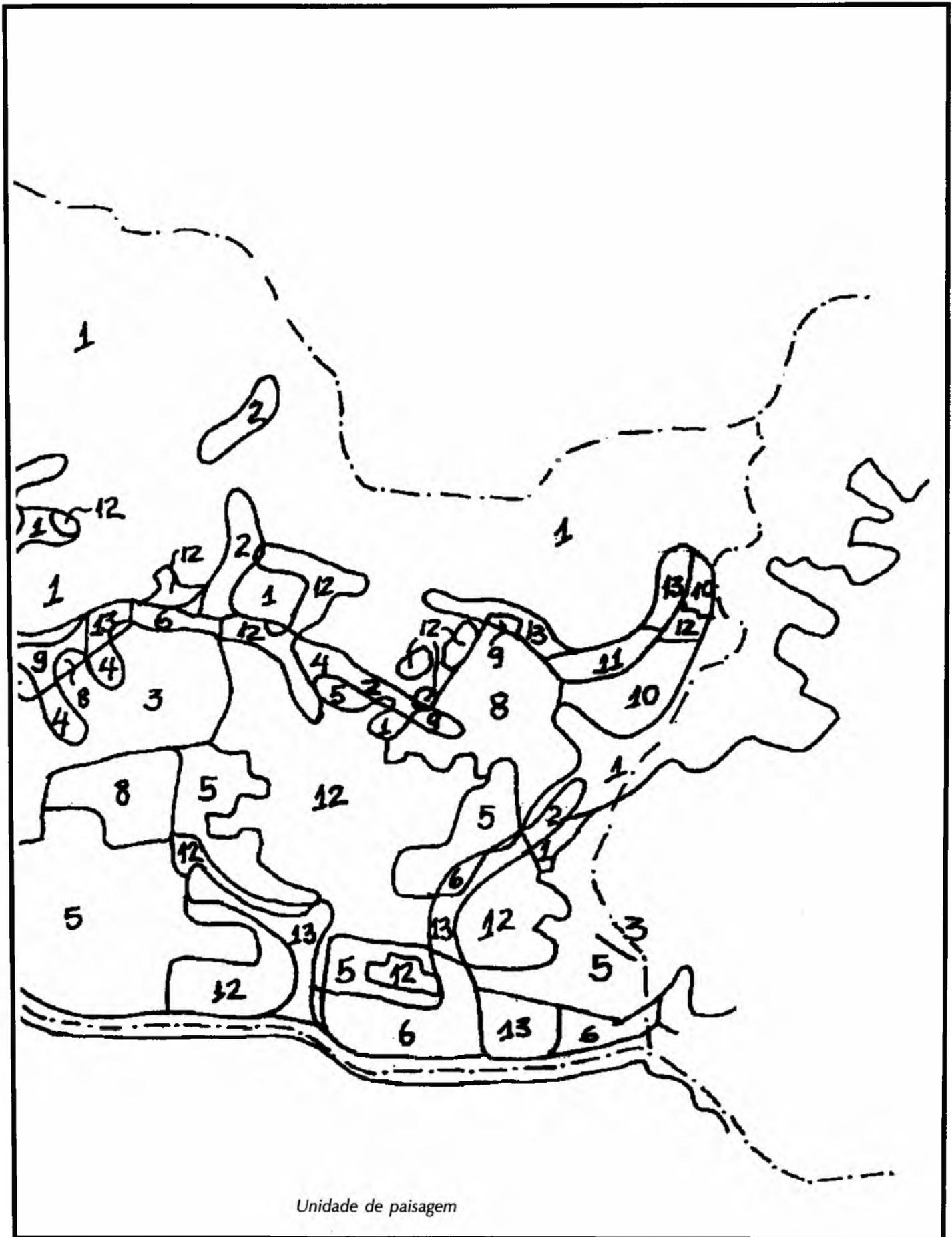




Foto: Paulo Renato M Pellegrino

Em detalhe o Jardim Imperial e o Condomínio Tamboré

especializadas, com postos de trabalho em número reduzido, com um aumento da abrangência espacial dos mercados, dispersos e muitas vezes distantes.

Enquanto pólos comerciais e de serviços começam também a ser gerados, em pontos relativamente dispersos, próximos às concentrações populacionais, os serviços mais sofisticados encontram pontos específicos, juntos a locais com condições de infra-estrutura como prédios de escritórios a preços competitivos, sistemas de comunicações abundantes, sistema viário acessível e sem problemas de estacionamento, além de serviços complementares que oferecem “amenidades urbanas”, para atender à diferenciação do padrão de consumo da população de média e alta renda.

Em contraste com outros setores externos em processo de expansão, ou seja, aqueles cuja população vem crescendo a taxas bastantes superiores à média metropolitana, a partir do espraiamento da capital nos vetores de maior acessibilidade regional, absorvendo, num contínuo urbano, centros menores vizinhos, o setor oeste, após a implantação da rodovia Castelo Branco, no início da década de 70, teve como principal fator de indução a oferta de terras para o assentamento residencial das classes média-alta e alta.

A partir de uma estrutura de ocupação predominantemente concêntrica, a recente dinâmica do desenvolvimento metropolitano aponta para um razoável dinamismo da coroa periférica (Emplasa, 1993), praticamente em todos os vetores de expansão regional, em oposição às amplas áreas de expulsão populacional que se concentram no município de São Paulo. Diferenciadamente dos outros vetores externos à capital, que vêm absorvendo os excedentes do seu crescimento populacional pelo adensamento de áreas residenciais de baixa renda, o vetor oeste vem apresentando considerável incremento de sua participação relativa na população metropolitana, com a localização de setores onde se concentra população com rendimentos superiores a 15 salários mínimos (Seade), que se limitam diretamente com bairros de maior concentração de populações de renda familiar inferior a 4 salários mínimos.

Quando se conceitua os fenômenos como sistemas, uma das maiores dificuldades está em identificar os elementos, atributos e relações que são relevantes para a sua delimitação e qualificação: neste sentido identificamos os parâmetros e variáveis que atendiam ao nosso objetivo de definir um conjunto de unidades e das relações entre elas. Lembrando que a análise é uma violência raciocinada, indispensável para ultrapassar o nível das operações puramente descritivas, incompatíveis com o

conhecimento de fatos dinâmicos, pressupõe-se que definir um objeto é construir-lhe um sistema próprio de identificação através de categorias analíticas, que reproduzem, no âmbito da idéia, a totalidade dos processos, a fim de que se possa pensar o que ocorre na realidade.

Com ênfase no papel da configuração espacial e de sua aplicação nas paisagens, como definido nas unidades paisagísticas aqui esboçadas, avalia-se a regulação de variáveis para o desenho de novas paisagens, suscetíveis, dentro das escalas mais detalhadas de trabalho a que esta investigação agora se dirige, de responderem por ambientes mais eficientes quanto à sua sustentabilidade.

Para a análise cruzada entre características fisiográficas e formas de uso e ocupação do solo, objetivando ao fim a definição de situações homogêneas quanto à aptidão ao assentamento urbano, concluiu-se por uma classificação de unidades de paisagem como um indicador fundamental para a predicação de novas configurações paisagísticas, passíveis de serem confrontados com os demais juízos ambientais intervenientes na área.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A. N. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. São Paulo, *Boletim da FFLCH-USP*, 1957.
- BERGER, J. Guideline for landscape synthesis: Some directions old and new. *Landscape and Urban Planning*, n. 14, p. 295-311, 1987.
- BROWN, T. et al. Aesthetics and management: bridging the gap. *Landscape and Urban Planning*, n. 13, 1986.
- CATS-BARIL, W. Evaluating landscape aesthetics: A multi-attribute utility approach. *Landscape and Urban Planning*, n. 14, p. 463-480, 1987.
- EMPLASA. *Sumário de Dados da G.S.P.*, 1992,
- _____. *Plano Metropolitano da G.S.P. 1993/2010: Proposta*. São Paulo: Emplasa, 1994.
- FORMAN, Richard T. T., GODRON, Michel. *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986.

- FORMAN, Richard T. T. e ZONNEVELD, Isaak S. *Changing landscapes: An ecological perspective*. New York: Springer-Verlag, 1990.
- GARRET, E. *The Landscape we see*. New York: Mc Graw Hill, 1969.
- HELLMUND, Paul C., SMITH Daniel S., org. *Ecology of greenways: Design and function of linear conservation areas*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- HOUGH, Michael. *Out of place: Restoring identity to the regional landscape*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- IBGE. Censo, 1991.
- LEVY-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Editora Portugal, s.d.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *Managing the sense of a region*. Cambridge: The MIT Press, 1978.
- McHARG, Ian. *Design with nature*. New York: Natural History Press, 1969.
- MEINIG, D.W. *The interpretation of ordinary landscapes*. New York: Oxford University Press, 1979.
- MISSIKA, Jean-Louis. Régis Debray quer inventar a disciplina do futuro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1991, p. 6-7.
- NAKAZAWA, Valdir A. *Controle de erosão urbana e do assoreamento na bacia metropolitana do sistema Tietê/Pinheiros*. São Paulo: IPT, 1992.
- NIEMANN, E. Polyfunctional landscape evaluation: Aims and methods. *Landscape and Urban Planning*, n. 13, p.135-151, 1986.
- PELLEGRINO, Paulo R. M. *Paisagem e ambiente: Um processo de aproximação no setor oeste da macrometrópole de São Paulo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ROSA, Flávio Sammarco et al. *Erosão na região metropolitana de G.S.P.* São Paulo: Emplasa. Trabalho apresentado no II Simpósio para controle de Erosão, ABGE, São Paulo, 1981.
- SANTOS, Álvaro R. dos et al. Erosão e assoreamento na RMSP. In: *Problemas geológicos e geotécnicos na RMSP*. São Paulo, IPT, 1992, p. 177-194.



■ O TERRITÓRIA IMAGINÁRIO

Maria Ângela Faggin Pereira Leite

FUNDAMENTOS

**MARIA
ÂNGELA
FAGGIN
PEREIRA
LEITE**

Maria Ângela Faggin Pereira Leite – Bióloga da USP, mestre da FFLCHUSP, doutora FAUUSP, professora de paisagismo da FAUUSP.

RESUMO

O texto aborda questões relativas ao processo de globalização e à necessidade de qualificar os lugares por meio de intervenções que, desenhando uma nova realidade, permitam descrever e compreender o significado e o processo cultural de construção da paisagem.

ABSTRACT

This article deals with problems concerning the globalization process and the need to qualify places by interventions that, representing a new reality, allow to describe and understand the meaning and the cultural process of construction of the landscape.

O TERRITÓRIO IMAGINÁRIO

Neste fim de século, qualquer discussão envolvendo tempo e espaço passa, necessariamente, pela compreensão do lugar, forma de organização social altamente sensível às rápidas transformações estruturais de um período histórico fortemente submetido ao processo de globalização.

Todo movimento dotado de significação histórica – o humanismo, o iluminismo, o romantismo, o liberalismo, o socialismo – é uma construção complexa que engloba vários elementos não homogêneos do ponto de vista do período anterior, isto é, que evoluem separadamente num determinado contexto cultural e que, a partir da descoberta de uma inesperada ligação entre eles criam uma nova homogeneidade, uma mudança decisiva capaz de desbloquear certas dificuldades.¹

Vivemos um período em que se busca reunir sob uma nova lógica razões parciais que, tendo sobrevivido à fragmentação e à descontinuidade dos anos 80, procuram reorganizar-se para criar novas homogeneidades, moldando lugares que contribuem para a compreensão da estrutura espacial deste período.

É, porém, devido à impossibilidade de controle absoluto das variáveis que incidem sobre a estruturação e a percepção do espaço como coisa una, que o lugar passa a exhibir todas as desigualdades, antagonismos e contradições resultantes da falta da sincronia entre sua produção social e seu tempo histórico, já que suas formas arquitetônicas não têm a capacidade de reciclar-se com a mesma velocidade da sua produção cultural, confundindo tempo e espaço.

Segundo Milton Santos², podemos entender por tempo o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama; por espaço

¹ BENEVOLO, L., 1995, p. 222/223.

² SANTOS, M., 1994, p. 41.

o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos; e por mundo a síntese dos eventos e lugares. A cada momento mudam juntos, portanto, o tempo, o espaço e o mundo. E uma vez que as formas de percepção desse conjunto de realidades históricas pelos indivíduos e pela sociedade resultam principalmente dos progressos e das mudanças nos meios de transporte e comunicações, formas de vencer a distância entre os objetos e as idéias³, espaço e tempo estão sempre sujeitos a novas e inesperadas formas de percepção, entrelaçados em novas configurações.

3 ORTIZ, R. 1991.

O espaço distendido que caracteriza este momento histórico abriga um emaranhado de redes e sistemas de comunicação e transportes que tendo sido construídos em diversos períodos são também usados segundo tempos diversos. A explosão da multiplicidade de interesses e necessidades sociais faz, ainda, com que essas estruturas não sejam percorridas igualmente por todos e nem de acordo com o mesmo ritmo.⁴

4 SANTOS, M. 1994, p. 45/46.

O tempo dessincronizado da atualidade registra a superposição de vários universos culturais simultâneos, mas não necessariamente contemporâneos, característica do processo de globalização, aprofundando e generalizando a dissociação entre os eventos e sua materialização.

Cria-se, assim, uma relação peculiar entre espaço e tempo, síntese da diversidade e da dessincronia, que leva à perda de referenciais essenciais. São a ciência, a tecnologia e a informação que nos permitem recriar esses referenciais, por meio de um processo que reúne, no lugar, os fragmentos dessa dimensão globalizada do espaço e do tempo, moldando uma paisagem analógica, categoria privilegiada de leitura do mundo.

DESTERRITORIALIZAÇÃO, A SUBVERSÃO DA UNIDADE

Lugares são dimensões fragmentadas do espaço e do tempo. Sua paisagem é o resultado da integração de caráter único, entre todos os eventos e possibilidades que historicamente ali se entrecruzam. Sua unicidade, conferida por uma combinação exclusiva de frações do tempo e dos espaços mundiais, torna visível o fenômeno invisível e abstrato da globalização que, simultaneamente, qualifica e confere aos lugares um caráter de complementariedade, não mais permitindo que se expliquem em si mesmos. Isto é, embora únicos, os lugares são também essencialmente mundiais porque se apresentam como oportunidades de concretização das inúmeras possibilidades e perspectivas sugeridas pelo tempo e pelo espaço globais. Sua paisagem é, portanto, um índice do entrelaçamento de eventos mundiais, que nos permite ler o processo de globalização complexo, desigual e contraditório que, embora contínuo, se exerce de forma diferenciada, criando, no cotidiano, inúmeras possibilidades de resposta, dissolvendo antigos referenciais, abrindo novas perspectivas de contextualização.

Os modos de vida cotidianos são, assim, criações culturais, manifestações da percepção e da capacidade de interpretação da sociedade, materializações locais das várias reações ao processo de globalização que tem por característica principal a reformulação das relações espaço-tempo.

Nas palavras de Ianni, a globalização tende a “desenraizar as coisas, as gentes, as idéias, tudo, ... desenvolvendo o novo e surpreendente processo de desterritorialização, característica essencial da sociedade global *em formação*. Formam-se estruturas de poder econômico, político, *social e cultural* internacionais, mundiais, globais, descentradas, sem qualquer

localização nítida em um lugar, região ou nação”⁵ A globalização faz, assim, com que se perca a relação de unidade entre as ações sociais e os objetos que as representam, isto é, a manifestação do tempo passa a transcender os limites do lugar: é com frequência cada vez maior que podemos entender e explicar o espaço de um lugar através do tempo de outro lugar.

A globalização produz a desterritorialização, porque ao desvincular no lugar, o tempo e o espaço, dissolve o real, criando um cotidiano cuja essência transitória e fugaz desfocaliza imagens que nos são familiares, para focalizar outras imagens desconhecidas, enfraquecidas, incapazes de informar. A globalização, em suma, dissolve o existente e torna o lugar invisível, porque destrói relações atávicas, com a promessa de substituí-las por relações abstratas, ideais. Essa substituição em nada contribui para a caracterização cultural do lugar, pois se faz por meio de mecanismos de organização inflexíveis, auto-suficientes, que ameaçam com a negação do concreto, em benefício de um mundo de aparências, onde tudo é possível e, ao mesmo tempo, impossível, porque tudo é símbolo, signo, tudo representa alguma coisa.

“Não se trata mais de imitação, nem de reiteração, nem de paródia, mas de um suplantar do real pelos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu simulacro operacional, máquina de índole reprodutiva, pragmática, impecável, que oferece todos os signos do real e todas as suas peripécias.”⁶

RETERRITORIALIZAÇÃO, A POÉTICA DO IMAGINÁRIO

A grande contradição está em que a produção desse espaço desterritorializado, global, atemporal, mundial, exige que se

5 IANNI, O., 1992, p. 92/93, grifos meus.

6 BAUDRILLARD, J. 1987, p.11.

recrie e se mantenha, sob novas condições, o lugar, território do único, do individual, do particular. Porque são exatamente as particularidades que constituem um extraordinário instrumento de informação sobre o espaço e o tempo. São as particularidades que materializadas, selecionadas e articuladas no lugar, contribuem para desenhar uma nova realidade através da qual é possível descrever e compreender o mundo.

Compreender o mundo significa unir os fragmentos do tempo-espaço global por intermédio de pontes que possibilitem representar toda a sua pluralidade de significados. Significa construir lugares por meio de analogias que revelem espaços e tempos não familiares, potencialmente capazes de subverter e transgredir o existente para abrigar o imaginário. Subverter e transgredir o contexto, o existente, exige, porém, que o processo de renovação das relações do cotidiano procure suas origens no imaginário social. Torna-se decisivo, então, contemplar, compreender, interpretar, projetar, construir um real sólido, a partir do imaginário abstrato, reterritorializar o lugar, torná-lo visível por meio de uma paisagem de analogias e simultaneidades.

7 MARINETTI, F. 1912.

A analogia é uma forma de visibilidade que conecta fatos pertencentes a diferentes planos perceptivos para construir uma representação, uma metáfora. “A analogia não é senão o profundo amor que liga as coisas distantes, aparentemente diferentes e hostis. Para conhecer os movimentos sucessivos de um objeto é preciso conhecer a cadeia de analogias que ele evoca... formando densas redes de imagens que conseguem capturar seu sentido mais profundo.”⁷

A simultaneidade é uma analogia que, num determinado momento, exatamente como se constituísse uma rede, captura fragmentos de realidades pertencentes a contextos diferentes para condensá-los numa imagem atemporal, de apelo universal.

Combinar, no lugar, analogias e simultaneidades é fazer uma espécie de montagem, criar uma paisagem narrativa, com um significado subjacente, um significado cultural. O sentido do narrativo aqui, portanto, não é abstrato, mas profundamente sensível, cultural.

Essa paisagem narrativa trabalha com o conflito, com a contradição, com a diferença. As interpretações possíveis que ela sugere decorrem de uma relação estratégica entre o real e o imaginário, que permite revelar, no lugar, valores culturais ocultos pelo processo de globalização. Para essa paisagem narrativa é essencial o estranhamento, o não familiar, o desterritorializado.

Estruturas desterritorializadas são, portanto, sementes da renovação das relações do cotidiano, que podem e devem ser objeto de especial atenção, por seu poder de estabelecer laços entre o passado, parte final de uma narrativa cujo desenvolvimento acompanhamos, e o presente, início de uma narrativa sobre a qual nada sabemos.

Para Argan, “o que define, conserva e transmite o caráter de um lugar é o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera particular, opõe à destruição de certos fatos que têm, para ele, valor simbólico ou mítico, e todos, de comum acordo, à destruição de certos fatos sobre cujo valor simbólico há consenso geral”⁸.

8 ARGAN, G. 1992, p. 235.

Assim, certos movimentos de pressão ou resistência, aparentemente destinados apenas a reter o antigo, o familiar, revelam, na verdade, uma forte consciência social da impossibilidade de impedir a destruição completa do que na prática, já está desterritorializado por efeito do processo de globalização.

As recentes discussões sobre a reurbanização do largo da Batata e da vila Olímpia, em São Paulo, revelam um conflito

cujo centro reside na impossibilidade de criar, com a intervenção proposta, uma paisagem culturalmente enraizada, um espaço que, mesmo submetido a um tempo mundial, seja capaz de produzir uma paisagem narrativa.

A intervenção em questão demoliu áreas habitacionais tradicionais dos bairros de Pinheiros e vila Olímpia, para interligar as avenidas Pedroso de Moraes e Juscelino Kubitschek, com o propósito declarado de escoar o intenso fluxo de veículos dessa região da cidade.

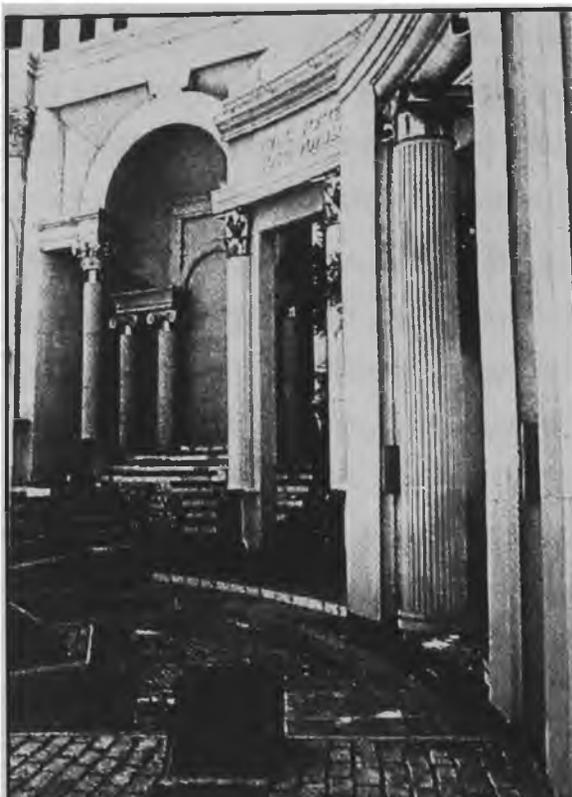
Em nome do atendimento à função urbana da circulação, o que de fato se promoveu foi não apenas a destruição do edificado, mas, principalmente a destruição do cotidiano, a destruição de um modo de vida consolidado, inviabilizando qualquer possibilidade de reconstrução das antigas relações sociais de vizinhança ali existentes.

Entre todas as possibilidades de interligação das avenidas citadas, a alternativa selecionada, com um forte sentido de simultaneidade, pois tem por base a concepção de um fragmento urbano atemporal – representação de uma imagem de metrópole de apelo universal – apresenta um igualmente forte vácuo analógico, porque não se liga ao precedente, mas apenas a ele se sobrepõe, comportando-se como uma estrutura auto-suficiente que nega o sentido cultural da produção da cidade.

Em outro extremo, algumas intervenções urbanas podem ser mencionadas como exemplos da busca de construir – com ou sem sucesso – uma paisagem potencialmente capaz de lembrar os ritmos naturais e culturais de um lugar.

A Piazza d'Italia, de Charles Moore, em Nova Orleans; a Bunker Hill Steps, de Lawrence Halprin, em Los Angeles; a Praça da Estação Sants, de Piñon; Vilaplana e Miralles, em Barcelona, a Praça de National Geography Association, de Eiy

Fotos da Autora



Fotos 1 e 2
Piazza D'Italia
Fonte: Water as Environmental Art.
Ed. Schoichiro Higuchi



Foto 3
Bunher Hill Steps

Foto 4
Bunher Hill Steps



Foto da Autora



Fotos 5 e 6
Praça da Stación Sants
Fotos: Vladimir Bartalini



Fotos da Autora



Foto 7
Praça da National
Geography Association
Fonte: Water as
Environmental Art.
Ed. Schoichiro Higuchi



Foto 8
Williams Square
Fonte: Water as
Environmental Art.
Ed. Schoichiro Higuchi

Zimmerman, em Washington; e a Williams Square, de Robert Glen & The SWA Group, em Las Colinas, são representantes de um processo de projetar que, partindo do fragmento, da sobra, do desterritorializado, criam territórios imaginários, analógicos e simultâneos que, sem negar o processo de globalização em curso, permitem múltiplos enquadramentos espaciais e múltiplas interpretações culturais.

Construir territórios imaginários é uma forma de tornar contemporâneos eventos temporal e espacialmente diversos, conferindo-lhes um significado icônico que, pela sua própria natureza simbólica, tem a capacidade de reterritorializar o lugar criando paisagens cuja simultaneidade e analogia conferem um novo sentido ao tempo, ao espaço ao mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, G. C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAUDRILLARD, J. *Cultura y simulacro*. Barcelona: Ed. Kirós, 1987.
- BENEVOLO, L. *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- CANEVACCI, M. *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- IANNI, O. *A sociedade global*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.
- MARINETTI, F. *Manifesto técnico della letteratura futurista, 1912. Il Futurismo*, n. 11, 1921.
- ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.



■ **BREVE HISTÓRICO SOBRE A ARTE DE
CALCETARIA EM PORTUGAL E NO
BRASIL: O CASO DO MOSAICO
PORTUGUÊS**

Eduardo Yazigi

HISTÓRIA

EDUARDO YAZIGI

Eduardo Yazigi – mestrado e doutorado em urbanismo pela Universidade de Paris, professor livre-docente do Departamento de Geografia da USP, onde leciona Política de Espaços Públicos e Geografia do Turismo, autor de cerca de 40 publicações nas áreas de planejamento, turístico e ambiental. Dirigiu projetos de interesse nacional como: Política Urbana do Estado de São Paulo, Criação do Parque Estadual de Ilha Bela. Foi o único estrangeiro que se tornou presidente do ECOVISION – “França. Bienal Européia do Cinema Ambiental”. Está terminando a tese de livre-docência sobre "O mundo das calçadas na cidade de São Paulo."

RESUMO

Este é um resumo da pavimentação urbana, especialmente, do chamado mosaico português. O mosaico tradicional tem origem no mundo oriental. Enquanto este é rico em detalhes, o português transforma o detalhe em motivo principal.

Nascido em Portugal no século 19, o mosaico português foi exportado ao Brasil no começo do século 20, quando muitos de seus artistas foram às colônias e ex-colônias.

Por este tempo, artista e executor eram a mesma pessoa, isto é, um trabalhador humilde sem reconhecimento social. Mas desde Burle Marx e seus riscos nas calçadas de Copacabana, na avenida beira-mar dos anos 60, a tendência é o arquiteto assumir este papel.

Atualmente o mosaico português é comumente usado nas calçadas, mas via de regra no mau sentido. Ele pode contribuir tanto à poluição visual (cada um faz o que quiser) como para resgatar a unidade dos quarteirões (quando o mosaico português é concebido num tratamento único).

ABSTRACT

This is an outline history of urban pavement, specially the so called portuguese mosaic. The traditional mosaic has its origin on the ancient oriental world. While it is rich in details, the portuguese one transforms details in the main motif.

Arising from Portugal from the XIXth century, the portuguese mosaic was exported to Brazil during the beginning of the XXth, when many of its artists went to the their colonies and old colonies.

By that time, artist and executor were always the same person, that is an humble worker without social recognition. But since Burle Marx draw Rios's sidewalks on the frontwaters in the 60th, tendence is to value the architect role.

Actually portuguese mosaic is commonly used on brazilians sidewalks, but very often on the bad way. It can both contribute to the town's visual pollution (when each one makes what he wants) and rescue the blocks unity (when portuguese mosaic is studied as a whole treatment).

INTRODUÇÃO

1 Visões de São Paulo, in: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo – Marco Zero/Fapesp, 1994.

Vários autores têm lamentado a destruição de cidades no Brasil. Raquel Glezer¹ não vê reconstituição física possível em casos semelhantes a São Paulo, daí termos de nos consolar com outros tipos de resgate. Este resumo tenta apenas situar a questão da arte da calcetaria, mais especialmente a do mosaico português, cuja bibliografia é bastante rara em Portugal e mais ainda entre nós. Desde que o automóvel entrou em cena, as cidades se adaptaram cada vez mais ao sistema rodoviário, diminuindo a importância do pedestre. A partir dos anos 60/70, tardiamente tocadas pela falta de lugar de circulação e trocas sociais para o pedestre, as administrações começaram a introduzir alguns espaços urbanos renovados, como o nome de “ruas de pedestres” ou calçadas. Com esta preocupação instauraram-se também pavimentações artísticas nos pisos destes lugares. Desde então surgiram ruas, praças, largos, esplanadas ou orlas praianas onde o paralelepípedo já não era apostado em disposições simétricas primárias. Não só os tradicionais paralelepípedos, como também granito e outras pedras; materiais cerâmicos; seixos; pré-fabricados nos mais variados formatos, entre os quais os chamados bloquetes. Dito de outra forma, ao dispor os materiais do piso de forma artística, pode-se então falar de arte da calcetaria. Sob esta forma, criaram-se inúmeras disposições com valorização do movimento, mas ainda, sem muito uso policromático. Ademais, como cobriam um todo para pedestres, não havia mais necessidade de “passeio” diferenciado e em saliência. Daí, um *continuum* entre o piso público e os muros lindeiros, com o mesmo desenho e textura. Centenas de cidades da Europa aderiram a esta moda, sendo notáveis algumas realizações na Alemanha, Dinamarca, Itália, França, Iugoslávia, Suécia, Suíça, Grécia e Espanha, entre outros. Algumas publicações como a de

Boeminghaus² apresentam belas reproduções deste tipo de acabamento urbano. É de se considerar que nesses casos europeus, esse tipo de arte assume uma plenitude difícil de ser encontrada entre nós, visto o uso muito intensivo que temos no espaço público, seja enquanto apropriação privada, seja como concessões a permissionários ou saturamento com equipamentos das mais diversas ordens. A lista de ocupações da calçada é extremamente grande e intensiva. Enquanto alguns locais são totalmente desprovidos de ocupações humanas e equipamentos, outros sofrem abusos de uso, onde se somam comércio de ambulantes; lixeiras; abrigos; hidrantes; saliências para impedir circulação e estacionamento de autos; bancas de jornal; prestações de serviços; canteiros de flores; vasos; materiais depositados por particulares; postes; muretas; praticáveis de cimento; guaritas... Por mais esmero que se tenha em relação à calçetaria, corremos o risco permanente de anular um belo projeto, já que só se torna visível em raros momentos. Nas análises que fizemos de muitos espaços públicos europeus, depreende-se a condição *clean*, onde até a iluminação é sabiamente disposta.

É fácil de se entender que tais aspirações são difíceis de serem conseguidas nas grandes concentrações urbanas do Brasil, dadas as condições, não só do subdesenvolvimento e de desemprego, como também do tradicional desafeto pelo espaço público que Roberto Da Matta tão bem assinalou. Igualmente, não se pode deixar de assinalar, a participação de máfias poderosíssimas, inclusive dentro da administração municipal, que manipulam a exploração comercial do espaço público em proveito próprio: basta dizer que o ponto de uma banca de jornal na avenida Paulista é estimado em U\$ 10.000 o metro quadrado. Mas seja como for, este tratamento do piso que pode estar presente sob qualquer uso, pode ser qualificado de “arte da pavimentação urbana” ou mais simplesmente arte

2 BOEMINGHAUS, Dieter. *Pavimentos y límites urbanos. Caminos, calles, plazas, zonas públicas, peatonales y de tráfico rodado*. Barcelona: G. Gili, 1984.

da calcetaria, já que há uma preocupação estética. Esta seria a categoria mais geral; o chamado mosaico português, que será aqui destacado, constitui uma das ramificações da calcetaria, interessante, justamente, porque possui um caráter luso-brasileiro muito acentuado. Com estas preocupações, após situarmos o mosaico português historicamente, levantaremos as principais questões de seu papel no resgate da unidade paisagística.

DO MOSAICO À CALCETARIA DO MOSAICO PORTUGUÊS

3 *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis Editeur, 1989, p. 809.

É muito estreito e visível o parentesco da calcetaria com o mosaico, a ponto da primeira ser conhecida também por “mosaico português”, já que traz a marca lusa que a repassou para outros lugares. A bibliografia sobre mosaicos é bastante vasta; tomaremos aqui apenas algumas referências que nos permitem entender a calcetaria. Grosso modo, o mosaico é uma forma de decoração de origem oriental, que se baseia na composição de pequenos cubos de pedra, mármore, cerâmica, vidro ou esmalte de diversas cores ou monocromáticos, aglutinados numa superfície plana, tendo como elemento de ligação cimentos, gesso ou argamassa. Foi empregado para enriquecer variados elementos, desde a joalheria e mobiliário até a arquitetura, onde pode ser encontrado em pisos e paredes. Seus motivos pictóricos não conheciam limites. Seus usos achavam-se divididos em duas grandes categorias: a) os de mármore, cerâmica ou pedras coloridas, empregados em pavimentos e b) os de esmalte, para usos mais nobres, como interiores de locais ricos, de técnica bastante complexa. O mosaico de pavimento, que é o que mais nos interessa, possui uma história que pode ser dividida em três grandes períodos.³ O primeiro deles é denominado “mosaico de seixos” (século 8 ao século 3 a.C.); o segundo, com técnica que já permite

cenar pictóricas (século 3 ao 1 a.C.); o terceiro, que se estende desde então até o século 7 d.C. e que é aquele do pavimento greco-romano, quando houve uma verdadeira industrialização desta arte.



*Mosaico da Capela do Santíssimo, do Mosteiro de São Bento de São Paulo
Foto do autor.*

O calçamento de vias públicas é bastante antigo, conhecendo-se vários sítios arqueológicos nos mundos greco-romano e oriental. Mas neste caso queremos distinguir um simples calçamento de pavimentação artística. Numa carta régia de 20 de agosto de 1498, D. Manuel já determinava que continuassem as obras das calçadas: à cidade cabia pagar a mão-de-obra; aos proprietários das casas e proprietários de veículos competiam as achegas (materiais e transportes); a nobreza e o clero, não tendo sido poupados de contribuição, procuraram fazer oposição. Pela carta régia de 8 de maio de 1500, D. Manuel despacha o calçamento da rua Nova Grande dos Mercadores, com pedra do Porto, “porque a outra dana-se na maneira que vedes”... O mosaico português ainda não tinha feito sua aparição.

Em Portugal, encontram-se vários mosaicos romanos notáveis, tais como os de Conímbriga, Pisões, Faro, Lagos, Lisboa,

↓ FRANÇA, José Augusto.
A arte em Portugal no século XIX. Lisboa: Bertrand, 1966.

Portimão, Torres Novas, Porto... No Alentejo, já se tem calcetamento desde os árabes. A variante lusa do mosaico é conhecida por “embrechado”, podendo ainda hoje ser notado em paredes de velhas quintas. Entretanto, rememorando a história da arqueologia, verificamos que Pompéia é descoberta no século 18 e Conímbriga no século 19. Ora, temos referência de que a primeira calçada de mosaico português, com desenhos em zig-zag, foi mandada fazer pelo tenente-general Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, governador de Armas do Castelo de São Jorge na parada do Batalhão de Caçadores 5, em 1842⁴. É possível, pois, que este militar tenha se inspirado nos vestígios arqueológicos de Portugal, para levar a cabo seu projeto, realizado por carcerários, então denominados guilhetas. É que havia elo entre os geólogos do exército e os arqueólogos. Não deixa de ser curioso que os dicionários de língua portuguesa assinalam o termo “calceta” para designar presidiários condenados a trabalhos forçados. Talvez a origem se prenda ao Batalhão de Caçadores.

No entanto, do mosaico romano ao português há diferenciações que cumprem ser notadas, já que definem as características deste último e lhe conferem autonomia. Enquanto que o mosaico tradicional é uma arte decorativa frequentemente fundamentada no ornato, no rigor dos detalhes e na cor, o mosaico português é antes utilitário, bicolor, transformando o pormenor em motivo principal. Ele foi criado para espaços livres, para ser pisado e resistir às intempéries. O mosaico romano de pavimento é delicado, feminino, próprio dos interiores: não resistiria muito ao uso intensivo. No Brasil ainda podem ser encontrados vários pisos de mosaico, mas, como é natural, preponderantemente em interiores. A igreja do Mosteiro de São Bento em São Paulo, como vários templos (capela do Convento do Carmo, em São Paulo...) e algumas mansões remanescentes da virada do século ou do surto

industrial dos anos 30, exibem ainda belíssimos exemplares. Modernamente há uma redescoberta do mosaico, feito com cacos de mármore, pastilhas ou vidrotil.

Não pode deixar de ser lembrado que o Brasil descobriu e utiliza amplamente o ladrilho hidráulico para revestimento de calçadas. É notável como a partir de três unidades: um ladrilho branco, outro preto e um terceiro meio a



Calçada padrão de São Paulo

Foto do autor

meio pela diagonal, obtém-se uma quantidade imensa de desenhos, tais como o célebre mapa estilizado do estado de São Paulo, (ou o “pijama xadrez” no jargão dos calceteiros) que faz parte da identidade da urbe, mas é raramente obedecido nos remendos. Alguns lugares trazem a marca precisa de sua etnia – o *yang* e *ying* dos pisos do bairro da Liberdade, São Paulo, concentração de colônias asiáticas. A rua Augusta vai configurando desenhos espontaneamente, guidados pelo interesse de seus comerciantes. Outros pontos do centro, como o Arouche, chegaram a formar uma associação para estes fins. É a tomada de consciência da importância do piso.

A DIFUSÃO DO MOSAICO PORTUGUÊS

Dado o sucesso prático e estético obtido pelo tenente-general Pinheiro Furtado, a Câmara de Lisboa fez logo aprovar a concessão de recursos para a pavimentação de toda a placa

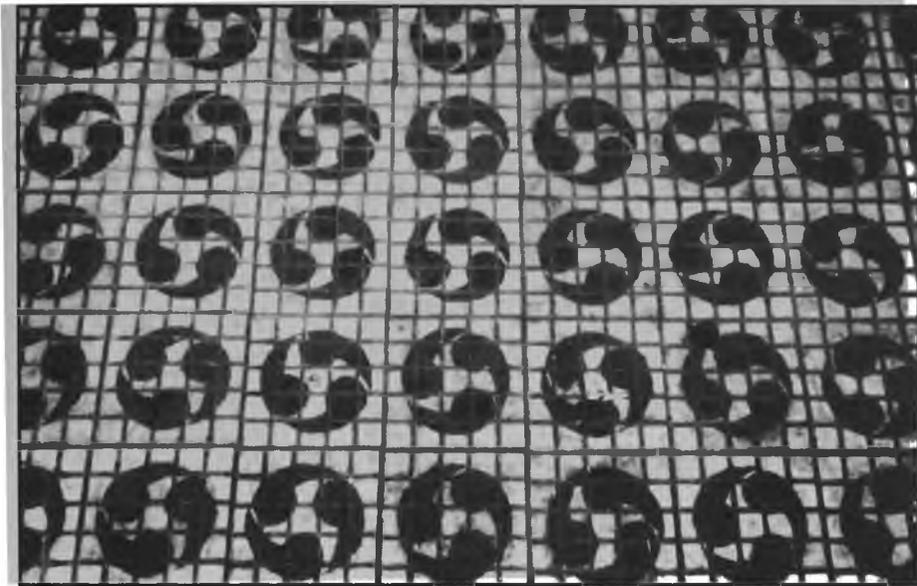


Foto do autor

Calçada do bairro da Liberdade, SP, inspirada no símbolo Yang-Ying

central da praça do Rossio, cobrindo uma área de 8.712 m² entre 1848 e 1849. Aliás, desde o século 19, em muitos países, inclusive no Brasil com Osvaldo Cruz, passa-se a acreditar muito em obras de saneamento que incluem, entre outras coisas, uma rede

de esgotos e pavimentações. Assim, pela obra do tenente-general e outras obras que lhe seguiram, o mosaico português firma-se como caracteristicamente lisboeta. Efetivamente, já em 1863 é calcetado o largo do Carmo; em 1867 o largo de Camões; em 1870 o jardim Patriarcal; em 1876 a praça dos Municípios e o largo São Julião; em 1877, a praça dos Remolares – atual Duque da Terceira. Trabalharam nestas obras assinaladas: Ângelo Rodrigues Chaves; Francisco Manuel Anil; João Rodrigues; Joaquim Branco; Manuel Pereira (o “Pereirinha”); José Amâncio; Manuel Antonio Passos e Manuel Joaquim. Os trabalhos em mosaico português prosseguem, incluindo o largo do Chiado (1886); rua Garret (1888); avenida da Liberdade (duas placas, 1889); rua Antonio Maria Cardoso (1893) e jardim de São Pedro de Alcântara (1894), com a participação dos calceteiros José Pacheco; João Francisco; Manuel Gonçalves (o “Manuel Padeiro”); Manuel Joaquim (o “Quizumba”); Matias José Nicolau; Carlos Lopes; Antonio Jorge; Joaquim Abrantes e Paulo Cândido. Os mesmos participam ainda do calcetamento da avenida da Liberdade (1900-1908); praça do Comércio (1907) e praça Marquês de Pombal (duas placas, em 1910). A receptividade vinha sendo tal que a difusão se tornou inevitá-

vel: é assim que a arte portuguesa de calcetaria participa da Exposição de Paris de 1900, com a presença de João Cândido; Antonio Jorge; José Francisco; Francisco o Machado e José. Neste tempo, Manaus estava ainda no ciclo de ouro da borracha, que desde os fins do século 19 vinha promovendo intensos trabalhos de modernização: construção do Teatro de Manaus, obras de saneamento; arborização, decoração da cidade... É assim que lá chegam, em 1905, José da Costa; Bento da Cruz e Francisco Antunes Cabral. Contemporaneamente, para a pavimentação da avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro (ex-avenida Central), chegam 22 calceteiros, entre os quais, Jaime Pinto Freitas Guimarães; Manuel Lopes; Antonio José Rodrigues; Manuel Rodrigues; Antonio Carvalho; Manuel dos Santos; Eduardo Augusto; José Francisco Cerdeira e Antonio da Costa⁵. O calcetamento se fez ainda presente com a ida de artistas portugueses à cidade do Cabo em 1909; a Nápoles em 1913 e a Sevilha em 1929 e 1969. Mas foi com a presença em Manaus e Rio de Janeiro, que inclusive receberam carregamentos da pedra necessária, que se inaugura, entre nós, a tradição da arte da calcetaria. Assim, no primeiro quartel deste século, o calçamento de algumas cidades brasileiras com mosaico português já chamava a atenção de observadores estrangeiros. Falando do Rio de Janeiro, em 1930, um deles tece um curioso comentário⁶ sobre a avenida Rio Branco, cujos desenhos "laid in zigzags and in other dizzy patterns" nas calçadas lhe causavam tontura...

"One of the unique features of the street is it's sidewalk, made up of stones laid in wavy patterns"... "To walk this street on a hot sunshine day calls for steady nerves" (p. 739).

Em São Paulo, há várias calçadas de mosaico português. Todavia, é digno de nota que não só o espaço público comportava esta modalidade de revestimento. Ele é próprio também de

5 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio: Editorial Enciclopédia Ltda., 1960, vol. XX, p. 538 sqq.

6 SIMPICH, Frederick. Gigantic Brazil and its Glittering Capital. In: *The National Geographic Magazine*, dec. 1930.

espaços internos, públicos e semipúblicos, palácio dos Campos Elíseos e algumas mansões que ainda restam naquele bairro, assim como Higienópolis e Ipiranga. Com a industrialização do Estado Novo, vários industriais foram residir perto de suas fábricas. É o caso da “Casa dos Jafet”, situada à rua Bom Pastor, n. 798, com jardins cortados por belos espécimens – seguramente muito influenciados pelo vizinho parque da Independência no contexto do Museu do Ipiranga. Mas outros, lamentavelmente, permanecem em péssimo estado como regra geral, tal como a parte anterior da praça da República, nas costas do Caetano de Campos; no singular desenho do chão da praça do Patriarca, junto à Galeria Prestes Maia; na própria avenida Paulista...



*Calçada da ex-residência da família Jafet, r. Bom Pastor, 798, Ipiranga, SP.
Fotos do autor*



Calçada remendada.
São Paulo
Foto do autor

Durante a década de 60, com o aterro do Flamengo, Burle Marx reconhece a beleza plástica da pavimentação com mosaico português, projetando as calçadas do Rio de Janeiro que lhe valeram celebridade internacional. Sobre isto comenta Flávio Motta:

“O revestimento de Burle Marx, em mosaico com pedras brancas, pretas e avermelhadas é uma velha técnica adequada à dilatação. O desenho assumiu outro sentido, acrescentando alguma coisa à noção de cidade feita pelo homem, dentro de um determinado processo histórico. Demonstra-se assim que a arte, quando amplia a área de participação social, permite o pleno reconhecimento dos projetos fundamentais por vezes apenas insinuados nas primitivas pinturas e desenhos. Os conhecimentos de tela, em ininterrupta atividade pictórica, foram por Burle Marx transferidos para uma longa calçada à beira da praia.”⁷

7 MOTTA, Flávio.
Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem. São Paulo: Nobel, 1983.

A este propósito, conviria uma certa observação que talvez explique porque, apesar do sucesso da calcetaria portuguesa em muitos países, seus grandes artistas permanecem obscuros. Possivelmente isto se deve ao fato de que, como no início pelo menos, a figura do calceteiro-artista era a mesma do calceteiro-obreiro, isto é, de origem humilde, um peão de obra... Foi

somente com a apropriação da técnica por arquitetos e paisagistas, que o mosaico português passa a ter o merecido destaque na bibliografia. Sem dúvida Burle Marx reinaugura uma tradição que hoje vem sendo continuada por artistas plásticos e arquitetos, enquanto autores de projetos de calcetaria, mas não executantes. Há, ainda, toda uma pesquisa a ser feita com os poucos calceteiros e seus descendentes que ainda vivem no Brasil, especialmente em São Paulo: nossa preservação da memória, quando ocorre, tem sido quase que só da elite. Não nos importamos, por exemplo, com todo mundo da cultura material do caçara e do caboclo, que permanecem quase que somente em nível de trabalhos acadêmicos.

MATERIAIS, TÉCNICA, ASSINATURA

Dada a existência de calcário e basalto nas cercanias de Lisboa, foi destas pedras que o mosaico português se serviu. No entanto, como a composição de desenhos exige apenas o jogo entre o claro e o escuro, entende-se que fica bastante facilitada a escolha entre os materiais disponíveis em locais diferentes. Duas autoras portuguesas⁸, que redescobriram a importância da calcetaria, produziram uma bela publicação da qual extraímos algumas lições:

“A execução da calçada artística exige que o facetamento dos cubos obedeça a regras impostas pela complexidade do painel... A fractura da pedra é feita na concha da mão, com perícia e precisão, numa cadência ritmada. As arestas são buriladas, polifacetadas, multiplicando-se as formas com imaginação e mestria... Surgem hexágonos ou o *sextavado*, as conchas para áreas restritas; os cubos regulares que originam a *calçada a correr*; os paralelepípedos irregulares ou *malhete* e que constituem a primitiva calçada portuguesa...

Os calceteiros escavam o local, à pá e picareta, formando uma caixa com cerca de 8 centímetros de fundo,

8 CABRERA, Ana, NUNES, Marília. *Olhar o chão*. Lisboa: Indústria Lever Portuguesa Ltda. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. LII a LV.

sobre a qual acamam uma base de areão e caliças. É sobre este aparelho, uniformizado pelo rodo ou tabuado, que procedem ao acentamento dos pequenos cubos de pedra, já devidamente talhados e adaptados às exigências do desenho e ao molde, previamente embutido na caixa, com a ajuda da cavilha de fixação. Usando o martelo de bico, ajustam ou aconchegam os módulos uns aos outros; de seguida espalham uma cobertura de areia e/ou caliça e regam-na, formando assim uma massa aglutinadora, que penetra nas juntas, evitando folgas entre as pedras.

Por fim, desempenam o painel. Os batedores de maço mais experientes fazem-no à vista. Pisam a calçada, nivelando-a de molde a proporcionar uma regularidade alfombrada.”

No Brasil, vem se notando um uso preponderante do cimento no lugar do saibro para se fixar as pedras, da mesma forma que se faz com paralelepípedos do leito carroçável.

O mosaico português apresenta uma curiosidade no tocante à assinatura do artista que compôs a calçada:

“... quase todos os ornatos mais importantes (como por exemplo os florões da Avenida) estão assinados com uma rubrica que os entendidos conhecem logo. Essa assinatura é uma pedra. Este artista colocará no centro do seu florão uma pedra em triângulo aguçado; aquele assina com uma pedra em quadrado; outro firma com um pedaço de calcário que talhou em hexágono ou em concha. E essa forma da pedra constitui uma assinatura que os calceteiros reconhecem e mantêm. Uma caravela que se encontra no passeio da Rua da Palma, à entrada do velho Palácio Folgosa, dá um belo exemplo de assinaturas. Foram destacados para fazê-la os melhores artistas. Na parte superior direita as pedras são em concha, hexagonais na parte inferior média etc. Outra forma de assinatura é a do proprietário do prédio confinante, etc. O capitalista Carvalho Monteiro, proprietário de numerosos prédios, assinalava as suas propriedades mandando calcetar os passeios com estrelas. Era conhecido por toda

9 Grande Enciclopédia Portuguesa, p. 542.

a Lisboa por 'o Monteiro dos Milhões', alcunha que soava familiarmente aos ouvidos de todos que freqüentavam a sociedade de Lisboa. Pois as estrelas, de que os calceteiros ainda conservam os moldes, são conhecidas pela alcunha de 'As estrelas do Milhões' "9.

A CALÇADA COMO ESTEIO DA UNIDADE URBANÍSTICA

Vista a importância histórica de calcetaria, entende-se então como a mesma pode e deve ser objeto de composição da paisagem. O desvirtuamento do desenho no chão não é o único responsável pelo caos visual de muitas cidades brasileiras, nem é a única forma de se conquistar a unidade do conjunto. A calcetaria é só um dos fatores, mas que pesa muito. Ao lado dela poder-se-ia colocar leis de uso e ocupação do solo e códigos de obras, como reguladores de padrões desejáveis – gabaritos, recuos, fachadas, etc. – em futuras urbanizações que aspirem unidade. Nas restaurações em que a paisagem foi desvirtuada, a calcetaria poder ter relevante papel, tanto quanto restaurações de edifícios ou ainda de padronização cromática de fachadas e arborização.

A história de nossa urbanização, incluindo a produção arquitetônica, revela que em virtude dos processos econômicos vigentes por ocasião de expansão das cidades brasileiras, e mesmo hoje, raros são os casos em que se conseguiu padrões de unidade. Em outras palavras, a paisagem urbana é extremamente fragmentada dos mais diversos pontos de vista: o mais comum é que nela coexistam produções não relacionadas entre si, frutos em especial de zoneamentos e códigos de obras de muita tolerância ou ainda a permissividade administrativa: fiação aérea em profusão, publicidade ao gosto de cada um... Como se isto não bastasse, a história das administrações mostra organogramas onde, com freqüência, órgãos

setoriais atuam sem coordenação efetiva (que em cada cidade leva uma sigla diferente), resultando na fragmentação visual e física do chão urbano. As calçadas são um retrato destas posturas. Qualquer brasileiro sabe que neste país é muito difícil encontrar uma quadra que seja, isenta de remendos, mesmos nos bairros tidos como os de maior renda per capita... As empresas públicas e privadas que atuam na infra-estrutura urbana de São Paulo, tais como instalação de encanamento de gás (Comgás); eletricidade (Eletropaulo); de água potável e esgotos (Cetesb, DAE); de cabos telefônicos (Telesp); TV a cabo, entre outras, operam de modo muito a desejar. Na falta de planejamento mais eficaz, que tenha em conta horizontes de tempo mais amplos, impera o imediatismo, resultando num abre-e-fecha de calçadas “que não termina nunca” Daí os remendos de milhares de quilômetros de extensão, quando não, buracos propriamente ditos. Tudo devido a uma falta de sincronia mais eficaz; de uma coordenação efetiva inexistente. Estrangeiros se espantam com este desleixo¹⁰ – não sem razão, num momento, em que pela primeira vez entre nós, se fala e reivindica o direito ao entorno. Como se sabe, os direitos vêm sendo classificados por gerações: os de primeira geração dizem respeito aos direitos políticos; os de segunda aos direitos sociais; os de terceira ao meio ambiente e entorno e, os de quarta, à engenharia genética. A exemplo de São Paulo, a maioria das cidades brasileiras demonstram este descaso pelo espaço público, sendo raríssimas as exceções.

Na ótica de uma revisão da política de espaços públicos, relacionada com a cidadania e seu direito ao entorno, somos de opinião que a calçada pode e deve funcionar como fator de estabelecimento de alguma unidade em nosso meio urbano. Quando um conjunto arquitetônico apresenta falta de unidade na expressão externa, o que é o caso crônico do Brasil, algumas

10 BUBRANNA, Jean-Marc. São Paulo, in: *Le P'tit Bleu*. São Paulo, n. 13, p.3, nov. 93,

11 ANDRADE, Francisco de Paula Dias. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. São Paulo, 1966. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

técnicas relativamente simples podem concorrer para a conquista da unidade. Supondo-se a impossibilidade de obras de envergadura, entendíveis em nossa realidade econômica, há casos em que o tratamento cromático de fachadas pode estabelecer uma ordem em que se conheça o pertencimento mútuo. Isto ocorre sempre que uma associação privada, ou oriunda do poder municipal, tenha interesse na promoção do lugar. A arborização de calçadas, pela linearidade e regularidade pode, igualmente, desempenhar o papel de estabelecimento de unidade. Árvores do mesmo porte, de preferência da mesma espécie ou em alternância regular com outra podem reforçar o efeito unificador da paisagem, do ponto de vista do transeunte. Aliás, basta se atentar para muitas ruas arborizadas de São Paulo, onde a unidade arquitetônica não existe, para se dar conta do papel múltiplo da vegetação. Na mesma linha de intervenção, a organização da calçada e da própria arte da calcetaria no leito carroçável complementam esta possibilidade, desde que tenham a unidade como princípio, associada à clareza da leitura geral. É isto que permite o resgate. Ou talvez nem resgate, mas conquista, já que desde os idos coloniais que não se tem mais um mínimo de padrões arquitetônicos. Mas as coisas não são assim fáceis, quando se lembra que já em 1966, como assinalou um autor, nada menos de 600 entidades intervinham na organização espacial da rua!¹¹ Hoje são vários milhares. Curitiba é um exemplo magistral de como isto pode ser superado, graças a ensaios conseqüentes de planejamento urbano. Lá, não só os padrões de quarteirão são obrigatórios, como têm ocorrido pesquisas no sentido de aprimorá-lo. Por exemplo, além dos motivos regionais utilizados nos mosaicos portugueses, dá-se ainda ao luxo de programar informações no chão, onde uma linha destacada de pedras indica o trajeto turístico para o forasteiro... Numa praça, Carlos Gomes, o mosaico português com liras; nas ruas centrais, o desenho do pinhão ou da araucária...



Fotos do autor

*Praça do Patriarca, SP
Foto de Zorzete.*



Rua dos Timbiras, SP.



*Jardins ambientais,
Curitiba, Paraná*



Fotos do autor

Motivos regionais: pinheirinho, Curitiba, Paraná



Unidade do quarteirão, Curitiba, Paraná

No entanto, o cuidado com modismos recomenda que não se parta para uma profusão indiscriminada. Cada caso é obviamente um caso em que todo o entorno tem de ser considerado, sendo plenamente admissível que em certas circunstâncias se deva mesmo impedir qualquer tipo de desenho. O mau uso deste pode levar ao efeito inverso do desejado. Paris é um dos muitos lugares onde o calçamento no cimento ou no betume se apresenta como o mais recomendável, não só para valorizar as fachadas, como para evitar a poluição visual. Um exemplo recente mostra a que grau os franceses têm dado atenção à

questão da calcetaria. Como se sabe, a place Vendome de Paris constitui-se numa das mais aristocráticas do planeta. Quando, por motivos não muito bem justificados se substituiu seu antigo piso neutro, monocromático, por outro também liso e neutro, mas em forma de pequenos quadriláteros, originou-se, como não poderia deixar de ser, toda uma textura que alterou consideravelmente o visual da praça. Os simples sulcos da justaposição de ladrilhos e não a monocromaticidade, passaram a incomodar!!! Desde então surgiu uma crítica severa. Uma delas provém de uma professora da Faculdade de Arquitetura de Versalhes, que estudou alguns aspectos recentes do uso das calçadas de Paris, em texto publicado pela Gallimard¹². Na sua opinião, praças como esta assumiram o ar de gigantescas “cozinhas” ou “banheiros”, visto o tipo de piso usado em substituição, todo quadriculado...

“Nous avons totalement perdu l’expérience des antiques, renaissants, classiques, néoclassiques et autres haussmanniens dans ce domaine, pourtant si essentiel: l’harmonie des pleins et des vides, le contraste des horizontales et des verticales, la subtilité méditée des changements d’échelles”...“Alors, on débouche invariablement sur des effets de carrelage, invariablement sur les places prestigieuses en grandes salles de bains ou en gigantesques cuisines à ciel ouvert.” (p. 290)

A péssima manutenção das calçadas de São Paulo tem sido motivo de inúmeras chamadas por parte da imprensa. Usualmente, como em outras partes, a manutenção das calçadas é atributo do proprietário do imóvel lindeiro (ou da concessionária que as danificou). Ora, obrigá-los indiscriminadamente a recompor possíveis desenhos tem de ser considerado com muita cautela, pois o mais provável é que resultem em aberrações ainda maiores: não se trata apenas de tapar buracos deste abre-e-fecha-que-não-termina-nunca.

12 MOSSER, Monique. La guerre des trottoirs. Ou les nouveaux embarras de Paris. *Debat*, Gallimard, n. 80, Mai-Août 1994, p. 281-192.

São dignos de nota os trabalhos que um setor da Secretaria Municipal de Cultura desenvolveu, com a pesquisa histórica, no sentido de descobrir quais eram os padrões artísticos das calçadas, a fim de reincorporá-los em certos espaços renovados do centro de São Paulo. Um desses pesquisadores, com trabalhos implantados, é o artista plástico Francisco Zorzete, que liderou um trabalho pioneiro de restauração da arte da calcetaria em São Paulo, iniciado em 1991, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, no contexto da Secretaria Municipal de Cultura. Foi então questão de se restaurar o eixo Sé-Arouche, parcialmente realizado numa busca de pesquisas fundamentadas em fontes fotográficas e iconográficas. A ele se devem as restaurações da praça Ramos de Azevedo e do parque da Independência. A pesquisa do centro da cidade revelou a preexistência de calçadas que fazem parte da construção de nossa identidade. Daí o cuidado de ser muito criterioso nas obras de restauração: o viaduto do Chá, por exemplo, deveria ter seu piso de ladrilhos com o mapa de São Paulo retirado, para nele se recolocar os ladrilhos hidráulicos monocromáticos (cinza) originais, atestados por fotos dos anos 40. Isto por duas razões: porque ele era primitivamente assim e porque o abuso de desenhos em seu chão prejudicaria a leitura do contexto. Esta é, pelo menos, a opinião dos que trabalharam na restauração do centro. A este propósito, veja-se que o prefeito de São Paulo, sr. Paulo Maluf, ao reeditar a referida lei que responsabiliza o proprietário do imóvel lindeiro pela manutenção da calçada, perdeu uma oportunidade de sanar um falha. E aí se faz uma pergunta: que capacidade tem um cidadão comum de restaurar um piso artístico? O resultado: remendos que desconexam totalmente os desenhos, originando um embaralhamento que compromete a paisagem urbana. Nem o projeto da nova avenida

Paulista, em São Paulo, foi poupado: o tratamento uniforme dado à sua calçada vem sendo desfigurado em vários trechos. Assim, é graças a iniciativas de restaurações como as iniciadas em 1991 que se desperta a consciência da função do piso no paisagismo e, portanto, no planejamento urbano. Ainda nos falta uma versão teórica, moderna e brasileira, comprometida com a historicidade, que redefina os enunciados de Camilo Sitte, para o caso da cidade brasileira. Talvez neste contexto de preocupações tenha surgido a exposição "Pisos Urbanos", no Museu da Imagem e do Som de São Paulo, organizada por Francisco Zorzete e Bia Gayotto, na qual se evidenciaram os sucessivos pisos da cidade, da terra ao paralelepípedo.

Finalmente, conviria lembrar alguns fatos do real e do imaginário referente a pisos. Há uma inequívoca conotação de grande respeito aos pés e chão por onde passa quem merece especial consideração. Talvez, o mais antigo episódio



Foto do autor

Museu do Ipiranga, SP

refere-se aos ramos de arbustos que o povo de Jerusalém deita à passagem do Cristo, em sua chamada "Entrada triunfal" Mais recentemente o uso de tapetes para receber personalidades revela uma forma muito especial de deferência, assim como a célebre tradição dos estudantes de Coimbra, que iniciaram outra tradição lusa. Sempre que alguém de muita importância ia visitá-los na universidade, o conjunto dos estudantes esten-



Foto do autor

Calçada restaurada no Monumento da Independência, SP

dia suas capas pretas para que o homenageado passasse. Assim também ainda são algumas procissões no Brasil e no exterior, no trajeto das quais se atapeta o caminho de passagem com flores ou desenhos feitos com serragem colorida: São Roque, SP, é uma dessas remanescências. E entre nós, o cancionista popular deixa bem claro o significado de se dar um certo tratamento ao objeto amado: “Se esta rua, se esta rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar, com continhas, com continhas de brilhante, para o meu, para o meu amor passar...” Como ficamos então em nossa busca de construção da cidadania no que diz respeito a seus aspectos espaciais?

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dinis de. Passeios de Lisboa, uma arte que é de poucos e que muitos pisam sem olhar. *Diário Popular*, Lisboa, 10 jul. 1965.
- BAIRRADA, Eduardo Martins. *Empedrados artísticos de Lisboa*. Lisboa: Ed. do Autor, 1986.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CASTILHO, F Pinheiro. O uso da pedra nos pavimentos, caso particular da calçada. *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 out. 1965.
- MARQUES, Rocha. Quando os calcetas calcetaram o Rossio. *Diário de Notícias*, Lisboa, 28 fev. 1944.
- E além destes, os livros dos viajantes que estiveram no Brasil durante o século 19.



■ OS PARQUES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM SÃO PAULO

Vladimir Bartalini

HISTÓRIA

**VLADIMIR
BARTALINI**

Vladimir Bartalini – Arquiteto e urbanista da FAUUSP, paisagista, professor da FAUUSP e Puccamp, mestre e doutorando de paisagismo na FAUUSP.

RESUMO

Os parques públicos municipais de São Paulo possuem características formais, dimensionais e funcionais bastante diversas. Consta-se também que a distribuição espacial e temporal destes equipamentos é muito irregular. Isto nos leva primeiramente à necessidade de pesquisar o que se entende pelo equipamento público denominado “parque” e, em seguida, buscar esclarecer os motivos pelos quais nossos parques foram criados.

Este trabalho ainda não traz as respostas para nossa principal indagação (os motivos que levaram à implantação dos parques que temos), mas chama a atenção para o fato de que, embora a maior parte das áreas dos parques tenha-se originado de desapropriações predominam, dos anos 80 em diante, os casos de parques originados de espaços livres de loteamentos. São parques de pequenas dimensões, com raio de atendimento limitado à vizinhança imediata, que ganharam cercamento e uma sede administrativa (condições para uma área verde ser considerada “parque” pelos critérios do Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes do Município de São Paulo) por solicitação dos moradores.

A freqüência com que vêm ocorrendo os parques originados de espaços livres de loteamento levanta indagações sobre as possibilidades que a legislação de parcelamento do solo apresenta para o provimento de parques públicos.

ABSTRACT

The urban parks of São Paulo show a wide range of shapes, sizes and functions. Their spatial and temporal distribution does not follow a clear rule either. Those facts led us, at first, to search for the meaning of this kind of public facility named “park”, and so to look for clues that could explain why our parks are where they are. We started investigating the ownership of the areas that became parks. This paper does not provide the answer to our main question yet, but shows that, since the 1980, most of our parks originated from green areas that land developers had to give the municipality by the time they split up the land to sell urban plots. This fact points out that the opportunities created by the urban legislation of land subdivision have provided areas for urban parks.

Falar sobre parques públicos em São Paulo nos leva antes de mais nada a considerar o que venha a ser definido como *parque*. As diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos que apresentam impedem que eles se encaixem numa definição precisa. No que se refere às dimensões, elas variam de 1,5 ha (parque Conceição) a 970 ha (parque Anhanguera). As formas de tratamento compreendem desde a linguagem formal do parque da Independência até a ambiência naturalista de parques como o Siqueira Campos, Previdência e Alfredo Volpi (Morumbi) entre outros. Também as funções que desempenham não se submetem a um padrão uniforme, pois enquanto alguns estão explicitamente vinculados à proteção ambiental e restringem o uso (como é o caso da área de 400 ha concedida a Depave na APA Pêssego-Carmo) outros atraem multidões. Como decorrência, os equipamentos de que dispõem variam de parque para parque, havendo os que apresentam como principal (se não único) atrativo caminhos e estares sob densa arborização e os que têm seu ponto forte nos equipamentos culturais, esportivos e recreativos de um modo geral.

Seria possível alegar que tal diversidade reflete distintas necessidades conforme se trate de um parque de bairro ou de um parque de maior abrangência, e que ela é portanto coerente com princípios de funcionalidade e de racionalidade. Mas esta linha de argumentação encontrará dificuldades para explicar as disparidades entre dimensão e função que podem ser observadas por exemplo num parque como o Anhanguera, que é o maior em área, mas que, proporcionalmente, atrai menos do que o da Aclimação, cujas dimensões relativamente pequenas não impedem que seja incluído na programação de verão da cidade, podendo vir a receber 20.000 pessoas em cada fim de semana¹. Além disto, a própria distribuição espacial irregular e desequilibrada dos parques que se observa em São Paulo não

1 Folha de S. Paulo, 06 de janeiro de 1995, Especial A1.

autoriza cogitar de que tenham havido critérios funcionais e racionais na implantação destes espaços públicos.

Em princípio seria possível supor que as formas, dimensões e a fisionomia (os atributos físicos) de um parque, além de refletirem o pensamento e o gosto de uma determinada época, auxiliariam na busca de uma definição mais precisa do termo. Mas esta não é uma relação óbvia. O que hoje é denominado *parque* pode já ter sido denominado *praça* (Buenos Aires) ou *jardim* (da Luz). Nem suas “fisionomias” podem ser simplisticamente relacionadas às épocas em que foram criados, pois entre os de caráter “naturalista”, com áreas significativas de matas, há os inaugurados em 1911 (Siqueira Campos), em 1966 (Alfredo Volpi), em 1980 (Previdência) ou em 1992 (Santo Dias); na tradição “paisagística” há os que ocorrem em 1913 (Buenos Aires), em 1939 (Aclimação), em 1954 (Ibirapuera) ou em 1976 (Carmo).

Assim, a realidade constatada em São Paulo coloca certos problemas para a definição de *parque*. O Departamento de Parques e Áreas Verdes da PMSP, órgão responsável pelos projetos, implantação e administração dos parques municipais, utiliza critérios meramente pragmáticos, operacionais, para a sua definição: é o logradouro de uso comum do povo, portanto, de acesso livre, mas limitado aos horários de funcionamento mediante cercas e portões, e que conta com administração própria, sediada no seu interior (por isto o “parque” do Anhangabaú não é considerado parque).

As variações, imprecisões e arbitrariedades em torno da definição de *parque* tornam necessário o levantamento das acepções do termo, acompanhado do estudo das origens deste tipo de espaço livre no pensamento urbanístico, de modo que, fixadas algumas balizas, se possam captar as mudanças que seu significado vem sofrendo. No entanto, a investigação não pode se ater exclusivamente ao mundo das

idéias, mesmo porque os parques (equipamentos públicos urbanos que se difundiram mundialmente a partir das experiências inglesas, francesas e norte-americanas), nasceram de ações concretas, levadas a efeito em realidades geográfica e historicamente específicas. Daí o interesse em pesquisar como se originaram os parques municipais de São Paulo, a começar pela obtenção da terra para este fim.

Este estudo se limita aos parques municipais por razões práticas, mas também porque a provisão de parques públicos urbanos é função precípua do município, embora tenhamos importantes parques no espaço urbano de São Paulo frutos de ações do governo estadual.

Mas interessa ainda fixar a atenção na atuação da municipalidade pelo fato de que, já no ato da elevação de um povoado à condição de vila ou de cidade, eram estabelecidos tanto o seu *termo*, ou seja, os limites do município, como o seu logradouro público, o *rossio*, patrimônio cuja gestão competia ao município. Estes *rossios*, segundo Murillo Marx, viriam a ter uma dupla destinação: “atender aos interessados em se estabelecer numa aglomeração e reservar os espaços comuns necessários no presente e no futuro.”² O mesmo autor ainda informa que:

“Gratuitamente e livre de encargos, obtinham-se terrenos pertencentes ao *rossio*, à municipalidade; *rossio* que proviera, como as *sesmarias*, daquele patrimônio inicial (o reino português) e que, ao contrário delas, era gerido por uma entidade coletiva, por uma outra instância do mesmo Estado, a instância municipal.”

Assim sendo cabe indagar de onde se originaram os parques públicos municipais: das terras públicas correspondentes ao antigo *rossio*, da desapropriação pelo poder público, mediante indenização, de terras particulares (eventualmente pertencentes de início ao *rossio*), ou da devolução de terras particulares

² Marx Murillo, *Cidade no Brasil - Terra de Quem?* São Paulo: Edusp-Nobel, 1991.

ao *uso comum*, sob a forma de espaços livres, por força das leis de parcelamento do solo?

Parece-nos possível afirmar que os parques públicos em São Paulo são antes o resultado de ações isoladas do que de intenções contidas em algum plano que viesse a integrá-los num sistema coerente, conforme suas finalidades recreativas, ambientais ou paisagísticas. Não obstante a casualidade que se constata na implantação dos parques, eles constituem um item constantemente presente nos planos e programas elaborados para São Paulo, onde eles comparecem formando um sistema dotado de racionalidade, baseado em concepções urbanísticas de diversas procedências, que não se confirma na prática.

Diante da existência concreta de tais equipamentos urbanos, da constância de sua presença nos planos e das recentes reivindicações por parques e “áreas verdes” tanto no discurso técnico como político, justifica-se estudá-los com o objetivo de reconhecer os limites que atuam entre o idealizado e o realizado.

Este trabalho é então composto de duas partes: na primeira é tentada uma aproximação ao conceito de “parque”, distinguindo-o de “jardim”. Por oportunidade de acesso ao material e no sentido de estabelecer parâmetros com os quais cotejar nossa realidade, faz-se também referência ao sistema classificatório de espaços livres adotado pela cidade de Toronto, Canadá. Na segunda parte é exposto o estado atual da pesquisa sobre os parques municipais de São Paulo, com ênfase nas suas origens fundiárias e na sua distribuição temporal e espacial.

PARTE 1

Ao consultar o verbete *parque* nas obras de referência não é incomum o pesquisador deparar-se com alusões a jardins, e

vice-versa, o que ilustra a confusão que se faz normalmente entre estes conceitos.

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*³ traz as seguintes acepções:

parque: terreno de uma certa extensão, murado ou vedado, em que há arvoredo abundante e onde se passeia ou caça.

jardim: terreno quase sempre contíguo a uma casa de habitação, e fechado, em que se cultivam legumes, flores, árvores (...).

No *Dictionnaire Encyclopédique Quillet*⁴ temos:

parque (parc): do latim “parricus”; grande extensão de terra fechada e arborizada onde eram conservados os animais de caça; atualmente, terreno fechado, arborizado, atravessado por aléias e que serve para passeios; grande jardim de recreio associado com frequência a uma habitação importante e comportando bosques, relvados, água etc.; grande jardim público numa cidade.

jardim (jardin): do francês arcaico “jard”; terreno quase sempre contíguo a uma casa e fechado, onde se cultivam legumes, flores, árvores.

No *Grand Larousse*⁵ encontramos:

parque (parc): terreno fechado, arborizado, tendo por finalidade a recreação ou a caça (sendo que o verbete se estende em exemplos de jardins), e

jardim (jardin): lugar normalmente fechado, plantado com vegetais úteis ou ornamentais. (Fazendo, no desenvolvimento do verbete, alusões indistintas a parques e a jardins.)

A *Enciclopedia Italiana*⁶ remete de **parque (parco)** a **jardim (giardino)**, do qual apresenta um resumo dos estilos na história.

A *Encyclopaedia Britannica*⁷ remete de **parque (park)** para “**commons**”; e dá a seguinte acepção para jardim:

3 GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda.

4 DICTIONNAIRE ENCYCLOPÉDIQUE QUILLET. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1935.

5 GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: Librairie Larousse, 1963.

6 ENCICLOPEDIA ITALIANA DE SCIENZE, LETTERE ED ARTI. Milano: Istituto Giovanni Treccani, 1929.

7 ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. The University of Chicago, 1949.

jardim (*garden*): terreno cercado para o cultivo de frutas, flores ou vegetais.

Um esforço de classificação dos espaços livres, baseada em exemplos concretos, está contido em trabalho realizado pelo Department of Planning and Development e pelo Department of Park and Recreation da cidade de Toronto, Canadá⁸. A classificação de cada tipo de espaço livre leva em conta diversos itens como: localização, tamanho, limites, paisagem, uso, etc. O tipo "parque urbano", que é o que nos interessa no momento, é ali definido como:

"um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado 'em torno de acidentes naturais, por exemplo ravinas, córregos, etc., fazendo freqüentemente divisa com diversos bairros" Quanto ao tamanho é descrito como "o maior espaço do centro urbano ou de um bairro, ocupando normalmente uma área equivalente a quatro quarteirões urbanos"; os limites principais de um parque urbano são ruas, podendo haver limites secundários faceando edifícios; sua organização espacial (paisagem) apresenta um "equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais" O parque urbano pode abrigar "o uso informal, de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, playgrounds, piscinas, etc."

Infere-se deste levantamento preliminar que, afora a confusão que algumas fontes estabelecem entre parque e jardim, a noção de parque vem comumente associada a uma área relativamente extensa, cercada, arborizada (ou com características "naturais") e, no seu significado mais remoto, destinada à caça ou à guarda de animais. A pesquisa da origem latina do termo confirma esta última acepção. O jardim, por sua vez, está associado à idéia de cultivo.

8 Cityplan '91 vol. 28, The open spaces of Toronto: a classification (City of Toronto Planning & Development Department, 1991).

No entanto, alguns dos nossos parques, sobretudo os que tiveram origem como espaços livres de loteamento, assemelham-se mais a *squares*, do que a parques, se os tomarmos no sentido inferido dos dicionários e enciclopédias consultados.

Giedion⁹, ao abordar as *squares* londrinas, comenta a definição de *square* trazida pelo *Dictionary of Architecture* de 1887, que a apresenta como “uma porção de terra na qual há um jardim fechado, circundada por uma via pública, que dá acesso às casas à sua volta”:

“Por toda sua brevidade, esta definição é uma excelente afirmação da natureza das *squares* de Londres. Ela começa propriamente com uma ‘porção de terra’; em seguida ela enfatiza como característica essencial o jardim fechado (fechado porque ele é apenas para os proprietários, que têm as chaves); por fim ela menciona as casas que invariavelmente a circundam. Ela não especifica a forma da *square*, que pode ser quadrangular, triangular, regular ou irregular.”

Mais adiante Giedion introduz uma citação a respeito do estado que as áreas destinadas a *squares* apresentavam em suas origens, que faz lembrar de algum modo o que sucedeu (e continua a suceder) com nossos espaços livres de loteamento:

“Originalmente estes espaços abertos (*squares*) não eram tão esteticamente agradáveis nem tão saudáveis como poderiam ter sido, devido ao fato de que o inevitável destino dos terrenos abertos em toda cidade européia do século XVII era se tornar um depósito de lixo de todos os tipos. Isto só foi evitado quando os habitantes das *squares* solicitaram poderes para fechá-las, limpá-las e embelezá-las.”¹⁰

De acordo com Murillo Marx¹¹, ainda no Brasil colônia, a aglomeração que atingisse o *status* de sede de município recebia no mesmo ato o seu patrimônio público, o *rossio*, que seria administrado pela câmara municipal. Ocorreram, já de

9 GIEDION Sigfried. *Space, Time and Architecture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Printing Office, 1949, p. 508.

10 W.R. Davidge. The Planning of London. *Journal of the Royal Institute of British Architects*, march 10, 1943, p. 438, in Giedion op. cit. p. 509.

11 op. cit.

início, dificuldades para a demarcação do rossio de acordo com as normas estipuladas, dificuldades advindas da existência de parcelamentos prévios e de acidentes do relevo natural¹² Sabe-se também que as câmaras municipais eram autorizadas a conceder terras do rossio a quem pretendesse morar numa vila ou cidade, ou mesmo lavrar a terra dentro dos limites deste patrimônio público.

12 op. cit. p. 73.

“Se assim eram ocupadas as datas de terra concedidas, a partir do rossio, quando já se contava com ao menos um núcleo de vila, qual seria o destino do rossio que se mantinha, nem sempre claramente conhecido em seus limites, nunca muito precisos na prática? Mantinha-se como área de proveito comum nem sempre respeitada e com abusos que parecem crescer, pela leitura dos documentos, à medida que cresciam e se adensavam os aglomerados.”¹³

13 op. cit. p. 76.

A utilização comunal não se fazia sem conflitos, conforme registros contidos nas atas das câmaras municipais nos primeiros séculos da colonização. Mas além destes conflitos comunais havia os fundiários, entre o terreno público e o concedido, mais freqüentes a partir do século 18 com o crescimento e adensamento dos núcleos urbanos.

“Na época da independência, tal situação (...) forçou o governo imperial a adotar medidas legais e a fazer recomendações administrativas. No esforço de institucionalização que se segue – e não casualmente de maneira muito morosa – , a carta de lei de 1º de outubro de 1828, verdadeira lei orgânica dos municípios brasileiros, determina atenção das câmaras para com seu patrimônio, denunciando a existência freqüente de muitos e sérios problemas.”¹⁴

14 op. cit. p. 84.

A lentidão na solução dos problemas entre o solo público e o solo concedido a particulares jogou a favor destes últimos.

A indefinição dos limites do rossio se mantinha e sua aparência ia cada vez mais se afirmando como a de terra de ninguém.

15 op. cit. p. 85 e 86.

“A iconografia mais generosa de que dispomos da época da independência revela uma indefinição de contorno dos aglomerados maiores e menores (...). Essa indefinição corresponde à área do rossio (...). Estas terras do rossio (...) são retratadas geralmente como solo mal cuidado, além de vazio, como terras aparentemente esquecidas, ao deus-dará (...). Acresce que tais áreas de uso coletivo provavelmente foram se reduzindo e se concentrando nas baixadas pantanosas, nas várzeas e nos declives mais acentuados, todos de difícil ocupação.”¹⁵

A Lei de Terras de 1850, em que pese as radicais transformações que encerrava do ponto de vista jurídico-econômico ao estabelecer o solo como mercadoria, portanto, como algo a ser adquirido e não mais cedido, demorará a ter vigência prática no meio urbano.

“A Lei de Terras demorará a se impor formalmente e na prática no meio urbano. A compra e venda (...) conviverá muito tempo com a concessão de datas, partilhadas do rossio, e até com o antigo sistema enfitêutico, com os foros de algumas glebas (...).”

“A solicitação de datas e a sua concessão prossegue até fins do império. O aforamento de glebas continua, penetrando mesmo a república, que vai praticamente extingui-lo com o Código Civil de 1917 ”

16 op. cit. p. 118-120.

“(...) ainda em fins do império está a edilidade paulistana considerando solicitações e fazendo concessões de datas de terras. E, já instaurada a república, está a nova prefeitura fazendo o último aforamento das terras do município em 1911 ”¹⁶

No entanto, importa salientar que, a par a cessão de terra para moradia ou para o cultivo do solo urbano continuar a se processar por parte da municipalidade, surge, com a Lei de

Terras, uma nova figura, a do loteador, que passará também a suprir essa demanda a partir da divisão da sua propriedade, sobre a qual tem direito absoluto (a posse e o domínio integrais), direito que é transmitido ao adquirente no ato da venda.

As leis e decretos que viriam a disciplinar esta nova atividade foram se constituindo aos poucos, e em geral a reboque das situações de fato. Rafael A. C. Perrone, no seu estudo sobre a ação do Estado sobre os loteamentos no município de São Paulo¹⁷, apresenta as principais características dessa legislação, observando que até a publicação da Lei Federal 6.766 de 1979 (Lei Lehmann) os assuntos referentes à urbanização e parcelamento do solo eram tratados nos níveis federal e municipal com a seguinte divisão de atribuições: ao federal competiam as normas civis, visando garantir legitimidade às operações e os direitos dos adquirentes; ao municipal cabiam as normas urbanísticas de interesse peculiar a cada município. O interesse neste assunto reside sobretudo no fato de parte significativa dos parques públicos municipais de São Paulo ter se originado dos espaços livres compulsoriamente doados ao poder público pelo loteador, no ato do parcelamento do solo urbano, como veremos na Parte 2.

É apresentado a seguir um quadro-resumo das principais características das leis, atos e decretos federais e municipais atinentes aos espaços livres. Note-se, no que se refere à legislação municipal, a vigência de quase meio século da porcentagem de 5% preconizada para os espaços livres em loteamentos situados na zona urbana, abrangendo o período de 1923 (Lei 2.611) a 1972 (Lei 7.805). O Código Arthur Saboya (Ato 663 de 1934) não a altera, e no período de três décadas que o separa da lei de zoneamento (Lei 7.805 de 1972, que aumenta o índice para 15%), se consolidam quase 70% das áreas urbanas de São Paulo.¹⁸

17 PERRONE, RAFAEL ANTONIO CUNHA. *Análise da ação legislativa do estado em relação aos loteamentos clandestinos no município de São Paulo*. (Dissertação de mestrado, FAUUSP, 1984).

18 Ibid.

QUADRO 1 - Principais características da legislação de loteamento

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
1880		1986 Código de Posturas (João Teodoro) – Dispõe sobre arruamento e ordem exterior dos edifícios, estradas e caminhos.
1890		
1900		
1910		
1920		1923 Lei 2.611 – Estabelece porcentagens mínimas para espaços livres públicos: zona urbana: 5% zona suburbana: 7% zona rural: 10%.
1930		1934 Ato 663 (Código Arthur Saboya) – Mantém as porcentagens da Lei 2.611; sanções previstas tornam-se irrisórias com o aumento da inflação; consagra em seu texto o procedimento de regularizar loteamentos irregulares.
	1937 Decreto 58 – Determina que os planos devem ser aprovados pelas prefeituras e inscritos nos registros de imóveis para a transferência dos lotes aos adquirentes e das vias e logradouros públicos ao município. Não estabelece sanções para o não cumprimento destas determinações; decorre a proliferação de loteamentos irregulares.	–
1940		
1950		
1960	1965 Lei 4.771 (Código Florestal)	
	1967 Decreto-lei 271 – Institui a concessão de uso de terrenos públicos e a necessidade de destinação de áreas públicas, mas não define parâmetros.	–

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
1970	<p>1979 Lei 6.766 (Lei Lehmann) – Estabelece critérios urbanísticos mínimos que devem ser complementados pelos estados e municípios; reserva de 35% para áreas públicas; diretrizes do poder público para sistema viário, áreas verdes e institucionais.</p>	<p>1971 Lei 7.688 – Classifica as áreas verdes de propriedade pública com vistas à constituição de um sistema e define taxas de ocupação do solo nas áreas verdes.</p> <p>1972 Lei 7.805 (Lei do Zoneamento) – Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo; estabelece a fixação de diretrizes do executivo para a localização das áreas públicas e suas porcentagens mínimas: sistema viário: 20%; áreas verdes: 15%; áreas institucionais: 5% a aplicação prática encontra entraves jurídicos; continuidade de loteamentos irregulares e anistias.</p>
1980		<p>1981 Lei 9.413 – Estabelece diferenciação nos padrões de loteamento (alto, médio e popular), com correspondente adequação da legislação urbanística. Mantém as porcentagens de áreas públicas 1ª Lei 7.805, e estabelece que 50% das áreas verdes terão localização definida pelo executivo.</p>
	<p>1986 Lei Federal 7511 – Alteração do Código Florestal</p>	<p>1984 Lei 9.725 – Dispõe sobre a transferência de potencial construtivo de imóveis preservados enquadrados como Z 8-200, remetendo à SEMPLA a análise dos casos de Z 8-200 com a finalidade de preservação de vegetação de porte arbóreo.</p>

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
	<p>1989 Decreto Estadual 30.443 – Define áreas de patrimônio ambiental em propriedades públicas e particulares do município de São Paulo e declara imunes de corte a vegetação arbórea nelas existentes.</p>	<p>1987 Lei 10.365 – Disciplina o corte e poda de vegetação de porte arbóreo em território público ou privado; submete os projetos de loteamento e desmembramento em áreas revestidas por vegetação de porte arbóreo a Depave e Parsolo; reafirma as áreas de preservação permanente do código florestal e considera de preservação permanente a vegetação de porte arbóreo que constitua bosque ou floresta heterogênea com mancha contínua superior a 10.000 m², e a vegetação localizada em áreas carentes de áreas verdes.</p> <p>1988 Decreto 26.535 – Regulamenta a Lei 10.365. Define como bosque ou floresta heterogênea as formações com mais de três gêneros de árvores e cujas copas cubram mais de 40% da superfície do solo.</p>
1990		<p>1991 Lei 10.948 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de arborização de vias e áreas verdes nos planos de parcelamento do solo para loteamentos e desmembramentos.</p> <p>1991 Decreto 29.716 – Regulamenta a Lei 10.948 e concebe as áreas verdes como espaços de uso público admitindo a eventual existência de trechos não arborizados para a implantação de equipamentos apropriados à manutenção destas áreas. Submete a aprovação dos projetos de parcelamento</p>

Há 30 parques públicos municipais em São Paulo, perfazendo aproximadamente 1.493 ha (não estão incluídos neste total os quase 400 ha correspondentes à porção da área de proteção ambiental Pêssego-Carmo sobre a qual a prefeitura do município tem permissão de uso, por não se tratar propriamente de um espaço de uso comum). O quadro a seguir traz a relação dos

parques municipais, com informações sobre as áreas, origem das terras, ano de incorporação ao patrimônio municipal, e ano de inauguração do parque.

QUADRO 2 - Parques Municipais de São Paulo na ordem cronológica de sua inauguração

Nome	Área (ha)	Origem	Incorp. Patrim.	Ano de Inaugur.	Região
1 - Luz	11,3420	terras públicas	—	1825 (1)	centro
2 - Siqueira Campos	4,0624	desapropriação	1911	1911	centro
3 - Buenos Aires	1,6000	desapropriação	1912	1913	centro
4 - Dom Pedro II	8,0000	terras públicas	—	1922	centro
5 - Independência	16,5000	terras públicas	—	1989 (2)	sudeste
6 - Aclimação	11,2199	desapropriação	1939	1939	sudeste
7 - Ibirapuera	158,4000	terras públicas	—	1954	sudoeste
8 - Alfredo Volpi	14,2432	loteamento	1949	1966	sudoeste
9 - Guarapiranga	15,2605	desapropriação	1936	1974	sul
10 - Carmo	150,0359	desapropriação	1976	1976	leste
11 - Piqueri	9,7282	desapropriação	1976	1978	leste
12 - Anhanguera	978,0402	desapropriação	1978	1979	noroeste
13 - Vila dos Remédios	10,9810	desapropriação	1976	1979	noroeste
14 - São Domingos	8,0000	loteamento	1951	1980	noroeste
15 - Nabuco	3,1388	desapropriação	1977	1980	sul
16 - Previdência	4,4323	loteamento	1955	1979	oeste
17 - Raposo Tavares	19,5000	desapropriação	1964	1981	oeste
18 - Pirituba	3,9047	loteamento	1960	1980	noroeste
19 - Conceição	1,5040	desapropriação	1975	1980	sul
20 - Lions Club	2,3700	loteamento	1951	1987	norte
21 - Severo Gomes	3,0000	loteamento	1955	1987	sudoeste
22 - Vila Guilherme	2,0000	desapropriação	1987	1988	norte
23 - Chico Mendes	6,1667	desapropriação	1987	1989	leste
24 - Raul Seixas	3,3004	loteamento	1981	1989	leste

Nome	Área (ha)	Origem	Incorp. Patrim.	Ano de Inaugur.	Região
25 - Luís Calos Prestes	2,7100	loteamento	1952	1990	oeste
26 - Santa Amélia	2,6990	loteamento	1951	1991	leste
27 - Jardim da Felicidade	2,8843	loteamento	1960	1991	norte
28 - Santo Dias	13,4000	loteamento	1984	1992	sul
29 - Toronto	10,9100	loteamento	1970	1992	noroeste
30 - Burle Marx	138,200	loteamento	-	1995	sudoeste
Total	1493,1535				

Os dados contidos no quadro foram obtidos a partir de consultas às seguintes fontes: Deplano, da Secretaria Municipal do Planejamento; Depave, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Case 3, da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Maria Amélia S. Loureiro, *A Cidade e as Áreas Verdes* (São Paulo, PMSP - SSO/Depave, 1979); Rosa G. Kliass, *Parques Urbanos de São Paulo* (São Paulo, Pini Editora, 1994).

O Jardim Botânico, função para a qual foi originalmente criado, foi inaugurado em 1799, mas sua passagem para parque público se deu em 1825.

Os jardins em frente ao museu foram inaugurados em 1909, mas a integração física da área e sua designação como "Parque da Independência" é de 1989.

Destes 30 parques, nove estão incluídos no perímetro do "Patrimônio Municipal", que aparece desenhado na "Planta do Município da Capital de São Paulo", na escala 1:300.000, suplementando as informações da "Planta Geral da Capital de São Paulo" organizada por Gomes Cardim, de 1897, na escala 1:20.000.¹⁹

Este patrimônio municipal perfazia uma área algo em torno de 21.000 ha e possuía grosseiramente a forma de um trapézio

¹⁹ São Paulo Antigo – Plantas da Cidade (Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954).

retângulo com a base maior ao norte, correspondendo ao rio Tietê, da foz do rio Pinheiros até a zona leste, na altura de Cangaíba (na sede do atual parque ecológico do Tietê); base menor ao sul, da confluência do rio Pinheiros com o córrego Cordeiro (atual av. Roque Petroni Jr.) até o ribeirão Oratório a leste, na atual divisa dos municípios de São Paulo e Santo André (passando pelo atual Aeroporto de Congonhas e pelo centro de São Caetano do Sul); altura a leste, numa linha aproximadamente paralela ao meridiano (passando por Vila Formosa e Penha); e, fechando o quadrilátero, o rio Pinheiros a oeste. Note-se ainda, que uma pequena parte deste patrimônio situava-se a norte do rio Tietê, numa faixa de mais ou menos 1,5 km de largura que ia da confluência do ribeirão Mandaqui (atual av. Caetano Álvares) com o rio Tietê, a oeste, até a foz de outro córrego a leste (atual av. Nadir Dias de Figueiredo) junto ao mesmo Tietê.²⁰

Os nove parques incluídos no perímetro do patrimônio municipal, tal qual ele era definido em 1897, são: Luz, Siqueira Campos, Buenos Aires, Dom Pedro II, Independência, Aclimação, Ibirapuera, Piqueri e Vila Guilherme. Os sete primeiros citados correspondem, nesta ordem, aos primeiros sete parques públicos municipais implantados, sendo que dentre eles apenas os da Luz, Dom Pedro II, Ibirapuera e Independência se originaram de terras públicas; as terras correspondentes aos demais já eram de propriedade privada, e tiveram que ser desapropriadas onerosamente pelo município que as recuperou assim para a apropriação pública, sob a forma de parques.

Portanto, com exceção dos quatro casos apontados, todos os outros parques municipais derivaram de desapropriações ou de espaços livres de loteamentos. Considerando-se o número de casos, e não as áreas dos parques, temos a seguinte situação:

20 As dimensões do patrimônio e as referências urbanísticas e naturais de sua localização foram grosseiramente tiradas em escala, razão pela qual devem ser consideradas com cautela. No entanto, a coincidência que se observa entre os limites do patrimônio e os cursos d'água naturais avaliza de certo modo a operação de transferência de escala realizada, apesar da sua imprecisão.

origem	número de casos	%
terras públicas	04	13,34
desapropriação	13	43,33
esp. livres de loteamento	13	43,33
Total	30	100,00

Levando agora em conta as áreas temos:

origem	área (ha)	%
terras públicas	194,2420	13,01
desapropriação	1.213,2376	81,25
esp. livres de loteamento	71,8539	5,74
Total	1.479,3335	100,00

Pode-se assim verificar que tanto em área como em número de casos predominam os parques originados por desapropriação. Analisando-se as datas de incorporação ao patrimônio, no Quadro 2, chama a atenção o fato de que seis dos 13 casos de desapropriação concentraram-se no período de 1975 a 1979; também em termos de área o fato é significativo pois esses seis casos somados representam aproximadamente 78% do total dos parques municipais.

Cabe ainda comentar que, embora com pouca expressão em área, os parques originados de espaços livres de loteamento são significativos em número de casos, representando mais de 43% do total. Novamente analisando o Quadro 2 constata-se que tais casos também acontecem de modo concentrado no tempo, com sete das 13 ocorrências sucedendo-se entre 1949 e 1955. Do ponto de vista da legislação de loteamentos, dez dos 13 casos ocorreram no período de vigência dos índices de áreas verdes estabelecidos pela Lei Municipal 2.611 de 1923, e apenas três depois da entrada em vigor da Lei Municipal 7.805 de 1972 e da Lei Federal 6.766 de 1979.

A análise destes casos mereceria um aprofundamento posterior pois seis deles se originaram de loteamentos espacialmente contíguos, o que permitiria, em tese, a formação de um sistema integrado de parques.²¹

Quanto à distribuição espacial das áreas dos parques municipais, o Quadro 3 permite constatar o grande desequilíbrio existente, com indiscutível predomínio da região noroeste.

QUADRO 3 - Distribuição das áreas de parques por região

região	área (ha)	%
noroeste	1.011,8359	67,77
sudoeste	189,4632	12,69
leste	171,9302	11,51
sul	33,3033	2,23
sudeste	27,7199	1,86
oeste	26,6423	1,78
centro	25,0044	1,67
norte	7,2543	0,49
total	1.493,1535	100,00

Já no que se refere à distribuição espacial do número de parques, embora o Quadro 4 sugira um aparente equilíbrio entre as regiões, ocorre uma significativa contigüidade na região noroeste, que somente o mapeamento permite constatar. A região leste apresenta o mesmo número de casos, mas a densidade em que eles ocorrem é muito menor do que na região noroeste.

²¹ Trata-se dos parques: Pirituba, Felicidade, Toronto e São Domingos, na região de Pirituba/Jaraguá, e dos parques Providência e Luis Carlos Prestes, na região do Butantã.

QUADRO 4 - Distribuição do número de parques por região

região	número de parques	%
leste	05	16,66
noroeste	05	16,66
centro	04	13,33
sudoeste	04	13,33
sul	04	13,33
norte	03	10,00
oeste	03	10,00
sudeste	02	06,66
total	30	100,00

A análise dos dados até agora considerados – definição de parque, origem das terras que originaram os parques municipais, distribuição espacial dos parques – permite concluir, ao menos provisoriamente, pela ausência de qualquer plano racional sobre este assunto no município de São Paulo. O que traz então a necessidade de se pesquisar os motivos que levaram à criação dos parques que temos e onde os temos. A concentração na distribuição espacial e a concentração temporal das ocorrências chamam a atenção e podem apontar prioridades para o prosseguimento da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- CITY OF TORONTO PLANNING & DEVELOPMENT DEPARTMENT. Cityplan 91 vol. 28, The open spaces of Toronto: a classification 1991.
- DICTIONNAIRE ENCYCLOPÉDIQUE QUILLET. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1935.
- ENCICLOPEDIA ITALIANA DE SCIENZE, LETTERE ED ARTI. Milano: Istituto Giovanni Treccani, 1929.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. The University of Chicago, 1949.
- GIEDION, Sigfried. *Space, time and architecture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Printing Office, 1949, p. 508.
- GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: Librairie Larousse, 1963.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda.
- KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini Editora, 1994.
- LOUREIRO, Maria Amélia S. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: PMSP - SSO / DEPAVE, 1979.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil Terra de quem?* São Paulo: Edusp-Nobel, 1991.
- PERRONE, Rafael A. C. *Análise da ação legislativa do estado em relação aos loteamentos clandestinos no município de São Paulo*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



■ **DA AVENIDA CENTRAL AO RIO
CIDADE, O RIO DE JANEIRO
CONSTRÓI E RECONSTRÓI
A SUA IMAGEM**
Vera Regina Tângari

HISTÓRIA

**VERA
REGINA
TÂNGARI**

*Vera Regina Tângari – Arquiteta e urbanista da UFRJ,
paisagista, mestre, professora UFRJ, doutoranda FAUUSP.*

RESUMO

O trabalho proposto pretende descrever a associação entre os padrões de projetos de espaços livres públicos e o desenho da paisagem urbana no Rio de Janeiro, a partir de uma visão histórica e de aproximação com o momento atual.

ABSTRACT

The paper intends to describe the association between the patterns of open public spaces projects and urban landscape design in Rio de Janeiro, in both historical and contemporary approaches.

INTRODUÇÃO

Procurei estabelecer uma sistematização de idéias e associações, por períodos históricos, dos projetos dos espaços livres públicos mais significativos do Rio de Janeiro, das respectivas administrações responsáveis pela sua concepção e/ou implantação e dos valores culturais que os conformaram. Neste esforço foram selecionados os espaços que melhor refletem os períodos considerados.

A partir desse desdobramento, são enfocados e comparados dois momentos de grande importância para a transformação da paisagem do Rio: o início e o final do século 20, com a reforma de Pereira Passos e a implantação do Projeto Rio Cidade, buscando situá-los no espaço e no tempo da modernidade e da pós-modernidade urbanas.

O trabalho sustenta ainda a idéia de que o Projeto Rio Cidade, em implantação pela Prefeitura, reforça a associação entre padrões de projeto dos espaços públicos, os modelos de paisagem e a produção da imagem urbana. Nessa análise são enfocadas as múltiplas visões que cercam o projeto: a visão oficial; a visão dos técnicos, a visão acadêmica e a visão da mídia.

OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM URBANA

O projeto de espaços livres públicos no Rio de Janeiro esteve, a partir de meados do século 19, sempre ligado ao papel que a cidade assumiu desde então como capital do Império e a seguir da República, passando a receber por essa razão, uma concentração maciça de investimentos públicos.

Esses investimentos, através de planos e projetos, de obras de melhorias e reformas urbanas, condicionaram-se ao longo do tempo a políticas e ingerências da elite política e social, emergente de uma classe econômica de origem rural e depois, já no início do século 20, industrial, concentrada na cidade que representava o poder.

Estava assim formada a tradição de investir nos espaços públicos do Rio de Janeiro como forma de atingir determinados níveis de *status* urbano inerente ao papel de capital.

A associação histórica entre os padrões de projeto dos espaços públicos e o desenho da paisagem merecem investigação detalhada, principalmente, em relação às intervenções que maior importância tiveram tanto na formação da imagem da cidade como na sua repercussão como modelo para todo o país.

Contemporaneamente, o Projeto Rio Cidade, em implantação pela administração municipal, reforça essa associação e aprofunda a relação entre o desenho dos espaços públicos, a paisagem resultante e a imagem projetada cuja repercussão é ampliada devido às técnicas atuais de comunicação e marketing.

Dentro da mesma linha de análise, podemos destacar a importância da concepção e implementação do Corredor Cultural e do Projeto Rio Orla, executados entre meados da década de 80 e início dos anos 90.



*Imóvel do Corredor Cultural à rua Silva Jardim
Fonte: Rio Arte, Corredor Cultural, 1989*

Outros períodos, com seus respectivos projetos, requerem igual interesse devido ao perfil e ao impacto das obras executadas, tais como: a construção do metrô e urbanização das áreas afetadas (largo da Carioca, Cinelândia, rua do Catete) na década de 70; a duplicação e o projeto do calçadão da Avenida Atlântica, entre meados da década de 60 e início dos anos 70, a implantação do aterro do Flamengo e da Esplanada de Santo Antônio em meados dos anos 50.

Cabe aqui acrescentar que as décadas de 60 e 70, através dos projetos do parque do Flamengo, do calçadão da avenida Atlântica e do largo da Carioca, consolidaram a obra de Roberto Burle Marx no Rio de Janeiro, moldando a partir de então o perfil de tratamento paisagístico dos espaços públicos mais importantes da cidade, característica presente até nossos dias.



Calçadão da av. Atlântica
Fonte: Frota, Lelia C. 1994



Calçadão av. Atlântica
Fonte: Adams, William H. 1991



Largo da Carioca
Fonte: Motta, Flávio. 1984



Aterro do Flamengo
Fonte: Frota, Lelia. 1994



Aterro do Flamengo
Fonte: Adams, William H. 1991

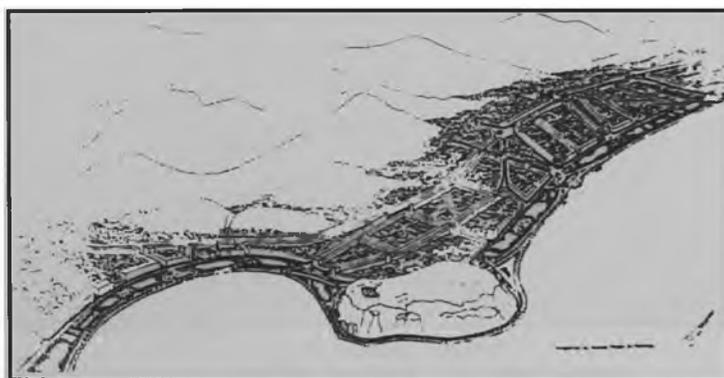
O período que se estende desde o início do século até as décadas de 50 e 60 trouxe grandes modificações na estrutura urbana da cidade, sendo objeto de vários estudos e pesquisas. Essa fase inicia-se, segundo destaca Alberto Lopes, com as obras de remodelação e embelezamento da reforma de Pereira Passos, no início do século, seguindo-se das modificações decorrentes do Plano Agache, na administração de Prado Júnior e das realizações de Carlos Lacerda, incluindo o Plano Doxiadis, na década de 60 (Lopes, Alberto, 1989).



Avenida Central
Fonte: Needell, Jeffrey. 1993



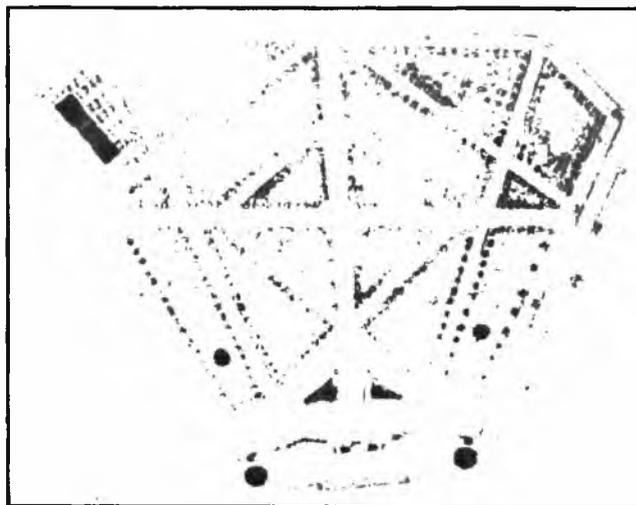
Proposta de Doxiadis para Copacabana
Fonte: Lopes, Alberto. 1989



Proposta a partir de Agache para a avenida Beira-Mar
Fonte: Reis, José de O. 1977

Olhando um pouco mais para trás na história do Rio, mesmo antes de Pereira Passos, ainda no século 18, encontramos outros exemplos da associação entre o poder público, a concentração de investimentos e a implementação de obras que moldaram a fisionomia da cidade, marcando sua memória e história política, principalmente, através das figuras de:

- D. Luis de Vasconcellos e Mestre Valentim, responsáveis pelas primeiras obras de cunho urbanístico na cidade, em termos de escala e desenho como o Passeio Público e a Praça XV;
- D. João VI e Grandjean de Montigny, que, na primeira metade do século 19, abriram as portas da cidade para a cultura artística européia, colocando em destaque a arquitetura neoclássica presente no Jardim Botânico e na Casa da Alfândega, atual Casa de Cultura França-Brasil;
- D. Pedro II e Glaziou, o primeiro como idealizador, o segundo como criador de um conjunto de espaços cuja significação moldou a tradição paisagística da cidade (Macedo, Silvio e Ceniuel, Mario, 1992), entre os quais se destacam o Campo de Santana, a reforma do Passeio Público, a Quinta da Boa Vista.

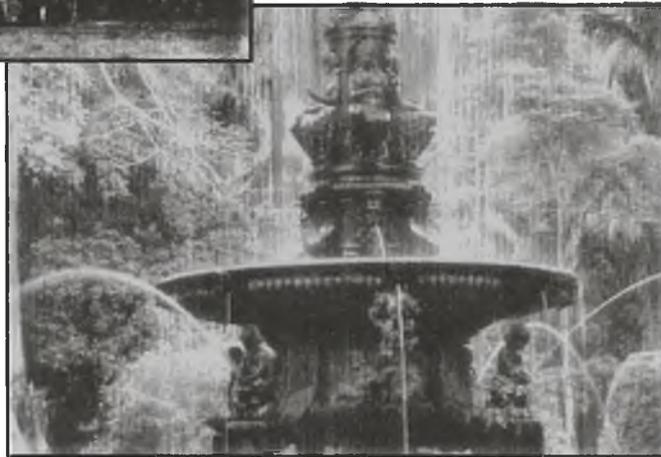


Passeio Público
Fonte: MACEDO, Joaquim M. 1991

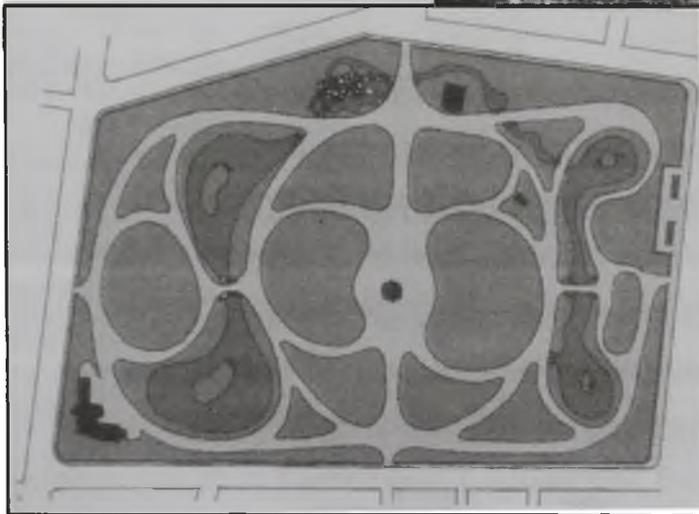
A importância do Rio de Janeiro como centro urbano era, até a metade do século passado, muito reduzida, não indo além de um povoado que, por força de circunstâncias



*Jardim Botânico
Fotos: Claus Meyer, TYBA*



*Campo de Santana
Fonte: QUAPA / FAUUSP*



externas, – o exílio da família real portuguesa –, se viu obrigado a crescer espacialmente, quase duplicar sua população e a se sofisticar, perseguindo em parte, os quesitos de uma cidade “real”

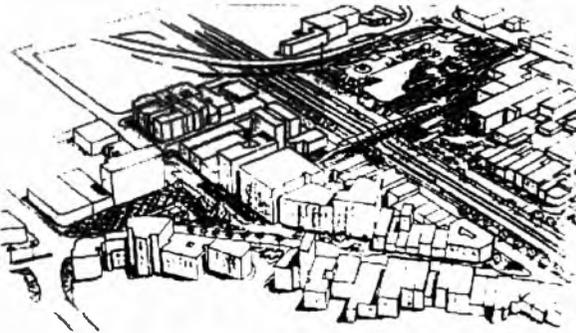
O século 19 consolidou a vida urbana do Rio de Janeiro, em torno de seu núcleo central, e plantou as sementes da crescente europeização de hábitos e costumes que, adotados pela classe social mais abastada, moldavam o Rio à moda de Paris (Needell, Jeffrey, 1993 e Cruls, Gastão, 1949).

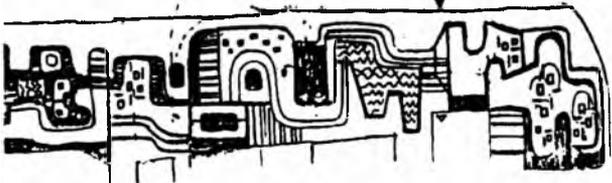
O século 20, principalmente da segunda metade em diante, testemunhou a troca de influências culturais e modelos urbanísticos. O desenho da cidade norte-americana com suas *parkways* e subúrbios residenciais passaram a responder por uma influência cada vez maior, menos sensível nas áreas mais antigas, com tecido urbano consolidado à moda portuguesa e francesa, mais visível nos novos bairros, como a Barra da Tijuca, por exemplo, que se tornou paradigma de urbanismo “moderno” e “progressista”

Tarefa difícil a nossa ao analisar o momento atual e procurar identificar as formas de associação entre política, imagem e projeto, pois, embora suas indicações sejam claras, sua cristalização está em curso, com toda a ebulição de um processo de transformação.

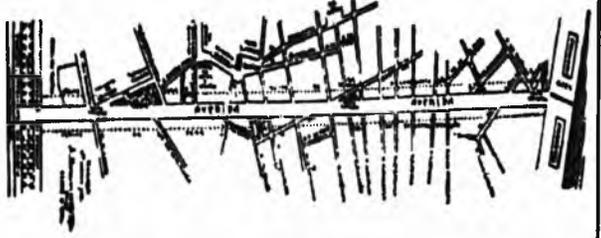
O quadro a seguir ilustra uma tentativa de sistematização de idéias e associações por período histórico, dos projetos de espaços livres públicos no Rio de Janeiro, das administrações responsáveis e dos princípios culturais que os conformaram. Foram selecionados os espaços mais significativos e que melhor refletem os períodos em que foram concebidos e/ou implementados.

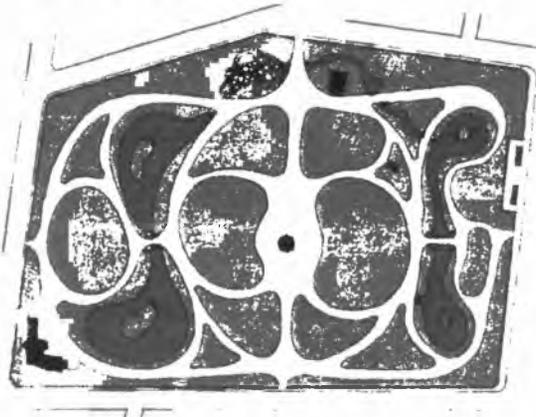
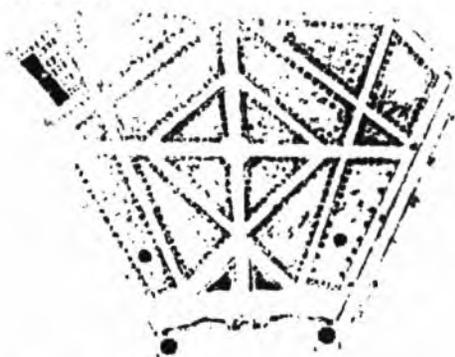
Projetos de Espaços Públicos no Rio de Janeiro - Uma Visão Histórica

PERÍODO	ADMINISTRAÇÃO	IMAGEM	MODELO/ URBANÍSTICO	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
Final do século 20 (1993 a 1996)	César Maia	"O Rio pós-moderno"	A requalificação urbana através da recuperação de espaços públicos centrais, da restauração do seu uso por pedestres e da revitalização de sua imagem (desenho urbano, paisagismo, mobiliário).	Projeto Rio Cidade 
Meados da e início da década de 90	Marcelo Alencar	"O Rio ecológico"	A valorização da orla marítima e áreas de reserva natural através da modificação de perfil viário, implantação de ciclovia, padronização do mobiliário e programação visual, visando preparar a cidade para a conferência da ECO-92.	Projeto Rio Orla 
	Saturnino Braga	"O Rio revitalizado"	A revitalização urbana através da recuperação do patrimônio arquitetônico da cidade e valorização do acervo edético do início do século presente na área central.	Corredor Cultural 

PERÍODO	ADMINISTRAÇÃO	IMAGEM	MODELO/ URBANÍSTICO	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
Décadas de 70 e 80	Chagas Freitas Marcos Tamoio	"O Rio metropolitano"	A implantação do metrô e a urbanização das áreas remanescentes das obras através do tratamento e destinação desses espaços para uso público.	Urbanização largo da Carioca 
Segunda metade da década de 60	Negrão de Lima	"O Rio rodoviário"	A implantação de obras viárias de grande porte e a valorização da orla marítima, conjugando a priorização do automóvel e a concepção do "calçadão" destinado ao livre uso de pedestres.	Alargamento e projeto do calçadão da av. Atlântica 
Década de 50 e primeira metade da década de 60	Carlos Lacerda Sette Camara	"O Rio modernista"	A implantação de princípios urbanistas do movimento moderno: os grandes eixos rodoviários, as parkways e a renovação urbana.	Aterro do Flamengo 

DA AVENIDA CENTRAL AO RIO CIDADE, O RIO DE JANEIRO CONSTRÓI E RECONSTRÓI A SUA IMAGEM

PERÍODO	ADMINISTRAÇÃO	IMAGEM	MODELO/ URBANÍSTICO	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
Décadas de 30 e 40	Dodsworth	"O Rio monumental"	A cidade americana como modelo urbano, tendo na figura da avenida monumental o eixo articulado de renovação de espaço central.	Av. Presidente Vargas 
Décadas de 20 e 30	Prado Júnior	"O Rio agachiano"	A aplicação do modelo urbanístico francês: edifícios no alinhamento, o aproveitamento do miolo de quadra, a galeria no térreo e o aspecto de uniformidade arquitetônica.	O Plano Agache 
Início do século 20 (1902 a 1906)	Pereira Passos	"O Rio moderno"	A "higienização" e o "embelezamento" dos espaços públicos, buscando sua remodelação segundo o modelo "haussmaniano": os bulevares; as avenidas em diagonal; a arquitetura edéfica; os parques e praças românticas.	Avenida Central 

PERÍODO	ADMINISTRAÇÃO	IMAGEM	MODELO/URBANÍSTICO	ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
Segunda metade do século 19	D. Pedro II	"O Rio romântico"	As melhorias urbanas introduzidas pelo Imperador e a aplicação dos princípios do paisagismo romântico nos projetos de parques, praças e jardins públicos.	<p>Campo de Santana</p> 
Primeira metade do século 19	D. João VI	"O Rio imperial"	A influência da missão cultural francesa e a adoção da arquitetura neoclássica em prédios públicos, introduzindo investimentos da metrópole no espaço colonial, reforçando a imagem da cidade como capital do Império.	<p>Jardim Botânico</p> 
Segunda metade do século 18	D. Luis de Vasconcelos	"O Rio barroco"	O barroco francês e o barroco português foram os modelos de projeto de obras de construção e reforma de praças, largos e monumentos.	<p>Passeio Público</p> 

Fonte: CRULS, Gastão. 1949; DEL BRENNIA, Giovanna. 1985; DEL RIO, Vicente. 1993; NEEDELL, Jeffrey. 1993; REIS, José de O. 1977.

A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE URBANAS

O início e o final o século 20 representaram para o Rio de Janeiro períodos de transformação no processo de produção dos espaços públicos e de construção/reconstrução da imagem projetada para além de seus limites.

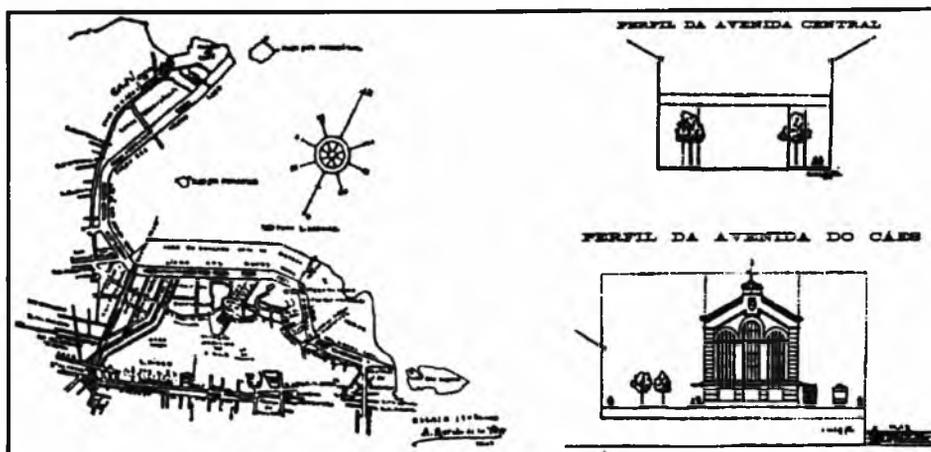
Os projetos de renovação urbana levados a cabo por Pereira Passos significaram, segundo diversos autores, o ingresso da cidade no espaço e no tempo da modernidade, objetivando adequá-la aos modelos urbanos provenientes de importantes centros europeus como Londres e principalmente, Paris. A construção da avenida Central, atual avenida Rio Branco, constitui-se em paradigma dessa transformação, tornando-se o símbolo de uma época de mudanças estruturais na forma e na paisagem urbanas (Benchimol, Jaime L. 1985; Needell, Jeffrey.1993).



As obras de Pereira Passos
Fonte: Abreu, Mauricio.1987

O conjunto de projetos de requalificação urbana, em processo de implantação na atual administração César Maia, tem a intenção de projetar a cidade na pós-modernidade, conforme afirma a própria versão oficial, tendo como carro-chefe as

obras do Rio Cidade, intervenções de caráter pontual, porém de impacto significativo na constituição de uma nova imagem urbana (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/IPLANRIO, 1994).



*Perfis e projetos propostos
Avenida Central
Fonte: Reis, José de O., 1977*

Os projetos e obras desses períodos concretizaram e concretizam no espaço a cultura projetual vigente buscando moldar a fisionomia da cidade através do desenho de seus espaços públicos, à semelhança de arquétipos representativos de suas épocas, transformando-se eles próprios em novos modelos e paradigmas.

Enquanto os espaços projetados pela administração Pereira Passos procuraram remodelar a imagem da cidade para fora do país, às vistas do mundo europeu, os investimentos atuais intencionam neutralizar a negatividade imposta ao Rio de Janeiro pela mídia interna do país, nos últimos dez anos, recuperando dessa maneira a competitividade com outras cidades e capitais brasileiras.

Em plena época de utilização de estratégias de marketing através da imprensa escrita e televisiva, a velocidade de reprodução de imagens e o seu impacto são muito maiores.

É evidente que a própria dinâmica sócioespacial distingue consideravelmente essas duas épocas, fazendo com que o vulto das obras aconteça atualmente em menor escala, face aos processos de valorização imobiliária, mobilização popular,

estruturação política e cultural e multiplicação de grupos e agentes sociais.

Entretanto, guardadas as diferenças quanto a antecedentes, dimensão espacial, contextos históricos e velocidades distintas de comunicação, consideramos importante analisar de que modo esses dois momentos se assemelham em relação às propostas que apresentam para novos modelos de estruturação urbana, de desenho da cidade e de projeto dos espaços livres públicos.

Reforma de Pereira Passos – O Rio como Capital do Mundo Moderno

Sob a égide das palavras de ordem como “saneamento, higienização e embelezamento”, as obras de reforma de Pereira Passos, ocorridas entre 1903 e 1906, foram fruto, segundo destaca Benchimol, de uma política urbana sistematizada através da implantação de um amplo plano de reformas urbanísticas, acarretando grande volume de demolições, remodelações e novas construções, e da formulação de um conjunto de normas e leis de conduta visando disciplinar hábitos, posturas e procedimentos, antes não regulamentados, no espaço urbano.

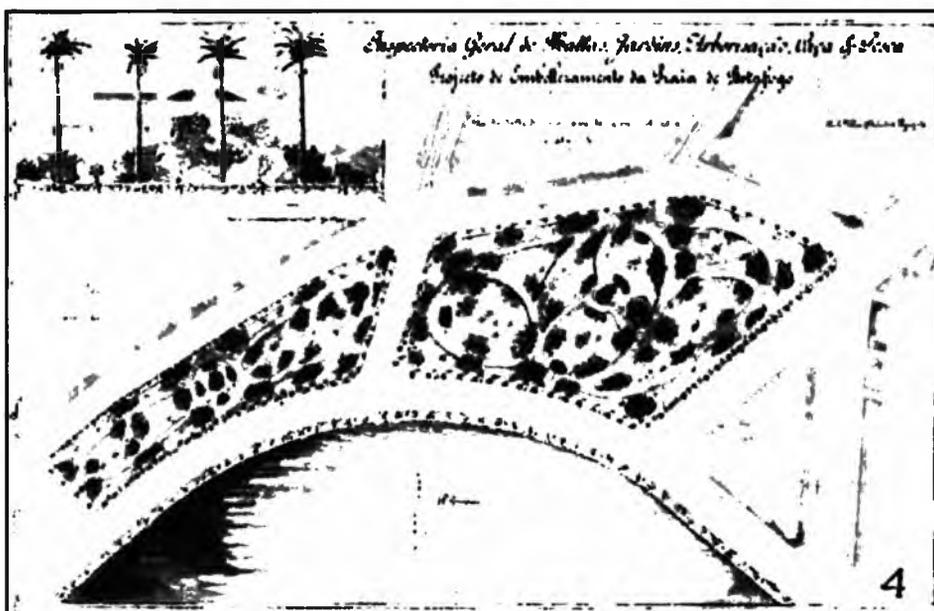
Buscava-se assim neutralizar costumes arraigados desde os tempos coloniais, perante novos padrões de consumo e convívio social importados da metrópole pela elite carioca.

O principal programa do então recém-eleito presidente Rodrigues Alves, segundo o autor acima foi a remodelação do Rio de Janeiro visando adequar a capital da República, “apontada como sede de vida difícil” para voltá-la ao mercado europeu (Benchimol, Jaime L. 1989).

A modernização do porto e a construção da avenida Central encabeçaram o programa de obras que compreendia, além

desses pontos: a construção de um conjunto articulado de novas artérias e avenidas; a retificação e o alongamento de diversas ruas existentes; novos padrões de calçamento, de mobiliário urbano e de iluminação de rua; a introdução de novos tipos de transporte; a remodelação paisagística de praças e parques e a introdução de novos eventos e comemorações públicas.

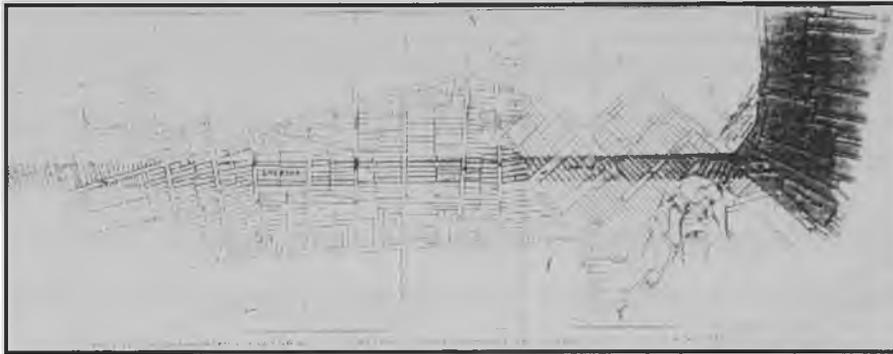
Em seu livro sobre o Rio de Janeiro na "belle époque", Needell destaca, dentre as principais obras realizadas, a construção da avenida Rio Branco, a abertura do túnel do Leme, da avenida Atlântica e da avenida Beira-Mar, ligando os bairros do Flamengo e de Botafogo, a construção do Mercado Municipal, o embelezamento das praças Quinze de Novembro, Onze de Junho, Tiradentes, Glória, largo do Machado, Passeio Público e Campo de Santana e a abertura das avenidas diagonal Mem de Sá, Salvador de Sá e Gomes Freire.



Projeto para a praia de Botafogo
Fonte: CCBB., 1994

Diversos autores, entre eles o próprio Needell, comparam a reforma de Pereira Passos para o Rio de Janeiro ao Plano do Barão de Haussmann para Paris. A estadia do prefeito nessa cidade, onde buscou a formação em engenharia, entre os anos

nal e a Escola Nacional de Belas Artes). Todos eles contribuíram para atribuir a esse espaço a importância que o qualifica até nossos dias como centro nervoso do Rio de Janeiro.



*Projeto da avenida Central
Fonte: Abreu, Mauricio, 1987*

Modificações posteriores ocasionaram a supressão do canteiro central, a substituição da maioria dos prédios particulares originais e a elevação de gabarito de construção, modificando seu perfil volumétrico, guardando, entretanto, e até mesmo reforçando o aspecto de rua canal ou rua corredor, com os novos prédios, construídos no alinhamento, sem recuos laterais.



*Perfil de avenida
Municipal – 1903
Fonte: Del Brenna,
Giovanna, 1985.*

Avenida Rio Branco

Embora atualmente esteja fisicamente transfigurada, pouco guardando do seu projeto original, a avenida Rio Branco permanece como um dos pontos de referência principal e

centro financeiro da cidade, apesar de tentativas posteriores de deslocar essa primazia como ocorreu, por exemplo, na abertura da Avenida Presidente Vargas e no Plano da Cidade Nova, entre as décadas de 40 e 60.

Para a imagem popular fala mais alto a história da Avenida, a força e o peso da sua arquitetura eclética, preservada no trecho da Cinelândia, a escala espacial e a proporção volumétrica, a presença preservada dos oitis, o costume dos corsos e desfiles carnavalescos, enfim um repertório de imagens e conceitos arraigados à tradição da cidade.

Projeto Rio Cidade – A Requalificação Urbana como Paradigma da Pós-Modernidade

Desde o início do seu mandato em janeiro de 1992, a administração César Maia implantou um conjunto de intervenções na cidade que, paralelamente à finalidade de melhorar sua estrutura funcional, através de grandes obras viárias, aumento de fluidez de tráfego e saneamento, objetivam requalificar a imagem pública do Rio no seu aspecto físico-espacial.

Projetos de administrações anteriores precederam algumas das propostas atuais, entre os quais podemos citar diretamente o Projeto Rio Orla e o Corredor Cultural, tendo sido responsáveis pela formação de um repertório de elementos projetuais – ciclovia, preservação e recuperação de imóveis, valorização da paisagem e memória urbanas – já assimilados pela Prefeitura e seus técnicos.

Contudo, o volume, o porte, a escala espacial e a abrangência dos projetos e obras implantadas desde 1993 os destacaram de seus antecessores, resultando na transformação dos principais centros, subcentros e ruas comerciais do Rio em enormes canteiros de obras.

A estratégia do Prefeito e de seus principais assessores foi a de investir numa virada de imagem, fazendo com que a difusão das iniciativas atuais repercuta positivamente em relação ao país e ao exterior. Diversos autores e a própria imprensa publicaram matérias a respeito do estilo próprio e pessoal do governo César Maia e sobre as possíveis influências que moldaram e têm moldado as linhas de atuação da prefeitura, no que se refere a obras urbanas. Entre esses autores, Vicente del Rio, em trabalho apresentado no VI Encontro da ANPUR, cita as principais fontes de inspiração da Prefeitura na área de urbanismo: os modelos de “embelezamento” de Pereira Passos e Agache, e as recentes experiências européias, principalmente a revitalização de Barcelona (Del Rio, Vicente, 1995).

A possibilidade de realização das Olimpíadas em 2004 no Rio, o contato de profissionais ligados à Prefeitura de Barcelona com técnicos da administração municipal do Rio, as publicações sobre os projetos e obras assim como as exposições e eventos envolvendo arte, arquitetura e urbanismo ocorridos naquela cidade européia competiram para constituir um repertório de elementos e linhas de trabalho com repercussão marcante no Rio.

Foi amplo o rol de intervenções propostas pela administração César Maia no espaço urbano, em termos de tipo e localização, englobando: projetos viários, como a abertura da Linha Amarela e remodelação das avenidas Brasil e das Américas; implantação de obras de urbanização de favelas; implantação de um sistema integrado de ciclovias em diversos bairros; remodelação de inúmeras praças, largos, ruas de pedestres e calçadas; a reforma de espaços históricos do centro da cidade (Praça XV, Praça Mauá e Praça da Cruz Vermelha); criação de pólos de desenvolvimento urbano, como o Teleporto, na Cidade Nova, dentre outros.

Esses projetos foram elaborados, em parte, pelos técnicos da Prefeitura e, em parte, por diversos escritórios. O conjunto de projetos Rio Cidade, num total de 17, incorpora um pouco de cada campo de atuação projetual acima, mesclando propostas de desenho urbano, paisagismo, mobiliário urbano e comunicação visual, distribuídos por importantes centros de bairros do Rio. Esses centros, coincidentes com eixos viários, corredores de transportes e miolos de áreas comerciais, das zona sul, norte e oeste, são importantes focos de concentração de atividades que, em sua maior parte, já estavam presentes na vida da cidade desde o início do século.

As intervenções conotaram uma imagem de renovação e de promoção da cidade como palco para futuros eventos de âmbito internacional, precedidos pela realização recente da exposição ECO-92. Trataram, de modo geral, da criação de novos espaços e da remodelação de ruas, calçadas, praças, largos, interferindo-se apenas nas áreas de domínio público. Assim, pretendeu-se investir numa nova qualidade da paisagem urbana, para áreas que vão de Campo Grande e Taquara na Zona Oeste, a Ilha do Governador, Madureira, Méier, Penha, Bonsucesso, Tijuca e Vila Isabel, na Zona Norte, passando pelo centro da cidade, justamente na Avenida Rio Branco, e pela Zona Sul, nos bairros de Laranjeiras, Botafogo, Catete, Copacabana, Ipanema e Leblon.

É necessário, em trabalho a ser feito posteriormente, aprofundar a análise sobre cada projeto a fim de verificar as linhas e modelos projetuais adotados. De certo há uma grande diversidade de propostas, soluções e padrões de atuação devido à multiplicidade de técnicos envolvidos, de formação e experiências diversificadas, e a própria característica que cada área apresenta.

Por um lado, a grande quantidade de escritórios envolvidos e por outro, a especificidade de cada bairro tornaram complexo o trabalho da Prefeitura e seus técnicos. Segundo documento editado pela IPLANRIO sobre o Rio Cidade, reside principalmente nesses dois aspectos, o perfil de pós-modernidade desse conjunto de intervenções: atuações diversificadas, respeitando as diferenças internas entre as partes da cidade e seus contextos, de acordo com o maior número possível de interpretações, de linhas e de pensamento.

Mais complexa deverá ser a análise de cada uma das propostas, considerando-se ainda que a maior parte delas foi concluída no final de 96, coincidentemente 90 anos após a conclusão das obras de reforma de Pereira Passos.

CONCLUSÃO

Se a modernidade causa um certo mal-estar, como afirma Sérgio Ruanet, a pós-modernidade inspira inquietude. Segundo defende esse autor, o projeto moderno de sociedade ruiu, levando consigo o bastião de padrões concebido para moldá-la a um determinado ideal social (Ruanet, 1993).

Ruiu também, em conseqüência, o modelo de cidade moderna concebido para uma sociedade que se pretendeu “universal, individual e autônoma” No Brasil, conforme defende Ruanet, vivemos um período de revolta antimoderna sem termos passado pela modernidade, capitalizando, na ponta, as transformações que correm pelo mundo afora.

No lugar da cidade moderna surge não uma nova resposta, mas uma diversidade de perguntas indagando por novos modelos, novos projetos de sociedade, que respondam à crescente particularização social, globalização cultural, e individualidade econômica, onde o consumo e não mais a produção, ganha destaque.

A cidade que hoje buscamos é um espaço de consumo, onde a imagem produzida é, com certeza, mais imediatamente digerida e mais rapidamente ultrapassada, sendo sua reprodução tão ou mais importante que a produção em si. A velocidade com que os efeitos das modificações realizadas atualmente no espaço urbano são vivenciadas, discutidas e retransmitidas é muito mais intensa do que o impacto causado pelas grandes reformas ocorridas no início do século, para uma sociedade que lia sua cidade com vagar e precisão.

Dentro do contexto atual, conceitos como legibilidade, identidade e comunicação de imagens, onde os ícones são mais importantes do que os objetos que representam, ganham destaque, tanto no meio acadêmico como profissional, moldando novas formas de expressão urbanística, como aquelas utilizadas, por exemplo, nas obras de revitalização de Barcelona, paradigma de um novo-velho urbanismo.

Se áreas remodeladas pelo Rio Cidade, à moda, não mais parisiense, e sim catalã, vão entrar para o repertório imagético e para a tradição da cidade, como ocorreu com a Avenida Rio Branco, ainda é cedo para dizer.

Numa cidade pós-moderna em sua multiplicidade, múltiplos são seus símbolos, e alguns deles poderão ser as novas imagens propostas para os bairros do Rio.

Erros e acertos existem e existirão por parte da Prefeitura, dos arquitetos e urbanistas que projetaram cada pedaço dessa transformação. O rescaldo positivo que já surge, entretanto, por detrás da poeira, do barulho, dos tapumes e dos transtornos das obras é o fato de discutimos a cidade. Da pedra portuguesa à problemática das favelas e do engargalado sistema viário da cidade, vale a pena discutir cada pedaço de imagem, que, de todos, é um pouco de cada um de nós também.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO / ZAHAR, 1981.
- ADAMS, William H. *Roberto Burle Marx – The unnatural art of the garden*. New York: MOMA, 1991.
- BENCHIMOL, Jaime L. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNNA, Giovanna, org. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1985.
- CCBB, *A paisagem desenhada: O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Exposição coord. por Maria Pace Chiavari e Piedade E. Grinberg, catálogo ed. p/ Piedade E. Grinberg, CCBB, Rio de Janeiro, 1994.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, v. I e II, 1949.
- DEL BRENNNA, Giovanna (org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. RJ/PUC, 1985.
- DEL RIO, Vicente. Revitalização de centros urbanos: o novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: FAUUSP, n.4, dez./1993.
- _____. *Reconquistando a imagem urbana e o espaço dos pedestres*. Trabalho apresentado no VI Encontro da AMPUR/UNB, maio/1995.
- FROTA, Lelia C. *Burle Marx: paisagismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliana de Frankfurt, Câmara Brasileira do Livro, 1994.
- LOPES, Alberto. Maravilhas urbanísticas para uma cidade maravilhosa. In: *Revista Projeto*, n. 122, jun. 89.
- MACEDO, Joaquim M. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.
- MACEDO, Silvio (org.) *Pesquisa: O quadro do paisagismo no Brasil – QUAPA*. São Paulo: FAUUSP, 1994/95.
- MACEDO, Silvio e CENIQUEL, Mario. O paisagismo no Brasil introduzindo a questão. In: *Paisagem e Ambiente*, n. IV, São Paulo: FAUUSP, 1992, p. 131 a 138.
- MOTTA, Flávio. *Roberto Burle Marx – A nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1984.
- M&T – Mayerhofer & Toledo Arquitetura, Planejamento e Consultoria Ltda. *Projeto de Intervenção Urbana no Centro do Méier*, Rio de Janeiro, v. I/IV, 1993/94.
- NEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- RIO DE JANEIRO. (Cidade). Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Rio Cidade: um percurso*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1994.
- _____. *Corredor cultural*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1989.
- _____. *Olho na cor*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1989.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/RIOTUR, 1977
- REIS, José de Oliveira, Freitas, Sérgio Roberto W. *A Guanabara e seus governadores*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/RIOTUR, 1977.
- RUANET, Sérgio P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.



■ **O PODER HIGIÊNICO E SUAS
INFLUÊNCIAS NA OCUPAÇÃO
DO ESPAÇO NO BRASIL**

Dermeval L. Polizelli

MEIO AMBIENTE

**DERMEVAL
LUIZ
POLIZELLI**

Dermeval L. Polizelli – Sociólogo, economista, especialista em comunicação social e mestrando em Ciências Ambientais pela USP, Coordenador do Curso de Administração da FIAP – Faculdade de Informática e Administração Paulista.

RESUMO

Esse texto se dedica a analisar as influências do poder higiênico sobre os padrões de ocupação do espaço no Brasil. A persistência desses padrões se revela um poderoso instrumento adicional de gestão das desigualdades sociais no país.

ABSTRACT

This text is dedicated to analyse the power influences of the hygienical power upon the standards of occupation of the space in Brazil. The persistence of these standards turn ou to be a powerful additional instrument of the administration of social disparities in the country.

INTRODUÇÃO

Este texto foi construído a partir da perspectiva das ciências sociais em relação aos padrões de ocupação do espaço no Brasil. Partimos dos conceitos de urbanização do território e metrópole transacional de Milton Santos. O primeiro conceito ressalta os processos de homogeneização do espaço e o segundo destaca a capacidade de impor padrões por parte de algumas metrópoles. Logo após partimos para identificar as origens históricas dos padrões de ocupação do espaço nas cidades brasileiras e localizamos várias dessas influências no enfoque higiênico no início do século.

Apesar das influências apontadas neste trabalho, não pretendemos reduzir os atuais padrões de ocupação de espaço no país apenas ao enfoque higiênico. Mas chama a nossa atenção a persistência de algumas visões que tiveram as suas origens no poder higiênico do início do século, como por exemplo: o bairro-jardim para combater os miasmas em oposição aos cortiços, a expulsão da pobreza dos centros urbanos, a visão da racionalidade como um produto da ação privada e individual e a marcante desigualdade da sociedade brasileira.

A URBANIZAÇÃO E OS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O Brasil, nas últimas décadas do século 20, consolidou um intenso processo de urbanização do território. O espaço das várias regiões brasileiras passou a ser ocupado a partir de uma visão homogeneizadora que engendrou os interesses locais, nacionais e internacionais em uma vasta teia de relações.

O crescimento da urbanização do território não se resume ao número de novas cidades ou ao desenvolvimento de uma vasta rede de transportes e comunicações que cobrem o país.

A urbanização do território implica em grandes transformações na forma de ocupação e divisão do trabalho. As pequenas e médias cidades assumem o papel de agentes de regulação no campo. A sofisticação da agricultura, que amplia o seu conteúdo informacional, passa a exigir a presença de novos profissionais com hábitos urbanos, como por exemplo: o agrônomo, o veterinário, o técnico em adubos. A expansão da fronteira agrícola exigiu o aumento de serviços na rede bancária, fretes e seguros. A cidade passa a desempenhar o papel de reunificar localmente os processos econômicos e produtivos da região.

Estas novas cidades situam-se em um vasto mecanismo de integração do território a uma rede de informações. O espaço passa a ser definido pelas suas relações funcionais, ou seja, técnicas e econômicas e não por critérios ambientais. Nos primeiros séculos de sua existência o território brasileiro foi definido através da exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho concreto e direto do homem. Hoje o território é definido pelo grau de incorporação do capital que é adicionado, portanto, as diferenças passam a ser muito mais sociais do que limites naturais. Neste sentido, aos critérios ambientais propriamente ditos, como por exemplo a estrutura geológica, a fauna e a flora, devemos acrescentar a estrutura fundiária, formas de locação da terra, relação de trabalho e padrões de investimento de capital.

Milton Santos permite sintetizar as afirmações anteriores. "O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares por mais distantes que sejam. Isso permite, também, a implementação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estritamente a fatores econômicos de ordem, não apenas nacional, mas também internacional." (Santos, p. 44)

Santos ainda introduz o conceito de metrópole transacional, no qual o processo de urbanização do território está relacionado à grande cidade, que além de deter o seu controle sobre o conjunto da economia, detém a capacidade de manipular informações e impor padrões que organizam e desorganizam o espaço em função de interesses nacionais e internacionais.

Neste ponto justifica-se a direção tomada: estudar os desdobramentos do poder higiênico a partir das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo sobre as formas de ocupação do espaço no Brasil. O poder¹ higiênico foi um dos instrumentos mais poderosos na difusão de um padrão de ocupação do espaço no Brasil.

Mais do que isso, esta análise pretende recuperar a historicidade e a permanência de alguns desses padrões para que eles não sejam mais vistos e definidos como absolutos. Pois, a recuperação da sua historicidade permite questionar a racionalidade de algumas de suas “propostas” e apresentá-las como um exemplo de dominação.

O discurso higiênico teve origem na metade do século 19 na Europa e propunha um novo modelo de ocupação do espaço urbano com ruas e avenidas amplas que permitiriam a melhor circulação do ar e o combate aos miasmas. Por detrás destas afirmações encontraremos vários mecanismos de dominação expressos nos códigos, nos recenseamentos e no discurso sobre os “vícios da pobreza”

Este discurso foi incorporado pela sociedade brasileira do início do século passado e uma amostra é o relatório anual da Seção de Obras da Intendência Mundial de São Paulo 1894, que nos fornece um exemplo ilustrativo de como a visão disciplinadora dos novos códigos higiênicos foi incorporada pela Sociedade Brasileira.

1 Empregamos o termo *poder* conforme proposto por Michel Foucault, ou seja, os diversos olhares que se dedicam sobre as mínimas parcelas dos corpos para maximizar desempenhos. Para tal fim, são desenvolvidos várias formas de regulamentos, inspeções e controles que classificam os comportamentos. Esta classificação delimita as ilegalidades e estruturas da capacidade de punir. Como consequência, os indivíduos são dispostos de tal forma que se possa localizá-los, determinar-lhes tarefas e tempos de execução. Ao mesmo tempo, estes enunciados disciplinares se transformam em representações da verdade. Recomendamos ao leitor dois textos de Foucault: *Vigiar e punir* e *Microfísica do poder*.

“Tão poderosas circunstâncias em concurso tem produzido as mais perniciosas conseqüências: não só a tendência pronunciada e insistente dos proprietários a subtraírem-se às exigências razoáveis da lei, pretendendo construir cortiços, subdividir os prédios mais vastos construir outros pequenos, sem observância das regras de higiene e solidez, como também o despreendimento, o descuido pela própria saúde, por parte da população operária, dos menos protegidos da fortuna, que buscam os cubículos baratos para ali se acumularem, famílias inteiras, em revoltante promiscuidade, com o desprezo dos mais comezinhos princípios de asseio, fazendo do mesmo compartimento, simultaneamente, dormitório, refeitório, cozinha, lavanderia, despejo, etc.

Contra esse *encombremment* extremamente perigoso, para o presente por construir foco pestilencial, ameaça permanente à saúde pública, para o futuro para concorrer para a degeneração da espécie, para o aniquilamento da população opérria, não tem ainda a legislação municipal disposição expressa.”

O discurso higiênico se estrutura como um instrumento de combate à degenerescência da espécie provocada pelo contato irrestrito entre os seus membros. Nos cortiços, por força das carências desse ambiente, as condições para o contágio entre os indivíduos não podem ser “saudavelmente” estabelecidas. A prefeitura nada pode fazer, por não dispor de uma “legislação adequada”, portanto, a pobreza e os seus riscos devem ser confinados a alguns espaços atentamente vigiados pelas autoridades.

A legislação se vê impotente diante da insistência dos proprietários em subdividir os imóveis e os trabalhadores em alugá-los. A pobreza nos é apresentada como uma fatalidade da mesma forma que a avareza dos proprietários.

Outro exemplo dos vários mecanismos de vigilância à distância dos bestializados pode ser encontrado em dois artigos do Código de Postura de São Paulo de 1886, referentes à Polícia Sanitária.

“Art.116 – Todas as pessoas não vacinadas são obrigadas a fazer-se vacinar, obrigação à repartição do Vacinador Provincial, para aquele fim, as crianças até 3 meses depois de nascidas, e os adultos logo que os tenha em seu poder, salvo o caso de moléstia que a isso impeça. O infrator sofrerá multa de 30\$.”

“Art.118 – Nas escolas públicas não serão admitidos alunos se no ato da inscrição da matrícula não apresentar guia de estarem vacinados; sob pena de 10\$ de multa imposta aos professores ou professoras que os admitirem.” (Código de Postura do Município de São Paulo, p. 27).²

HIGIENE E GESTÃO DO ESPAÇO

A difusão do modelo de ocupação do espaço higiênico convive com uma contradição: ao mesmo tempo em que produzia bairros amplos e arborizados convivia com o avanço dos cortiços na cidade. As propostas do poder higiênico no início do século no Brasil não se limitaram à expulsão dos mendigos das áreas centrais, ao controle dos bairros de meretrício pela polícia, atingiram organização de grandes hospícios, como por exemplo o do Juquery em São Paulo.

Outro fator a ser destacado neste processo reside na valorização do “privado” em relação ao “público”. Devemos acrescentar que a ênfase do poder higiênico sobre os aspectos “públicos” das classes populares. O cotidiano dos trabalhadores poderia ser objeto de análise e controle. Os códigos de posturas das cidades brasileiras da época chegaram a discriminar os locais para mendigos, as restrições para a venda de bilhetes de loterias e ambulantes. Mais do que isso, os códigos

Os documentos citados neste fato foram cedidos pelo prof. J. Roberto Heloani da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que desenvolve pesquisas nessa área.

chegaram a normatizar as visitas sanitárias aos cortiços com a autorização para remover qualquer objeto ou prática que pudesse causar dano à saúde pública. Nestas visitas os médicos organizavam campanhas para a difusão de padrões de moral compatíveis com a “boa saúde”

A reforma urbana conduzida pelo prefeito Passos Guimarães (1903-1906), no Rio de Janeiro, constitui-se em exemplo relevante, pois ao obter a incorporação de princípios higiênicos no código de posturas da cidade, foi possível remover a população mais pobre do centro da cidade. Esta remoção permitiu a abertura de novas avenidas, a construção de jardins e, sobretudo, permitiu intensa especulação imobiliária. Os reflexos sobre a paisagem urbana foram imediatos. Uma concepção do espaço começa a ser difundida na cidade, contribuindo para um novo conceito de ocupação do espaço. As ruas não passavam a ser apenas mais largas para receber mais ar e luz, eram também asfaltadas para facilitar a circulação de veículos, sobretudo automóveis. O novo traçado das vias urbanas permitia conduzir o tráfego dos limites da cidade até o centro. A racionalidade das novas formas de gestão do espaço público se desdobravam até a numeração seqüencial das residências, que punha fim ao mundo “caótico, confuso e abafado” dos bairros proletários da cidade velha. Passos Guimarães reproduzia o modelo de reforma urbana preconizado por Haussmann em Paris (1853 a 1870). A ênfase na iluminação pública e a sua contribuição para os “bons costumes” completava o quadro de civilização da cidade.

A prefeitura atacava simultaneamente algumas tradições herdadas do período colonial que igualmente interferiam sobre a moral, a higiene e a imagem de civilidade que se pretendia impor ao Rio de Janeiro. Foram proibidos a venda de alimentos por ambulantes, o ato de cuspir no chão em bondes, a organi-

zação de grupos carnavalescos sem autorização (o próprio carnaval não era visto como sintoma de civilidade), a exposição de carnes na entrada dos açougues, a venda de leite (com a ordenha realizada defronte à residência do comprador) e a degradação das fachadas.

A avenida Central construída por Paulo de Frontin em 1904 (av. Barão do Rio Branco) pode ser considerada um exemplo ilustrativo dos meios que se adotaram para transmitir uma imagem de civilização e progresso ao Rio de Janeiro.

“Frontin, por exemplo, assegurou que a avenida se transformasse numa vitrine da civilização, por meio de um cuidadoso esquema de indenização e de um critério seletivo de investimento e aquisição. Os edifícios foram destinados a empresas estrangeiras e nacionais, comerciais e de infra-estrutura; à recreação e ao consumo de produtos europeus de luxo; a instituições vinculadas à literatura consagrada e às belas artes; à Igreja e a órgãos governamentais. Seguindo Haussman, Frontin estipulou a altura e a largura de cada fachada. Na verdade, obrigou os arquitetos a submeterem os projetos de fachada a um júri.” (Needell, 1993, p. 61-62)

Em 1896, na cidade de São Paulo, o bairro de Higienópolis – cidade da higiene – incorpora os mesmos pressupostos higiênicos, ruas largas, arborizadas e lotes com recuos ajardinados se convertem em padrões de habitação para o restante do país. Não apenas nos loteamentos encontraremos as influências do poder higiênico, os presídios também foram objeto do seu exercício. O poder do código de conduta nas prisões tem início pelo alerta contra os riscos do contato físico entre os presos. A população carcerária acumula todas as condições de insalubriedade e “vícios” Além das doenças orgânicas, os códigos destacam os riscos causados pelo sentimento de resistência e insurreição. A própria massa de detentos impos-

sibilita o controle de todas as relações entre os presos. O anonimato permite a impunidade, o que reproduz as condições de crime e vício.

Neste período, no início do século, discutiu-se a necessidade de um novo modelo de prisões com uma arquitetura capaz de confinar cada preso a um espaço específico adequado à sua pena e passível de controle. Um exemplo ilustrativo dessa discussão é o presídio Fernando de Noronha.³

Outra mazela da sociedade, que sofreu muitas influências do poder higiênico, foi a loucura através de uma das especialidades do saber médico: a psiquiatria. Uma das primeiras medidas da República foi a de regulamentar a profissão de alienista como a de encarregar da gestão dos hospícios. O novo Estado passa a emitir uma série de legislações para regulamentar os institutos voltados para o tratamento dos “alienados” em todo país.

A psiquiatria igualmente se preocupa com as “massas incontroláveis” e com a turba, com riscos de degenerescência da sociedade em função das práticas anti-higiênicas e imorais dos setores mais pobres. A loucura deveria ser varrida do espaço público, na medida em que significa o questionamento à ordem estabelecida. Os potencialmente degenerados deveriam ser segregados da sociedade, porque através da miscigenação poderiam repassar os seus genes deletérios para outros seres. Portanto, as condições de reprodução humana, especialmente a família se convertem em objeto do exercício deste poder disciplinar. Nesse ponto vale destacar a integração entre a psiquiatria e os arquivos policiais.

Os arquivos policiais passam a ser organizados de maneira que identificassem além dos crimes, os indolentes, os preguiçosos, os intelectuais e os artistas. O papel político da teoria da degenerescência parece nos encaminhar diretamente para a República. O Estado republicano garantia a igualdade

3 “Não há regime higiênico no presídio: alguns condenados, que são considerados incorrigíveis, são amontoados em duas espaçosas salas ou armazéns de um velho quartel, e ali onde apenas poderiam caber mais de 200 se aglomeram mais de 400 miseráveis, representando constantemente todos os horrores da prisão em comum. Fora ficam 1.300 que se acomodam como podem e como bem querem, levantando palhoças, construindo casas, que alugam ou cujo domínio transferem, com pleno direito de propriedade sobre o terreno da ilha que não lhes foi concedido, e sobre o fruto do trabalho que não lhes pertence.” (Fleury, p. 7)

O primeiro presídio brasileiro dotado de regime higiênico foi a Casa de Correção da Corte, construído em 1874, com 800 celas situadas em quatro raios que partem da construção central, onde ficam a capela e a administração central. Entre os raios, localizava-se a grande inovação do projeto, o conjunto de oficinas para elevar a moral através do trabalho. Esta disposição arquitetônica colocava em prática o princípio de Jeremy Bentham de ver tudo, saber de tudo, controlar a tudo.

de direitos a todos os homens, porém as “diferenças biológicas” entre os homens gerava tensões que deveriam ser administradas. O biologismo separava ainda mais a elite branca “civilizada” da grande massa de mestiços e migrantes. A psiquiatria não se limitou à gestão dos hospícios. Ela retomou o tema da casa popular como objeto do exercício do seu poder. Na medida em que a casa “imunda e insalubre” é apresentada como a origem da doença e da degradação moral, a atuação do poder higiênico poderia resolver o problema pela raiz. Na base deste discurso encontramos, entretanto, uma justificativa para organizar a interferência planejada nos mínimos detalhes da vida cotidiana do trabalhador, instaurando uma disciplina que designa novos modos de higiene pessoal e de vida. A construção de vilas operárias passou a ser incentivada pelos códigos urbanos como uma alternativa aos ambientes viciados dos cortiços.

As vilas operárias começam a ser implantadas no final do século 19. Em São Paulo as primeiras vilas surgem ligadas às fábricas. O código moral imperava nestas vilas. O espaço mínimo entre as residências era respeitado para permitir a circulação do ar e a privacidade das suas famílias. A energia elétrica era desligada nos horários corretos para estimular a “vocação para o trabalho”. Em qualquer caso de “ameaça” a casa habitada pelo trabalhador deveria ser desocupada imediatamente. As creches, administradas por ordens religiosas, reafirmavam constantemente a unidade de interesses entre o capital e o trabalho. O código de postura do município de São Paulo já preconizava, em 1886, a instalação de água e de um pequeno tanque para um grupo de seis habitantes. Igualmente o mesmo código determinava a construção de uma latrina para cada duas habitações. Através destes mecanismos a prefeitura acreditava ser possível inibir a origem de novos cortiços.

Outro aspecto a ser ressaltado neste código refere-se à delimitação do privado. O privado não poderia ser exposto aos olhares públicos. Nenhuma construção poderia ter aberturas ou janelas que abrissem para as praças ou ruas. As janelas só seriam aceitas se estivessem a 3m de altura do passeio.⁴

AMBIENTE, PAISAGEM E PODER HIGIÊNICO

O processo de urbanização no Brasil não se limitou aos aspectos mais visíveis de parcelamento, assentamento das residências no lote e gestão das atividades no interior da cidade. Ao direcionar os padrões de ocupação do espaço, as reformas urbanas do início do século traduzem relações politicamente mais amplas entre os segmentos da sociedade.

Um exemplo dessas relações refere-se ao uso “racional” do solo. Esse último se converte em uma mercadoria, cujo o uso deve ser entregue a cada proprietário, que encontraria os melhores instrumentos para maximizar o desempenho do seu investimento. Portanto, o discurso sobre a “racionalidade” do uso do solo se aproxima da teoria da firma. Segundo esta visão, predominante na época, cada agente econômico deveria retirar o máximo possível dos recursos de que dispunha (no caso o solo) com o menor investimento possível. Tal procedimento, ao ser aplicado pelo conjunto da sociedade, proporcionaria a melhoria do desempenho econômico como um todo, gerando empregos e riquezas.

A prática desse discurso aprofundou as desigualdades sociais na cidade de São Paulo do início do século. Portanto, cabe analisar desdobramentos políticos implícitos nessa formulação. O primeiro refere-se à ruptura entre a arquitetura e as condições sociais de produção da riqueza. Ao contrário do que difundia

4 Evidentemente não podemos desconsiderar o aspecto técnico da legislação. No início do século, a preocupação em evitar a umidade justificava-se devido aos poucos recursos disponíveis para garantir a impermeabilização e se impunha nas dimensões dos imóveis.

o discurso da racionalidade do solo, o excedente econômico não é um produto individual, mais o resultado de relações tensas e contraditórias entre grupos e setores na sociedade. No interior do conceito de mercado encontramos vários conflitos distributivos, como por exemplo: entre o capital e o trabalho, entre pequenos produtores e atacadistas, entre o capital industrial e o financeiro. Por detrás desse discurso encontramos uma tentativa de caracterizar a pobreza como um produto da falta de racionalidade dos miseráveis, ou seja, a pobreza não é um produto das condições sociais. Dentro desse raciocínio os vícios presentes na arquitetura dos cortiços geram o ambiente que favorece a preguiça e, por extensão, a própria pobreza. Podemos compreender o porquê da coexistência entre os bairros-jardins e os cortiços. O poder higiênico não se dedicou a eliminar a pobreza nas suas raízes sociais, mas a disciplinar os contatos necessários entre os trabalhadores e a elite portadora de “consciência”, leia-se de capital.

Outro desdobramento, digno de nota, refere-se à visão instrumental do meio ambiente. O ambiente é apresentado como mero fornecedor de bens naturais, que em função do tamanho e da riqueza do país, tenderia a ser praticamente inesgotável. Portanto, esse discurso “racional” fornece um verniz moderno para uma proposta de concentração de riquezas em poucas mãos. Desconsidera-se a necessidade de uma visão globalizante capaz de conceber o espaço em função das necessidades ambientais e paisagísticas da maioria da população.

Um exemplo dessa desconsideração está presente no debate sobre a casa popular. Retoma-se o modelo disciplinar europeu da construção da cidade do trabalho que, além da questão técnica, incorporava a moralidade, a ordem e o ideal eugênico de aprimoramento da raça através da higiene.

Dentro do debate sobre a casa popular destaca-se a idéia da cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard no final do século 19. Influenciado por Pier Kropotkin e pelos utopistas, Howard pretendia construir uma nova forma de organização do espaço baseada em espaços amplos, des congestionados, com as casas isoladas de tal forma que permitissem a vida em família e os diversos benefícios públicos. A cidade-jardim se converteria em instrumento de equilíbrio entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura e o trabalho manual e intelectual.

O primeiro congresso de habitação em São Paulo (maio, 1931) propôs adaptar as propostas da cidade-jardim à realidade brasileira. “No discurso dos congressistas brasileiros, a cidade-jardim opõe-se à solução das ‘habitações coletivas’, que poderiam ser adequadas para os trabalhadores europeus acostumados a ‘uma certa educação higiênica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e duma conservação sistemática da casa’, mas dificilmente para brasileiros ‘pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só poderá conseguir depois de certo grau de civilização’ ” (Rago, 1987, p. 195-196)

As cidades-jardins sofreram uma reinterpretação que ampliou as suas potencialidades disciplinares. Embora se mantivesse o formato amplo e isolado, intensificaram-se os mecanismos de controle de tempo, de circulação dos seus habitantes, sobretudo nas vilas operárias.

No plano paisagístico, os higienistas pretendiam reproduzir, a partir da proposta de Howard, o campo inglês com a sua mata uniforme. Porém, essa postura entrava em conflito com as características tropicais da vegetação brasileira (mata fechada). Como consequência, enfatiza a prática do desmatamento da vegetação local para permitir uma paisagem o mais próxima possível dos padrões europeus nos novos loteamentos.

A vegetação domesticada, uniforme e aberta é utilizada como um complemento da habitação no lote. Porém, esta nova vegetação passa a depender do manejo humano, especialmente para o consumo de água. Em relação aos demais seres vivos, o impacto do desmatamento pode ser comprometedor. Como exemplo podemos citar o processo de ninhificação. O desmatamento elimina espécies de árvores utilizadas para a construção dos ninhos, ao mesmo tempo contribui para a redução dos solos e dos seres que nele habitam e, portanto, compromete a dieta alimentar dos pássaros no momento em que a alimentação dos filhotes é fundamental. A redução dos solos agride também outras espécies de aves que nele fazem seus ninhos.

A proposta original das “cidades-jardins” também compreendida como uma proposta de melhorias das condições de vida do trabalhador expressas em habitações melhor construídas, espaço para lazer e esportes. Desnecessário dizer que esta proposta foi desconsiderada na gestão do espaço no Brasil.

As políticas públicas que regulam a instalação das redes de água e esgoto nos fornecem um outro exemplo muito ilustrativo de a quem serve a “racionalidade” dos mecanismos de ocupação do espaço no Brasil. De um modo geral, a implementação dos loteamentos antecede à construção dos sistemas de captação e distribuição de água. Portanto, somente após a construção das moradias instala-se o sistema de luz, água e esgoto, especialmente nos loteamentos de baixa renda. Dito em outros termos, o empresário vende os terrenos e transfere para o poder público o ônus da infraestrutura. Até a instalação dessa rede, os dejetos são lançados diretamente nos rios e no solo. Dentro desse processo, cabe destacar os chamados “loteamentos clandestinos” que

muitas vezes se instalam nos mananciais e comprometem ainda mais a qualidade da água.

Será também pelas margens dos rios e dos mangues que se dará a ocupação dos terrenos livres pelas favelas. As margens dos rios, por serem de propriedade da prefeitura, são comumente escolhidas para serem invadidas por populações de baixa renda. Estas invasões contribuem para o aumento da poluição e da insalubridade.

Outro aspecto ao manejo das águas refere-se à impermeabilização crescente do solo nas áreas urbanizadas. No crescimento das cidades desconsiderou-se a necessidade de drenagem das águas pluviais, ou seja, poucas áreas foram reservadas para absorver as águas das chuvas. Como consequência o alagamento se impõe para as ditas áreas "mais baixas" que não por acaso concentram a população de menor renda. Os interesses imobiliários se impõem ao ciclo das águas, o ecossistema mais uma vez é desconsiderado e as consequências recaem sobre os segmentos mais "desfavorecidos" da sociedade. As poucas áreas verdes disponíveis tendem a se comportar como jardins suspensos estruturados sobre os terrenos impermeabilizados e dependentes do manejo do homem para a obtenção de nutrientes (a própria terra) e da água. Como esperamos ter demonstrado, a ausência de uma abordagem sistêmica no planejamento ambiental não se dá por acaso, ela reflete a atuação dos interesses de valorização imobiliária.

Na localização das indústrias tem-se também mais um exemplo ilustrativo da ausência de planejamento ambiental. As fábricas exigem terrenos planos e de fácil acesso. Este fato entre outros levou à ocupação da várzea em São Paulo. As várzeas permitiam também a emissão de efluentes diretamente nos rios, o que levou à destrui-

ção dos seus ecossistemas. Este modelo de ocupação do espaço pelas indústrias se reproduziu nas pequenas cidades, onde muitos rios foram utilizados como despejos de efluentes. A contaminação destes rios cria um problema de abastecimento de água, muitas regiões têm que “importar” águas de outras bacias, ou seja, algumas áreas se convertem em escoadouros para efluentes lançados por outras cidades.

Outra influência da visão higiênica que se manteve até os nossos dias refere-se à preponderância do privado sobre o público. Nas cidades brasileiras existe uma distribuição do espaço que privilegia o privado. A concentração das chamadas áreas verdes se dá nos bairros de maior poder aquisitivo, o pequeno número de parques e a sua localização em São Paulo ilustra este fato. Não existem parques praticamente próximos aos bairros populares. Outro aspecto que favorece o predomínio do privado sobre o público pode ser observado na utilização das chácaras como instrumento de lazer. As chácaras e os condomínios de fim de semana reproduzem o subúrbio americano, o “éden”, na ausência de um sistema de parques urbanos capazes de garantir o espaço de lazer. Neste éden de final de semana, a mata nativa é substituída por uma vegetação dócil com toda a “comodidade” urbana. A paisagem da chácara, entendida também enquanto padrão de percepção, se aproxima de um padrão citadino.

As praias igualmente se transformam em substitutos para a ausência de parques urbanos. A urbanização da praia parece reproduzir-se igualmente em todo o país. De um modo geral, os loteamentos mais “nobres” situam-se defronte ao mar, com casas isoladas em lotes arborizados através da substituição da mata nativa, especialmente a de restiga. A partir desta área segue-se a urbanização menos intensa voltada para

atividades produtivas, de serviços e habitada pelos segmentos de menor renda.

As medidas de proteção se limitam à preservação das áreas próximas a serras por questões de segurança ligadas a desabamentos. Não existe uma preocupação referente em planejar a intervenção da população sobre o espaço que irá ocupar e à capacidade de suporte deste lugar em função das tecnologias disponíveis.

Outra dificuldade de se implementar um planejamento de caráter ambiental está em superar a visão tradicional, que fragmenta em várias cartas temáticas o espaço a ser ocupado. Neste sentido seria necessário apreender as várias relações entre as características de suporte físico, climáticas, as diferentes formas de relacionamento entre os seres vivos e o homem, os ecossistemas existentes, o porte da ocupação humana, as tecnologias utilizadas para a sua expansão, o grau de processamento do ambiente, as estruturas e as características ambientais existentes, e as conseqüências sociais.

A gestão do ambiente e da paisagem é um empreendimento multidisciplinar. Além da complexidade das relações dos seres vivos, é necessário propor também medidas ao nível da percepção e da beleza cênica, o que envolve valores culturais muitas vezes não traduzíveis em quantias monetárias. Entretanto, é na questão social, na reprodução das desigualdades sociais, que encontramos a maior influência do poder higiênico: a gestão da pobreza que se manifesta na manutenção dos contrastes sociais.

Ao lado de vários condomínios de luxo assistimos à formação de bairros populares e favelas para atender às exigências de mão-de-obra e serviços. Os condomínios de luxo, localizados nas praias, revelam que é mais fácil para os segmentos de maior renda adquirir a sua segunda ou terceira residência, do que

setores populares adquirirem a sua primeira residência. Fato espantoso, em um país com um *déficit* de 13 milhões de residências, milhares de residências permanecem desativadas durante o ano com custos enormes para a instalação de infraestrutura urbana.

CONCLUSÃO

O poder higiênico revelou-se um instrumento suplementar para a gestão das desigualdades sociais no Brasil. Como observamos durante este trabalho, os contrastes sociais no país não aconteceram por acaso, refletem interesses fundamentais de alguns setores da sociedade.

A manutenção desses contrastes indica também a persistência de uma visão que legitima o disciplinamento da pobreza. Politicamente essa perspectiva se mantém através da ruptura das causas dos problemas ambientais em relação à questão social e à construção do espaço. Tal fragmentação pretende isentar a concentração de renda e o aumento da pobreza como produtos complementares do conflito distributivo no país. Ao mesmo tempo, as formas e os padrões de urbanização se inserem num vasto mecanismo de normatização e confinamento dos mais desfavorecidos. Da mesma forma, o aproveitamento do ambiente é apresentado deslocado das necessidades ecológicas e paisagísticas da população, com um enfoque imediato e instrumental.

Este texto alerta para a necessidade de retomar uma abordagem global e mais integrada, capaz de questionar efetivamente a persistência de visões e práticas associadas ao poder higiênico. Essa nova abordagem tem como desafio imediato superar as representações fragmentadas e, muitas vezes ingênuas, que terminam por reproduzir as propostas que se quer criticar. A

defesa do “verde” e da “natureza”, deslocada da questão social, retoma as práticas higienistas do início do século.

Outro desafio a ser superado refere-se à homogeneização de soluções que gera a transposição de padrões e a subordinação política dos segmentos que os assumem em relação aos que os produzem. Portanto, a difusão de um novo paradigma que valoriza soluções locais adequadas à vegetação, clima, paisagem, ecossistemas e contando com a participação da população organizada em todos os níveis, nos parece um ponto de partida para essa abordagem.

BIBLIOGRAFIA

- BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias*. São Paulo: Nobel, 1985.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origem das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1986.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FLEURY, André Augusto de Pádua. *O presídio de Fernando de Noronha e as nossas prisões*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HELOANI, J. Roberto. *Organização do trabalho e administração: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Cortês, 1994.
- _____. A revista de organização científica e o discurso taylorista na década de 30. *Cadernos de jornalismo e editoração*. São Paulo, v. 12, n. 28, p. 83-152, dez. 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – PUC-SP
- MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. São Paulo. Tese (Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- _____. *O bairro de Higienópolis e arredores*. São Paulo: Pini, 1987.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. da Letras, 1993.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Brasiliense, 1987

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.



■ PAISAGEM URBANA: TERRITÓRIO DA
CIDADE E SIGNOS DO IMAGINÁRIO

Jorge Crichyno

PAISAGEM URBANA

**JORGE
CRICHYNO**

Jorge Crichyno – Arquiteto e urbanista, professor de paisagismo na UFFL, mestrando na UFFL.

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da imagem da cidade, enfocando a percepção da paisagem urbana. O texto procura discutir, sob esta ótica, o conceito de imagem enquanto signo de representações, e analisa as conexões entre os padrões estéticos e perceptivos dos especialistas e dos usuários da cidade.

ABSTRACT

This paper approaches the question of the image of the city in perception of urban landscape. From this point of view, focuses some concepts about the urban landscape perception. This analysis intends to establish connections between experts and other participants of a planning process through of visual perception and imagination.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PAISAGEM

Na perspectiva de considerarmos a evolução dos tempos históricos e a conseqüente simultaneidade com as mudanças nas estruturas políticas, econômicas, tecnológicas e culturais das sociedades humanas, a paisagem tem sido concebida e construída de formas diferenciadas e de cunho peculiar. Os modelos e padrões conceituais propostos têm sido identificados tanto na percepção direta do ambiente natural, quanto da experiência humana no que se refere às formas de intervenção na paisagem cultural.

Como objeto de intervenção, a paisagem revela um leque de diversidade nos padrões culturais e estéticos inerentes às expressões contidas no imaginário social, que encontram significados em valores e apropriações distintas. Nesse quadro, se insere toda a gama de manifestações sociais que buscam perceber e interpretar a realidade da paisagem em transformação.

1 PEREIRA LEITE, M. A.
Faggin, 1982, p. 45.

Assim, a paisagem ao ser classificada pelos especialistas, tanto em sua dimensão natural quanto cultural, tem sido percebida e vivenciada pelos diversos segmentos sociais de forma contraditória, apropriando-se de suportes paisagísticos segundo características e interesses específicos. Essa incessante busca humana de alterar a paisagem, e nela criar os objetos e artefatos de sua concepção e imaginação, motivou o “homem a criar ao seu redor um ambiente que é uma projeção de suas idéias abstratas. Cada momento histórico tem uma paisagem, reflexo da relação circunstancial entre o homem e a natureza e que pode ser vista como a ordenação do ambiente, de acordo com uma imagem ideal”¹

No caso do território brasileiro, a paisagem tem sofrido alterações desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses até a contemporaneidade, onde o processo de interação com o

ambiente natural nem sempre tem sido feita de maneira integrada e harmônica. O legado histórico do paisagismo herdado de origens européias, tem-se mostrado, portanto, inadequado para responder às questões e demandas emergentes em termos sociais e ambientais.

Além disso, com as mudanças ocorridas nas últimas décadas que abalaram os regimes políticos, aliada às novas relações econômicas, contribuíram para a modificação das estruturas, das formas e das funções do espaço social e ambiental, com reflexos sobre a paisagem.²

Por via de conseqüência, as concepções de intervenção na paisagem passaram a incorporar uma maior e intensa conscientização do processo de urbanização das cidades. A interação entre o indivíduo e seu ambiente cultural, através de um processo de vivência social, vem possibilitando um simultâneo contato entre o sujeito interpretante e o signo objeto da interpretação e percepção – a paisagem urbana.

A identificação desse ambiente urbano caracteriza-se por um processo de percepção de signos e de significados relacionados ao imaginário social dos seus habitantes. Etmologicamente, a noção de imagem urbana quase sempre encontra-se associada ao caráter eminentemente visual, entretanto, o signo vem correspondendo a outros sentidos de valor de caráter duplo e dialético.

Essa marca de duplicidade pode ser entendida por um lado, pela metáfora benjaminiana da vitrine. Diferentemente da imagem espelhada, a vitrine (O Flaneur), enquanto signo, abre-se de forma à exteriorização, revelando-se como categorias dialéticas tais como, público/privado, imaginário/imagem, conhecimento/imagem. Por outro lado, o signo pode se representar como valor de substituição de uma coisa por outra que mantém uma

2 SANTOS, Milton, 1979.

3 PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles S. Peirce*. Cambridge: Havard Universitys Press, 1974.

relação de cooperação entre três sujeitos: objeto, signo e interpretante³

Assim, temos a relação entre a imagem da cidade e a construção do imaginário social dos seus habitantes expressa sob a forma de inferências associativas, estabelecidas através de movimentos sinestésicos.⁴ A imagem envolve um processo de construção cognitiva dos indivíduos sobre o ambiente urbano, a partir da assimilação dos fragmentos originados nos órgãos sensoriais.

Reduzir a imagem da cidade e a conseqüente valorização da percepção dos elementos que compõem a memória e o imaginário coletivo social ao seu caráter meramente visual, é reconhecermos que a paisagem urbana corresponde a um produto acabado da visão em si mesma. Ao contrário, a imagem da cidade, é de acordo com Peirce, a construção de um processo cognitivo por parte dos sujeitos participativos, que interpretam o imaginário social presente na realidade urbana, transformando-a.

O ato ou relação de representação dos signos do imaginário da cidade, envolve, pois, a capacidade inata do homem de produzir informação e extrair dela várias associações de idéias, pensamentos e imagens. Essa capacidade é regulada por princípios de associação que são a *contigüidade* e a *similaridade*.

Pela via da aproximação de uma idéia à outra, os signos são construídos pela via da experiência e, por similaridade, é possível a percepção da aproximação de uma idéia à outra por analogias de semelhança do padrão material dos signos. Em outras palavras, ainda segundo Peirce, “a natureza e seus objetos somente parecem inteligíveis na medida em que seus pressupostos são considerados similares a processos do pensamento”⁵

Nesse aspecto, ao percebermos a imagem da cidade e seu valor simbólico significa resgatar a relação entre a continuidade da matéria e sua cognição, ou seja, objetos historicamente

4 CARAMELLA, Elaine, 1993, p. 1. Baseado em palestra proferida no seminário: Cidade e Imaginação PROURB/ IAB-RJ. Semiótica e imagem da cidade.

5 PEIRCE, C. S., 1974.

repletos de significantes são interpretados socialmente pelo imaginário individual e coletivo a partir da vivência dos espaços urbanos.

Portanto, compreender a paisagem urbana em seu significado material, e socialmente percebida enquanto signos representativos do imaginário de seus habitantes, parece configurar-se como um processo importante na apreensão da paisagem culturalmente imaginada e construída.

Com a riqueza de significados existentes no meio urbano, mesmo que nem sempre evidentes, é possível a conexão dos diversos fatos pertencentes a diferentes planos de percepção. Dessa forma, ficam ampliadas as possibilidades de interpretação e compreensão da história e ritmo dos processos sócio culturais da paisagem urbana, identificando suas formas e características.

A CIDADE E OS SIGNOS DO IMAGINÁRIO

A partir da constatação de que as formas e os significados da paisagem urbana resultam do equilíbrio entre múltiplas forças e processos de transformação social e espacial ao longo dos tempos históricos, a cidade tem se revelado como expressão da mistura de estilos de vida e um imbricado de signos inerentes ao imaginário social e cultural dos seus habitantes.⁶

A percepção e a identificação dos espaços urbanos pelos seus usuários aponta para a reflexão sobre os significados simbólicos contidos nessas relações. Como nos afirma Walter Benjamin, acerca do “perder-se no urbano”, os mapas mentais em que se valem os usuários da cidade, possibilita-nos pensar sobre a importância dos percursos e orientação na paisagem urbana. Segundo a concepção benjaminiana, “não saber se orientar numa cidade não significa muito. Perder-se nela, porém, como a gente se perde numa floresta, é coisa que se deve aprender a fazer”⁷ Ou seja, o desenraizamento do usuário ao sentir-se

⁶ CANEVACCI, M., 1993, p. 9.

⁷ BENJAMIN, W., 1971, p. 76.

estrangeiro de um “lugar”, permite-lhe alcançar novas possibilidades de cognição da cidade por intermédio da experiência vivencial.

Dessa forma, querer perder-se na cidade pode também significar a obtenção de algum prazer nisso, pois o cidadão aceitando “ser um estrangeiro e desenraizado no urbano, possivelmente reconstruirá uma identidade própria a partir do estranhamento no aparente familiar, como uma espécie de um passeio turístico pela cidade em busca de novas identidades”⁸ Essa possibilidade poderia ser uma alternativa em favor de uma melhor adequação nos projetos de intervenção da cidade por parte do campo profissional do arquiteto e urbanista, constituindo-se num exercício interessante de vivenciar o espaço urbano, objeto de proposição projetual.

A busca de formas de comunicação urbana, que possa traduzir esse universo tão rico e variado de signos e de significados na imagem da cidade, aponta para a possibilidade de pesquisar a cultura urbana, através de um método de leitura e interpretação da imagem dos espaços urbanos, tomados como um conjunto unitário através de uma abordagem da cultura global. Compreender uma cidade, conforme a afirmação de Canevacci, significa “colher fragmentos e encontrar uma pluralidade de significados. Tudo é cultura num contexto urbano”⁹

O enfoque antropológico sobre o “ethos” da cidade, onde as paisagens reais e virtuais são originadas no conhecimento e na vivência do urbano, revela-nos crenças, comportamentos, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressam, de forma explícita ou implícita, onde “o imaginário individual e coletivo se fazem presentes na cidade e no território geográfico do lugar”¹⁰

Nesse sentido, a cidade enquanto estrutura físico-espacial independentemente de outros níveis de percepção, emerge

⁸ Canevacci, M., 1993, p. 15.

⁹ TUAN, Yu- Fu, 1983, p. 35.

¹⁰ TUAN, Yu- Fu, 1983, p. 15.

como cenário próprio da comunicação urbana. Dela surgem as relações com a vida social e de onde aparecem recordações e vínculos afetivos dos cidadãos. As expressões da memória social, quer seja de natureza coletiva ou individual, possibilitam um maior reconhecimento da identidade cultural dos usuários no espaço urbano, referência simbólica denominada de “lugar”¹¹

Por este motivo, Canevacci nos propõe considerar a comunicação urbana como sendo de natureza “dialógica e unidirecional”¹², na qual com o passar do tempo, os códigos urbanos se estratificam e chegam a constituir-se em movimentos comportamentais, tais como a fruição de certos hábitos culturais presentes em áreas centrais das grandes cidades que possuem significado abrangente. Exemplo disso, são os movimentos comportamentais de pessoas em torno dos bares e restaurantes abertos possibilitando encontros sociais para reuniões e conversas.

A tentativa de estabelecer um pressuposto metodológico, capaz de referenciar a importância da comunicação visual e semiológica na apreensão do contexto urbano, tem possibilitado ao mesmo tempo verificar que as representações de valor simbólico no imaginário social por si mesmas não são suficientes, uma vez que há outros códigos intervenientes no processo de vida social. Cabe destacarmos, entretanto, que esta constatação não deve desconsiderar que, por vezes, as coisas mais opacas e implícitas existentes na cultura urbana contemporânea são as que nos são mais familiares, porque nos envolvem diretamente com a vida cotidiana do universo do real e pessoal.

Exemplo significativo deste paradoxo com relação ao binômio visível/invisível presente nas estruturas da paisagem urbana, consiste no reconhecimento de um método empírico capaz de ser constatável, que reside na idéia da “observação observadora”

11 Tuan, Yu- Fu, 1983, p. 7.

12 Canevacci, M., 1993, p. 43.

13 idem.

da cidade e dos seus elementos estruturadores pelos seus habitantes, onde se estabelece efetivamente o sentido da comunicação. Nessa concepção, o cidadão não é considerado apenas participante da ação, mas converte-se em “sujeito que observa e é observador do contexto da ação”¹³ É portanto, a concepção da “meta-observação” da cidade. Com o foco centrado no olhar do cidadão sobre e para a cidade, uma visão subjetiva sobre a realidade urbana confere ao cidadão-observador um sentido visual qualitativo, capaz de perceber e identificar um universo mutável de significados presentes na imagem da paisagem urbana.

A cidade compreendida a partir de suas estruturas físicas, edificadas ou não, revela em si mesma uma gama de signos do imaginário coletivo e individual dos seus habitantes, interagindo na vida social e refletindo na transformação dessas imagens em relação ao espaço urbano. A imagem e a interpretação da paisagem urbana começam a ser utilizadas como forma de abordar a contextualização do projeto destinado aos espaços da cidade em sua morfologia urbana.

No que se refere à dimensão simbólica dos espaços urbanos, a valorização das imagens e identidades amplia-se para além dos limites da percepção cotidiana de vida dos cidadãos, possibilitando uma maior conscientização sobre as referências do “lugar” e onde o olhar atento revela a construção dos signos do imaginário.¹⁴

Na atualidade, com a aceleração das mudanças sociais, econômicas e ideológicas têm sido apagadas rapidamente as expressões históricas, instalando-se uma espécie de amnésia social. O sentido de “lugar”, onde a expressão dos processos naturais anteriores à urbanização crescente podem ser revividos em segmentos simbólicos no projeto da cidade, nos lembram onde estamos e vivemos. Identificar características dos

14 LYNCH, Kevin, 1960, p. 17.

15 PEREIRA LEITE, M. A. Faggin, 1993, p. 25.

processos naturais e criar formas urbanas relacionadas com eles, pode resultar espaços públicos urbanos mais adequados à humanização da vida social.¹⁵

Nesse sentido, a compreensão da importância dos espaços públicos urbanos nas concepções de projeto da cidade, ao longo da história cultural das sociedades humanas, comprova a crença de que o contato com suporte “natureza” é simbólico e significativo na vida dos usuários e que a cidade não é uma entidade independente dos processos naturais.¹⁶

16 LAURIE, M., 1989, p. 48.

A concretização do significado que as imagens do ambiente urbano, consideradas como o resultado bilateral entre o observador e o suporte físico “natureza”, evidencia uma questão importante no sentido de melhor avaliar critérios de intervenção e padrões estéticos na paisagem urbana.

A cidade, ao sugerir distinções e relações sócioespaciais, propõe ao usuário do urbano que selecione, organize e dote de sentido aquilo que vê. A imagem, assim percebida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto ela própria é posta à prova num processo de constante interação.

Assim, os significados da imagem de uma dada realidade urbana pode variar entre diferentes observadores. Como exemplo, dentre as inúmeras formas de observar a cidade e seus símbolos edificados, tem-se o ponto de vista técnico e estético do arquiteto e urbanista.

Esse olhar perceptivo e projetivo do arquiteto e urbanista, situado dentre outros campos de especialização, se superpõe com a condição de cidadão comum e, ao mesmo tempo, distingue-se dessa participação social, formulando propostas de intervenção urbana para outros cidadãos.

Nesse aspecto particular, evidencia-se a questão da formação acadêmica do arquiteto e urbanista reavaliando a sua forma de

atuação profissional nos processos temporais e espaciais da paisagem urbana.

Cabe destacarmos a importância e o significado dos espaços livres públicos, que projetados na maioria das vezes para atender a um único propósito, tornam-se repetitivos e desagradáveis, se tivessem sido criados pelos especialistas de uma forma mais criativa e adequada ao usuário. Esse referencial não é de ordem meramente formal, mas de natureza estrutural, uma vez que a percepção do “lugar”, poderia ser melhor compreendida e identificada através da observação atenta em relação à participação do usuário e da comunidade.

Espaços públicos urbanos rejeitados ou deteriorados, frequentemente resultam da incapacidade de seu projeto estimular o interesse do usuário, impossibilitando interações sociais e adequação às mudanças ao longo do tempo.¹⁷

A percepção do cenário urbano e a perspectiva de adoção de novas concepções sobre a cidade, com vistas às preocupações de criação e de preservação paisagística e ambiental, evidencia que o projeto da paisagem urbana não está dissociado de uma concepção filosófica e técnica do arquiteto e urbanista.

Atualmente, a face cosmopolita das cidades mostra, cada vez mais, a necessidade de se incorporar ao planejamento e projeto da paisagem urbana o valor da dimensão simbólico-representativa do imaginário social. Sem ela, quer seja de natureza coletiva ou individual, exclui dos projetos propostos para a cidade toda a riqueza presente nos signos e nos significados culturais dos espaços urbanos e, conseqüentemente, das referências histórico-culturais da cidade.

As mudanças profundas no modo de vida e nas necessidades sociais do momento atual, nos fazem reconhecer as transformações ocorridas na espacialidade e na imagem da cidade pelos seus habitantes e vice-versa. A forma, a estrutura

17 PEREIRA LEITE, M. A.
Faggin, 1993, p. 26.

18 SANTOS, Milton,
1985, p. 6.

e a função dos espaços urbanos têm alterado a natureza simbólica e o seu significado na vida das pessoas, conduzidas não somente pela racionalidade da lógica produtiva e de consumo capitalista, mas também pelo imaginário social repleto de valores simbólicos.¹⁸

CONCLUSÕES

A perspectiva de pensar que os espaços livres públicos sejam propostos de forma mais adequada e criativa, tecnicamente coerentes, capazes de corresponderem à expectativa das diferentes necessidades sociais em termos de fluência e uso, constitui requisito importante por parte da concepção não apenas do arquiteto e urbanista, mas abrangendo outros campos de especialização profissional.

Nesse sentido, talvez seja possível conceber novas estratégias de pensar a cidade, não apenas pela ótica dos grupos dominantes existentes na sociedade, mas a partir de paradigmas e propostas que busquem interpretar os anseios culturais presentes na diversidade social.

Os projetos para cidade e a perspectiva de obtenção de uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, possivelmente, podem encontrar como pressupostos éticos e estéticos a apropriação da dimensão simbólica do imaginário social.

Desse modo, a percepção que envolve a questão da cidade e seu imaginário, talvez seja ampliada se alcançarmos a fronteira entre as diversas realidades existentes e o conjunto de signos relacionados aos anseios coletivos e individuais do usuário da cidade, através de uma ampla e efetiva participação democrática.

Portanto, o olhar para os espaços da cidade possibilita em cada um de nós desenvolver uma sensibilidade da percepção visual,

permitindo construir no tempo novas concepções estéticas originadas no campo do imaginário social.

Nesse sentido situa-se a questão do paisagismo que tem a oportunidade de desempenhar o papel de qualificação espacial, modificando radicalmente a reflexão sobre a paisagem e os padrões estéticos das propostas de intervenção antrópica.

BIBLIOGRAFIA

- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: Comunicação urbana*. São Paulo: Nobel, 1993.
- CLIFFORD, J. *The poetics and politics of ethonography*. Berkeley: University of California Press.
- GLUSBERG, Jorge. Los signos de la ciudad y una poética del entorno. Buenos Aires, *Revista de Estética*, n. 5/6, p. 79-85, 1987.
- LEITE, M. A. Faggin. Natureza e participação social, uma nova estética para o desenho urbano. São Paulo. *Revista Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP*, n. 3, p. 19-26, jul. 1993.
- LYNCH, Kevin. *Image of the city*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo e paisagem urbana – Experiência de ensino. Brasília, *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, n. 12, p. 87-98, set. 1984.
- _____. *Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana*. Brasília: CNPq/Finep/Editora Pini, jun., p.103-110, 1986.
- _____. O processo de verticalização e a paisagem da cidade. *Revista Sinopses*, São Paulo, n. 15, p. 68-76, jun., 1991.
- McHARG, Ian. *Design with nature*. New York: The Natural History Press, 1969.
- MERA, Adina. Paisagem urbana e a forma da cidade. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Municipal*, n. 78, 1986.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. A paisagem urbana: Necessita-se compreender como se forma? São Paulo, *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios III*, FAUUSP, p. 41-46, 1990.
- SANTOS, Milton. Da sociedade a paisagem. São Paulo, *Revista de Arquitetura Chão*, n. 8, p. 15-17, nov., 1978.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- TUAN, Yu-Fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Stella Regina A. A. Anjos

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem

Sóstenes Pereira da Costa

Fotolito

Sidney Lanzarotto

Montagem

Robson Brás Teixeira

Sidney Lanzarotto

Cópia de Chapa

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretário

Maurício Miraglia Chaubet

Composição, fotolitos e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

ZapfHumanist BT, no corpo 11 para o texto e

ZapfHumanist BT bold nos corpos 14 e 13 para os títulos e subtítulos

Montagem

26 cadernos de 8 páginas

Tiragem

500 exemplares

Data

Dezembro 1996

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE – ENSAIOS

1. *Paisagem e Ambiente* é uma revista da FAUUSP que tem como objetivo a divulgação de trabalhos da área de Paisagismo em suas diversas escalas de abrangência da arquitetura paisagística do planejamento paisagístico e ambiental.

2. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente* decidirá quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando para tanto o espaço disponível e a pertinência do tema face à linha editorial.

3. Os originais deverão ser apresentados:

– em disquetes – utilizando processador de texto WORD 5.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Juntamente com o disquete deverá acompanhar uma cópia impressa do arquivo.

4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado.

5. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação e procedência.

6. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas da ABNT - NB 66.

7. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

– os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de fotografias deverão ser entregues os originais.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

